



PROFHISTÓRIA

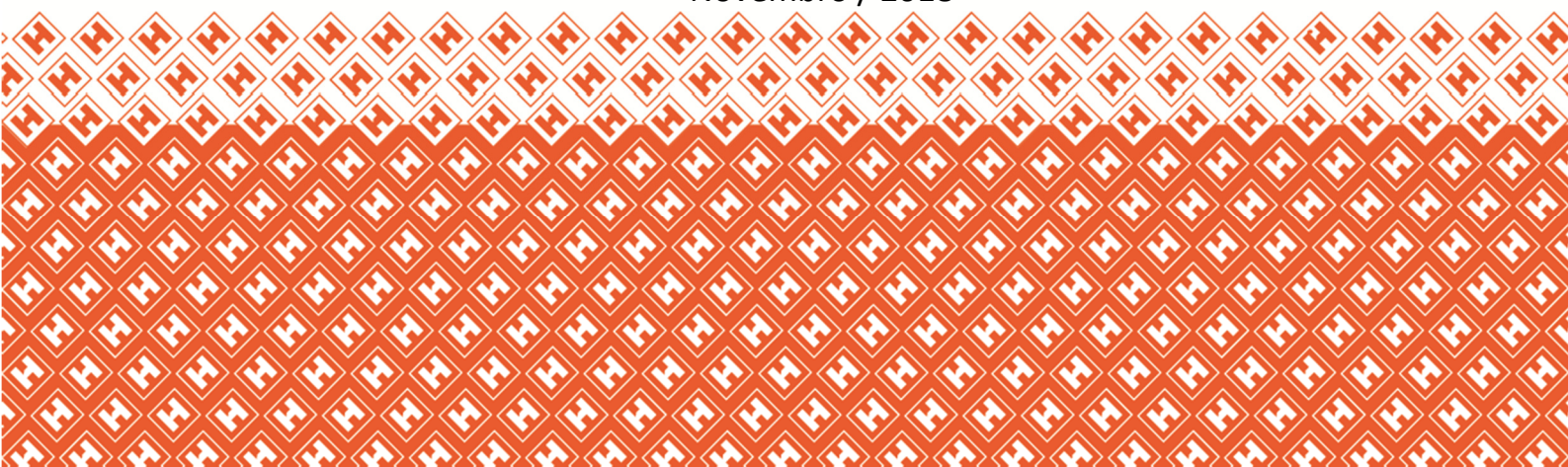
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DILERMANDO PEREIRA TORRES NETO

**CIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA: Educação Patrimonial em São Bento
do Una - PE**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Novembro / 2018



DILERMANDO PEREIRA TORRES NETO

**CIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA: Educação Patrimonial em São Bento do Una -
PE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (UFPE/UFRPE) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de História.

Área de concentração: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros.

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

T693c Torres Neto, Dilermando Pereira.
 Cidade, História e Memória : educação patrimonial em São Bento do
 Una - PE/ Dilermando Pereira Torres Neto. – 2018.
 142 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador : Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife,
 2018.
 Inclui referências e apêndice.

 1. História – Estudo e ensino. 2. Cidades e vilas. 3. Memória coletiva –
 São Bento do Una (PE). 4. Patrimônio. 5. Saberes docentes. I. Medeiros,
 Ricardo Pinto de (Orientador). II. Título.

907 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-014)

DILERMANDO PEREIRA TORRES NETO

**CIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA: Educação Patrimonial em São Bento do Una -
PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de História.

Aprovada em: 30/11/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Lúcia Falcão Barbosa (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Marta Margarida de Andrade Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Almir Felix Batista de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande Norte

Aos meus pais, que me possibilitaram tantas oportunidades. A Cíntia, minha esposa, e a Danilo, meu pequeno “Lilo” pela paciência nos momentos de ausências.

Aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo dado durante esta trajetória e aos meus queridos alunos da ETE de São Bento do Una-PE.

A todos os colaboradores que “emprestaram” seu tempo para a realização deste trabalho.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Farei, de início, o uso do termo latino *gratus* que nos faz refletir sobre o seu significado, alguma coisa do tipo ‘algo recebido com reconhecimento’ ou ‘digno de reconhecimento’, ‘gratidão’. Ora, agradecer para mim é reconhecer as dádivas recebidas durante a nossa vida, em especial nestes últimos dois anos em que estive no mestrado.

Os meus agradecimentos iniciais dirijo-os aos céus e aos seus planos. Nunca imaginei sair da casa de meus pais, aos quais agradeço ao seu Dilermando e dona Dalvani pela existência e cuidado, para trilhar caminhos que possibilitaram conhecer as várias realidades pelas quais a nossa gente passa ainda hoje e que naquele momento me fazia, enquanto seminarista, refletir como ser um arauto da Boa Nova denunciando as injustiças cometidas ao nosso povo.

Foram estes “planos divinos” que me levaram a, no dia 28 de agosto de 2005, chegar em São Bento do Una – PE. Era para ser apenas uma passagem breve, mas que já duram 13 anos. Nesse ínterim, fui conhecendo pessoas maravilhosas que me mostraram outras formas de denunciar as injustiças sociais, bem como contribuir na formação de cidadãos mais reflexivos e ativos. O chegar até aqui me faz citar alguns nomes que, por estarem mais próximos, acompanharam todas as fases desta caminhada.

Honestamente, e de coração, sou grato ao clero diocesano de Garanhuns, na pessoa do seu reverendíssimo padre José Bento de França, que me acolheu na casa paroquial do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos e que com ele, e muitos outros padres, aprendi a conviver em comunidade para servir à comunidade.

Impelido, porém, a construir um novo momento de minha vida em São Bento do Una, não mais trilhando os caminhos sacerdotais, constituí família e rogo aos céus por esta dádiva. Agradeço a minha esposa, Cíntia Karine, que vem caminhando junto comigo, dando apoio, força, e que vem cuidando do nosso pequeno Danilo Henrique para que “papai” pudesse estudar.

Sentia que precisava estar mais perto de casa. Lembro-me que quando estava em casa, montando uma maquete para a mostra fotográfica do projeto desenvolvido com os alunos, ele me perguntava: - “o que é isso que ‘bocê’ tá fazendo, é pra mim?”. E eu respondia: “Não, Lilo, é pra os alunos na escola fazerem

uma brincadeira”. E me fez cair lágrimas ao perguntar: “E quando você vai brincar comigo?”. No meu coração, desejava que este mestrado acabasse logo para que eu pudesse não “ver” meu filho crescer, mas sim “crescer junto” a ele como pai e como homem.

Todos que fazem a ETE Governador Eduardo Campos fazem parte desta história. Lembro-me que no ano de 2016 a escola, que tinha sido inaugurada em agosto de 2015, estava começando a funcionar com o Ensino Médio. Na época, éramos apenas 9 professores distribuídos nas disciplinas da Base Comum e da Base Técnica. Quando soube da aprovação na seleção para o mestrado, uma das preocupações é se iria ou não continuar na escola, pois sem receber bolsa de estudo, devidos aos cortes do Governo Federal, seria muito dispendioso fazer este curso. Graças ao apoio do professor Paulo Dutra, secretário executivo de educação profissional, bem como a força e os desdobramentos que toda a equipe da escola – gestão, funcionários(as), companheiros(as) professores(as) – pude permanecer na ETE. Não poderia deixar de mencionar os tantos alunos e alunas que nestes dois anos me ajudaram a continuar acreditando que todo o esforço e cansaço não era em vão. A torcida de todos me motivava cada vez mais, fortalecendo nossa caminhada.

Os vários esforços que foram feitos para que eu pudesse realizar este curso, estão os daqueles que lutaram para fazer acontecer o PROFHISTORIA em Pernambuco, no qual em nome das professoras Isabel Guillen e Adriana Paulo, torno extensiva minha gratidão a todos que compõem o corpo colaborativo de professores da UFPE e da UFRPE e que acreditaram neste mestrado.

Rememoro sempre, quando estou preparando minhas aulas, o cuidado que cada professor do PROFHISTORIA tinha em preparar as suas: toques de criatividade, somados aos conhecimentos partilhados, contribuíram no como deve ou não ser minha postura no preparo e no trabalho docente. Sem dúvida foram experiências “espetaculares”.

Imagina se iria esquecer daqueles que convivi durante estes dois anos e que agora será pra sempre: meus amigos de caminhada. Nestes agradecimentos está contido um dos nossos “segredos da docência” (risos). Todos vocês contribuíram bastante com suas experiências nos momentos de partilha, como também nos de

angústia. Sou imensamente agradecido pelo carinho, pelo respeito, pela amizade de todos.

Aqui, faço lembrar alguns nomes que de forma especial não poderia deixar de citar. A companheira de orientação Josirene, pela sua energia fora do comum. Aos amigos Hugo e Walmisson, estes que durante todo momento compartilhavam comigo materiais diversos, até mesmo durante suas pesquisas, entrava em contato para me dizer, por exemplo, que havia encontrado um livro ou artigo que era a “minha cara”. Obrigado. Agradeço a minha companheira de viagem, Elisângela, com a qual tive a alegria de compartilhar, durante nossas idas e vindas ao Recife, de sua generosa companhia, discutindo as dificuldades que muitos ainda enfrentam para cursar uma pós-graduação a nível de mestrado e/ou doutorado. Comecei a refletir e pensei comigo: sou um entre tantos deste Brasil que busca conciliar trabalho, estudo, família e que nas atuais circunstâncias políticas em que se encontra nosso país, está cursando uma pós graduação? Além de ser uma grande vitória, é a oportunidade de buscarmos lutar por mais melhorias e melhores condições de estudos para muitos que ainda lutam por este direito inalienável e tão ameaçado.

Os meus mais sinceros agradecimentos àquele que com seu jeito humano e cativante foi me mostrando que “menos é mais”, o meu querido orientador, o professor Dr. Ricardo Medeiros. Com uma paciência incrível, sempre soube chegar perto, fazendo de cada orientação um momento de agradáveis conversas. A ele agradeço por todas as alegrias deste trabalho.

Finalmente e com muita alegria agradeço à querida professora Dra. Marta Margarida pelas riquíssimas contribuições para com este trabalho. Ela se permitiu se chegar e com um aconchego de quem ama o que faz me ajudou bastante a refletir sobre o Ensino de História e a docência. Agradeço a professora Dra. Lúcia Falcão que em cada aula nos trazia a beleza do aprender e ensinar e que de uma apaixonante deixava-nos apaixonados. Ao querido professor Dr. Almir Félix, obrigado pela sua acolhida e atenção, sempre perguntando como estávamos e dispondo de seu tempo, enviando-nos materiais que nos ajudaria na construção deste trabalho. A todos os meus sinceros e, de coração aberto, fraternos agradecimentos.

"De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas."
(CALVINO, 1990, p.42).

RESUMO

O presente trabalho, *Cidade, História e Memória: Educação Patrimonial em São Bento do Una – PE*, busca analisar a importância de perceber a relação que há entre o Ensino de História, História Local, Cidade e Patrimônio a partir da observação, registro, pesquisa e apropriação das evidências presentes no espaço urbano. O presente se conecta com o passado a partir dos vários vestígios existentes, por exemplo, em uma cidade. Como podemos conhecer, a partir das transformações do espaço urbano e seu entorno, a história de nossa cidade, bem como, o que se aprende e se constrói? Para tentar responder a esta e outras questões, propomos organizar um projeto didático, intitulado *Memórias da Cidade*, onde buscamos trabalhar a relação que há entre história, cidade e educação no entendimento e construção da identidade através da valorização da memória, utilizando-se de fotografias antigas da cidade. O projeto em tela foi desenvolvido com os alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola Técnica Governador Eduardo Campos da cidade de São Bento do Una-PE. Como “produto” deste trabalho, estamos propondo como subsídio ao trabalho docente, uma cartilha discutindo o itinerário seguido para elaborar o projeto desenvolvido neste trabalho, bem como apresentando alguns conceitos utilizados, pistas e referências de como trabalhar com projetos didáticos, bem como propostas de atividades avaliativas.

Palavras-chave: Ensino de História. História Local. Cidade. Patrimônio. Projeto Didático.

ABSTRACT

The present work, City, History and Memory: Patrimonial Education in São Bento do Una - PE, seeks to analyze the importance of perceiving the relationship between History, Local History, City and Heritage Teaching through observation, registration, research and appropriation of the evidence present in the urban space. The present connects with the past from the various vestiges that exist, for example, in a city. How can we know, from the transformations of urban space and its surroundings, the history of our city, as well as, what is learned and constructed? To try to answer this and other questions we propose to organize a didactic project entitled Memories of the City where we seek to work the relation between history, city and education in the understanding and construction of the identity through the valorization of memory, old photographs of the city. The screen project was developed with the students of the 1st year of High School of the Governador Eduardo Campos Technical School in the city of São Bento do Una-PE. As a "product" of this work, we are proposing as a subsidy to the teaching work, a booklet discussing the itinerary followed to elaborate the project developed in this work, as well as presenting some concepts used, clues and references of how to work with didactic projects, as well as proposals of evaluation activities.

Keywords: Teaching of History. Local History. City. Heritage. Didactic Project.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Antigo Mercado Público de São Bento do Una	28
Imagem 2 - Esquema das principais estradas do Estado de Pernambuco ao final do século XIX	51
Imagem 3 - Mapa político do município de São Bento de Una	52
Imagem 4 - Imagem de São Bento adquirida na França e que chegou no dia 23 de outubro de 1897 à freguesia de São Bento	53
Imagem 5 - Estátua de São Bento em 2016	53
Imagem 6 - Igreja Matriz do Senhor do Bom Jesus dos Pobres Aflitos na década de 1960	54
Imagem 7 - Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos em 2016	55
Imagem 8 - Antigo Chafariz Público Municipal: por muitos anos foi utilizado para o reconhecimento de águas por parte da população	62
Imagem 9 - Parte lateral da Praça da Matriz. Neste local ficava localizado o Antigo chafariz municipal.....	62
Imagem 10 - Antigo Prédio da União Sport Clube na década de 1960	63
Imagem 11 - Atual Prédio do União Sport Clube de São Bento do Una em 2007.....	63
Imagem 12 - Antigo Prédio da Prefeitura e Fórum de São Bento do Una. Segundo prédio da Prefeitura foi construído na gestão do prefeito Manoel Cândido na década de 1940. Foto datada na década de 1960.....	67
Imagem 13 - Vista aérea da cidade de São Bento do Una do início da década de 1960. Desde a construção do Prédio da Prefeitura na década de 1940, até o final de 1980 o centro da cidade não sofreu muitas alterações	67
Imagem 14 - Banner do projeto Memórias da Cidade elaborado para ficar exposto permanentemente na Escola Estadual Governador Eduardo Campos	84
Imagem 15 - Alunos reunidos no auditório da Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos para ouvirem dos professores os projetos a serem vivenciados na escola	85
Imagem 16 - Apresentação do projeto Memórias da Cidade aos alunos do Ensino Médio	86
Imagem 17 - Alunos em frente à Igreja Matriz do Bom Jesus se preparando para dar início às atividades de campo	94
Imagem 18 - Alunos iniciando as atividades de ampo. Etapa de observação e identificação dos elementos registrados nas fotografias	94
Imagem 19 - Visita do senhor Expedito Valença aos alunos do projeto Memória da Cidade para uma seção de entrevista	97

Imagem 20 - Alunos entrevistando o senhor Jaime Costa que fala um pouco sobre o Antigo Mercado de São Bento do Una	97
Imagem 21 - Preparação da sala para a realização dos trabalhos da Mostra Fotográfica	99
Imagem 22 - Confecção do painel com a Malha Urbana do centro da cidade de São Bento do Una	100
Imagem 23 - Sala pronta para as apresentações.....	101
Imagem 24 - Alunos do projeto Memórias Cidade	101
Imagem 25 - Visitantes realizando a dinâmica “Me encontre no Mapa”.....	102
Imagem 26 - Professor e alunos envolvidos com o projeto Memórias da Cidade ...	103

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Distribuição da população de São Bento do Una nos anos de 1940, 1950 e 1960	58
Quadro 2 - Depoimento dos alunos sobre o projeto Memórias da Cidade	103

LISTA DE SIGLAS

ETEs	Escolas Técnicas Estaduais
FETECs	Feira de Tecnologias
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PCNS	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA	24
2.1	CONHECENDO O PASSADO: MEMÓRIA, HISTÓRIA E RELÍQUIAS..	26
2.2	MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA INDIVIDUAL	30
2.3	O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL	34
2.4	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A HISTÓRIA LOCAL: MÉTODO E CAMPO EM AÇÃO	43
3	CIDADE E MODERNIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E COTIDIANAS NA CIDADE DE SÃO BENTO DO UNA-PE	50
3.1	BREVE ANÁLISE DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO BENTO DO UNA A PARTIR DE OBRAS E DADOS LOCAIS	50
3.2	AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM SÃO BENTO DO UNA DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1950.....	57
3.3	MANOEL CÂNDIDO: UM EMPREENDEDOR DA MODERNIDADE? ...	64
3.4	URBANIZAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS: A MODERNIDADE EM SÃO BENTO DO UNA	69
4	PROJETO MEMÓRIAS DA CIDADE: A “LEITURA” DA CIDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	73
4.1	OLHAR SOBRE A CIDADE A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	73
4.2	(RE)LENDO A CIDADE COM FOTOGRAFIAS: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE SÃO BENTO DO UNA-PE.....	76
4.3	MEMÓRIAS DA CIDADE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO BENTO DO UNA-PE.....	81
4.3.1	Construindo um projeto	82
4.3.2	Iniciando os trabalhos: discutindo conceitos com os alunos.....	89
4.3.3	Observar, registrar, explorar e apropriar: a educação patrimonial em ação.....	93
4.3.4	Avaliando o projeto: possibilidades de ampliar “passos”	104
4.4	COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE – CARTILHA VEJO SÃO BENTO NOUTRA DIMENSÃO	119

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca fazer uma abordagem sobre a história da cidade, a partir das transformações urbanas trabalhando, assim, a História Local. Para isso, foi elaborado um projeto didático desenvolvendo algumas ações metodológicas da Educação Patrimonial na cidade de São Bento do Una – PE. Cidade com mais de 150 anos, localizada no Agreste Meridional, distante 205 Km da capital, Recife. São Bento do Una – PE é conhecida no Estado e Região como uma das cidades em que a avicultura e os laticínios se destacam como importantes atividades econômicas.

Quando falamos em cidade, inúmeras abordagens em relação a sua temática, suas várias formas de ser percebida em suas temporalidades, como também pensada e ensinada, suscitam, algumas questões iniciais: até que ponto o passado participa do presente? (CERRI, 2011), como podemos conhecer o(s) passado(s) (LOWENTHAL, 1998) de nossa cidade? Estas indagações permitem compreendê-la nos seus diversos movimentos, ações e forças que podem gerar, ou não, transformações no espaço urbano. Os acessos ao passado, por meio da memória por exemplo, ajudam-nos também a perceber como o processo de “existir e o desaparecer” de certos lugares, construções, práticas, colabora na construção – não na criação – da consciência histórica das várias pessoas da cidade, promovendo uma maior e mais ativa participação destes que, de forma consciente, vão se percebendo como sujeitos históricos. Ao falar em consciência, não estamos nos referindo a algo que esteja em um determinado lugar a ser acessado. Para o historiador Jörn Rüsen (2010) a ideia de consciência histórica pode ser entendida aqui como

a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RUSEN, 2010, p. 57)

No que diz respeito a como as transformações da cidade colaboram na construção da consciência histórica, que, como vimos, opera no sujeito e na forma como este compreende sua realidade e a si, faz crer que é necessário entender o que então seria este lugar, a cidade. Das inúmeras pesquisas sobre a mesma,

encontramos várias definições e dentre elas trazemos uma, em especial, da historiadora Sandra Pesavento (2007) onde nos diz que

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam (2007, p. 16).

A cidade de São Bento do Una, como tantas outras, foi se constituindo historicamente por meio de vários embates de memórias (POLLAK, 1992), na maioria das vezes imbuídos pelos ventos que colocaram em luta o antigo e o moderno (LE GOFF, 1990) os diversos espaços visíveis de nossa cidade como praças, prédios, residências, monumentos.

Muitos desses espaços, edificações, práticas presentes nos centros urbanos de nossas cidades vão surgindo ou desaparecendo, levando-nos a refletir sobre como estes “vestígios” do passado, presentes, ou não podem nos ajudar a perceber e a conhecer nossa cidade, as inúmeras histórias presentes nas memórias das pessoas e que com o passar do tempo, podem se deteriorar e se perder. Fazer com que os alunos possam perceber este passado nestes vestígios, nestas memórias, é de fato uma das ações de valorização enquanto patrimônio (MONTENEGRO, 2010) e de possibilidades de compreensão de uma época. A cidade não é estática, sempre estará em mudança, e nos diz Pesavento:

A cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma. (PESAVENTO, 2007, p. 16)

A cidade é um campo aberto de possibilidades, e como objeto de pesquisa, contribui no processo de ensino-aprendizagem, pois através dela podemos construir com os alunos os diversos conceitos que nos ajudarão a melhor “enxergar” e “sentir” o passado, dentre eles: o conceito de tempo e suas categorias (passado, presente, futuro), lugar, patrimônio, memória, identidade.

As cidades são objetos de estudos palpáveis, pois além de permitir que recuperemos a dimensão histórica do espaço, possibilita que os alunos, como indivíduos, reflitam sobre as transformações ocorridas nesses espaços, por meio de suas próprias impressões e experiências. Ao estudarmos determinados períodos da História brasileira, podemos passar da análise de textos à exploração do meio físico, possibilitando a observação do espaço e da arquitetura, a percepção das permanências e transformações, numa interação entre passado e presente. (CANO, 2012, p. 104)

Nesse sentido, perceber como os alunos compreendem a cidade, possibilitará construir neles o sentimento de pertencimento em relação ao lugar, com suas várias histórias, mas também permite que se apropriem de conceitos históricos, motivo que faz com que a cidade se transforme em objeto de estudo, em sala de aula. Ao se estudar a cidade, diversos aspectos de sua constituição podem ser abordados em diferentes temporalidades históricas: no plano físico, no plano cultural, político, econômico e social (CANO, 2012). Além disso, é possível compreender a nossa função como sujeitos que transformam o espaço e por ele é transformado, refletindo assim, sobre as nossas práticas e ações.

Quando buscamos fazer com que o aluno sinta mais de perto o lugar onde ele vive e seu entorno, queremos com isso que ele se perceba não como alguém que apenas vê as mudanças ou não, mas sim, como um agente destas ações. A História Local, na perspectiva que abordaremos no trabalho, vem-nos como colaboradora, não como um conteúdo apenas, mas uma estratégia que possibilita aprender e desenvolver alguns conteúdos e conceitos.

Durante muito tempo a “História dos Grandes” – grandes personagens, grandes eventos, grandes cidades – desconsiderava algumas “pequenas” e até mesmo silenciava outras histórias. Ainda hoje é possível perceber certa “vergonha”

em alguns quando têm que responder algo como: “de onde você é?”, “Quantos habitantes têm?”; quando não fazem indagações com algum teor de deboche, do tipo: “Nossa, tem internet onde tu moras?”, “fazes o quê no final de semana?”, como se morar afastado dos grandes centros urbanos fosse algo tedioso ou atrasado, que priva dos “prazeres do paraíso”. A História quando abordava o tema cidade, o fazia a partir dos grandes centros urbanos. Essas abordagens, muitas vezes, faziam com que pequenas cidades, sem um planejamento ou uma ação reflexiva fizessem, em nome do novo, do moderno, inúmeras transformações abruptas. Tema pertinente quanto à análise da modernidade associada, por vezes, na formação e/ou reorganização das cidades e que constantemente se confronta, é a ideia do antigo e do novo; da tradição e do moderno (LE GOFF, 2013). Fazemos lembrar que, se a modernidade é benéfica ou maléfica, não será a atenção – pelo menos não norteará, a princípio – do nosso trabalho. O que porventura possamos refletir, sem nos aprofundarmos no tema, é como as ideias de modernidade e seus signos estiveram presentes nas diversas transformações na cidade. A utilização da História Local como estratégia pedagógica, possibilita construção de várias histórias, saindo da particularidade, individualidade, do único em direção a uma história mais participativa, coletiva e diversa.

Para que pudéssemos trabalhar a história da cidade de São Bento do Una, resolvemos elaborar um projeto didático. Acreditamos que esta opção de trabalho por meio de projetos colabora e contribui de forma mais participativa na aprendizagem de conceitos e conteúdos, tornando mais significativo seu entendimento. Neste projeto didático, também, buscamos trabalhar, à luz da Educação Patrimonial, a história da cidade. Assim, tomamos como referência os quatro pilares de sua metodologia: observar, registrar, explorar e apropriar. Por meio de alguns vestígios e prática cotidianas, é possível perceber as várias temporalidades presentes numa cidade. Elaborado o projeto, traçamos seus objetivos, etapas e forma de expor e compartilhar toda a aprendizagem construída ao longo do mesmo, que serão descritos nesta dissertação.

A cidade tornou-se um tema que me encanta desde a época de minha formação sacerdotal. Quando entrei no seminário, deixei o meu lar em Recife para morar no interior do Estado. Viajando e residindo em algumas cidades, certas práticas e histórias chamavam mais atenção cada vez que sentava com alguns moradores para conversar nos bancos e calçadas das praças de várias. Carregadas de muita

emoção, vi através das memórias, de muitas pessoas que encontrava, as “várias cidades dentro da cidade”. Estas muitas memórias associadas a lugares, construções, monumentos, práticas, rituais, possibilitava, como nos diz Pollak (1992) e Lowenthal (1998), conhecer o passado. Entretanto, como não era o meu objetivo, naquele contexto, estudar a cidade, continuei meus estudos, sem abandonar, porém, esta temática. No ano de 2005, ao ser encaminhado para a cidade de São Bento do Una, fui informado que permaneceria lá até a Diocese de Garanhuns, jurisdição eclesiástica a qual pertencia, deliberar outros encaminhamentos. Entretanto, orientado por alguns padres e, em especial, por meu bispo diocesano, Dom Irineu Roque Scherer, em saudosas memórias, fui levado a cursar licenciatura em História. Mestre em História da Igreja, argumentava que o curso poderia contribuir na minha formação acadêmica, associando-o aos cursos de Filosofia e Teologia. Durante o curso de História, tive contato com outras leituras e conheci algumas possibilidades de pesquisa em história, dentre elas a História Local. Via a possibilidade de conhecer mais sobre as ações políticas, econômicas e culturais enquanto agentes que contribuem na dinâmica de uma cidade, por exemplo. Era preciso muita leitura e muita pesquisa. Na especialização, tive a oportunidade de fazer um trabalho que discutiu o processo de urbanização na cidade de São Bento do Una – PE, a partir de análises fotográficas, entrevistas, buscando perceber no que seriam “signos da modernidade” (eletricidade, cinema, entre outros), os diversos movimentos que geraram transformações tanto no espaço físico do centro da cidade, como no cotidiano das pessoas.

No ano de 2016, realizei o exame nacional do PROFHISTORIA (Mestrado Profissional em Ensino de História) onde tive a alegria de ser aprovado. Começava mais uma etapa na minha formação profissional. O mestrado surge como uma oportunidade de novos conhecimentos, que possibilitou significar e melhorar cada vez mais minha prática docente enquanto professor de História, colaborando no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Creio que ajudaria os alunos a compreender de forma mais significativa conteúdos, conceitos, ideias como: elementos culturais que constituem uma identidade, as transformações dos espaços geográficos, a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais entre outros, diante das evidências do passado identificadas e analisadas a partir do estudo sobre a cidade, na construção

de novas perspectivas históricas da mesma, tornando possível e significativo este processo para todos nós.

Além destes e outros enfoques que surgiram e que sempre surgem na ação docente, busquei obter mais conhecimentos que pudessem acrescer no desempenho das minhas atividades, que, por sua vez, exigiram um maior esforço e aprofundamento nos mesmos. Muitas contribuições significativas foram apreendidas por meio de vários textos e debates ocorrido nas disciplinas ofertadas e cursadas pelo PROFHISTORIA – UFPE/UFRPE. Tudo isso serviu como aporte para desenvolver este trabalho.

Quanto à elaboração desta dissertação, foram feitos vários aportes teórico-metodológicos, onde por meio de alguns passos apresentamos os seguintes capítulos como fruto de cada etapa do processo de pesquisa.

No capítulo 01, *História Local e Ensino de História*, buscou-se fazer uma discussão sobre alguns elementos teóricos que possibilitassem compreender ainda mais esta relação. Entende-se que para saber como se pode conhecer o passado (Lowenthal 1998) os usos de alguns vestígios, dentre eles a memória, são elementos muito importantes a serem aprofundados. Falar da memória, é possibilitar enxergar, nas diferentes memórias de uma cidade, os elementos que contribuem na construção de uma memória histórica. O Ensino de História colaborou por muito tempo para evidenciar os grandes feitos e personagens e que estes muitas vezes encerravam em si mesmos toda a história de uma Nação. Ora, essa forma de se fazer e de se ensinar História passou por grandes mudanças e estas irão possibilitar a inserção e compreensão de outros personagens e eventos que compõem a história de um lugar. A História Local surge como estratégia para que os alunos possam compreender a história *no* local, a partir das relações entre os vários níveis como regional, nacional e global, e *do* local por meios dos vários elementos, memórias e ações internas possibilitando compreender a história *na* e *da* cidade. Para isso, ações como as desenvolvidas pela Educação Patrimonial inserem-se nessas abordagens.

No capítulo 02, fez-se uma breve apresentação da cidade-campo do trabalho, São Bento do Una-PE, percorrendo, por meio de obras e dados sobre a cidade, sua formação histórica. Fazemos uma breve análise sobre as transformações urbanas na

cidade a partir dos anos de 1940 e como estas estabeleceram novas práticas e relações sociais.

No capítulo 03, iniciou-se uma discussão sobre como o trabalho por projetos pode ser uma ferramenta interessante para o trabalho do professor. Como ação desta discussão apresentou-se o projeto *Memórias da cidade: a “leitura” da cidade através da Educação Patrimonial*, que foi desenvolvido junto com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos da Rede de Ensino do Estado de Pernambuco. Para estas “leituras” da cidade, contou-se com um acervo fotográfico que possibilitou investigar as mudanças, permanências e simultaneidades do espaço urbano nas evidências fotográficas.

Ao final, foram feitas algumas considerações sobre a utilização do projeto didático como um instrumento pedagógico no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Acreditamos que estes podem adquirir conhecimentos, conceitos, ideias e habilidades, como compreender elementos culturais que constituem uma identidade, as transformações dos espaços geográficos, a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais.

A partir das experiências com este projeto estamos propondo o “Vejo São Bento noutra dimensão”, uma cartilha que busca apresentar brevemente o projeto Memórias da Cidade, os conceitos utilizados no projeto, referências de artigos e obras que busquem aprofundá-los, objetivos, etapas e sugestões de atividades.

A cidade contém a essência da coletividade nas suas várias práticas estabelecidas no local, permitindo que suas memórias não desapareçam no tempo e no espaço. Os diversos vestígios do passado permitem ainda, afirmar que por meio deste trabalho pode-se desenvolver a capacidade de compreender o quão viva podem estar as memórias de uma cidade, permitindo ao indivíduo através do presente, conhecer e chegar ao passado e, como este possibilita legar elementos históricos para gerações futuras.

2 HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA

Falar de História Local é sem dúvida um desafio uma vez que este campo, mas que não é tão novo, vem conquistando espaços cada vez mais significativos no ensino de História. Ora, esta, quando da sua constituição como ciência, no século XIX, buscou valorar grandes eventos, personagens e lugares como importantes a serem ensinados, lembrados e comemorados de forma que estes, aos poucos, buscavam “fortalecer” as memórias da nação. A rememoração, ao mesmo tempo que silenciava

as memórias das inúmeras pessoas e de lugares afastados dos grandes centros do poder – pequenas cidades, vilarejos, aldeias, quilombos – buscava alimentar o espírito de respeito à Pátria e daqueles “eleitos predestinados” que estavam à frente dela. Nascia a História da alma patriótica. Existe uma preocupação, nos aponta Bittencourt (2008), sobre como este projeto ufânico de patriotismo deveria ser pensado quanto ao ensino de uma História do Brasil.

O ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando temas que incitasse a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes. Assim, desde o início da organização do sistema escolar, a proposta de ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer dos séculos XIX e XX. Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma ideia de nação associada à de pátria, integradas como eixos indissolúveis. (BITTENCOURT, 2008, p. 61)

A forma de selecionar o que se estudar ou não em História, tinha muito de sua perspectiva quanto aos seus métodos e fontes. Esta história de caráter político e fundamentos advindos do positivismo cientificista, construído na segunda metade do século XIX e início do XX, que, dentre vários pontos, buscava comprovar por meio de documentos e eventos oficiais sua veracidade quanto aos fatos, começava a enfrentar alguns embates. No início do século XX surge um movimento que buscou ampliar as possibilidades de se conhecer o passado e de se fazer e escrever a História: a revista *Annales d'histoire économique et sociale* ou mais conhecida por Escola dos Annales, fundada em 1929 pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch¹. Os annales traziam para a discussão temas que pouco davam “brilho” aos grandes eventos e personalidades: o cotidiano, os abandonados, excluídos, os pequenos fazeres, trabalhadores, entre outros. Havia uma preocupação teórico-metodológica para que estas novas abordagens aos poucos fossem se estabelecendo. Nesse sentido, começam a discutir e a propor uma história mais social. Muitos trabalhos e discussões serão realizados a partir destas perspectivas. As grandes histórias de eventos, personalidades, lugares, começam a dividir espaço com as histórias do dia-a-dia das

¹ Para aprofundar mais sobre este movimento historiográfico ver: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. Tradução Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

peessoas mais simples: trabalhadores, mulheres, marginalizados, aldeias, quilombos, pequenas vilas e cidades. Tudo e todos são agora objetos e sujeitos da história.

Não é difícil encontrar alimentada a ideia de que a história de um evento será uniforme, ou seja, que em todos os lugares a história se repetirá e da mesma forma. Quando se fala, por exemplo, de modernização brasileira, não se pode e nem se deve vê-la como algo uniforme, mesmo nas grandes cidades do país. Cada qual atravessou este processo de inúmeras maneiras. Seus signos de modernidade vão ganhando sentido à medida que promovem transformações diversas no espaço urbano e em seu cotidiano. A instalação de um sistema de energia elétrica numa praça, que vem substituir os antigos candeeiros à querosene pôde ter trazido, para alguns, embelezamento do centro urbano, modificações quanto à cotidianidade em suas práticas e ações tão comumente incorporadas na agora chamada “vida noturna”. Mas este signo moderno pôde, também, ter ocasionado alguns incômodos para alguns como as famosas “escapulidas”, a falta de sossego quanto ao barulho das pessoas nos bancos das praças e calçadas das residências, atrapalhando, com suas conversas e gargalhadas, o descanso de um dia de trabalho de muitos que moram por perto.

Esta análise de como a eletricidade impactou a vida dos cidadãos pode ser vista em múltiplas perspectivas e a partir de vários focos. O quanto mudou ou não o espaço urbano a partir da chegada de signos modernos (eletricidade, rádio, trem...), como a relação pessoa-espaço foi alterando-se com estas mudanças, o surgimento e o desaparecimento de alguns lugares, construções e como o passado de um lugar pode ainda se revelar a partir de vestígios deixados nestes espaços. Tais mudanças podem ser percebidas em seu entorno: algumas edificações, pequenos detalhes de uma construção em reforma, a utilização de alguns espaços pelos habitantes do lugar ou transeuntes.

As discussões feitas em relação a como a história era tida como “global, universal” foram perdendo certa sacralidade em relação ao eurocentrismo, que naquele momento influenciava em muito a forma como se organizavam, por exemplo, as cidades e os conteúdos escolares aqui no Brasil. Quando estudamos, por exemplo, as transformações físicas, políticas e econômicas de um espaço urbano e, buscando compreender os signos de modernidades no Brasil e seus impactos no cotidiano das

peessoas, não necessariamente precisamos ficar presos apenas às mudanças e/ou permanências ocorridas nas grandes cidades do país e do Mundo.

Pensar o ensino de história neste movimento de idas e vindas, construções, desconstruções e reconstruções impulsiona olhar para a localidade como uma janela que se abre para o mundo, porque ao mesmo tempo em que fala das vivências próximas, do que é possível ver, sentir, cheirar, tocar e reconhecer, instiga a perguntar sobre o que há em e de nós nos outros tempos e lugares? Como entendemos ou mantemos as nossas tradições? O que significamos como memória e história nos seus entrecruzamentos para construirmos o conhecimento histórico escolar? (LIMA, 2009, p. 8)

Há muito que se perceber destas transformações na história da rua, do bairro, da escola, da família, da cidade, do cotidiano e como estas foram chegando nas longínquas e pequenas cidades: quais impactos foram gerados, o que se compreendeu como signo moderno, por exemplo, como essas mudanças foram se estabelecendo e sendo percebida pelas pessoas entre outas abordagens que porventura podem ser exploradas.

2.1 CONHECENDO O PASSADO: MEMÓRIA, HISTÓRIA E RELÍQUIAS

Como conhecemos o passado? Indaga-nos Lowenthal (1998) para examinar os mecanismos de tomada de consciência do passado. Este, por sua vez, nos cerca e nos preenche através das várias experiências, relações e/ou interpretações com o acontecido. Este passado, entretanto, surge-nos no reconhecimento do mesmo, seja no que foi dito ou no que foi feito. Isto dar-se-ia, pois, o passado convive com o presente ao mesmo tempo que se diferencia dele. Segundo Lowenthal, para conhecermos o passado podemos analisar três fontes: *Memória, História e as relíquias*. Estas fontes ajudariam, segundo ele, a indagar/perguntar o que aconteceu, bem como apreender o que teria ocorrido e como formou-se nas pessoas o entendimento sobre o mesmo.

Ao refletirmos sobre memória, vemos uma ideia de consciência do passado e que, por sua vez, está constituída na memória, onde por meio de lembranças busca-se recuperar tal consciência.

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos e confirmar o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos *se/ves* anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornados. (LOWENTHAL, 1998, p. 83)

O nosso prosseguir na história depende inteiramente da memória. Entretanto, precisamos estar conscientes de que “a memória é de natureza inviolável”, podendo permanecer privada ou por nós, tornada pública. Percebe-se, ainda, um caráter de afetividade, mas também de intencionalidade na forma como o passado é lidado pelo presente que se relaciona e se constitui com a memória.

Esquecer (que pode ser até desejável, mas não inevitável) revisar, confirmar nossas lembranças são ainda ideias que têm grande valor para que a memória possa fazer sentido. Assim, pode ser percebida a importância das lembranças no relacionar do passado ao presente.

A função primordial da memória não está apenas em preservar o passado, mas sim, acomodá-lo ao presente enriquecido e manipulável e que as reflexões sobre o passado, feitas pelas lembranças, não são coisas prontas, mas “ecletticas, seletivas e alteráveis” onde “delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta”.

A História nos ajudará a conhecer o passado. A história ajuda a ampliar e construir a memória quando busca interpretá-lo por meio das “narrativas orais, filmes, obras de ficção, obras de artes”.

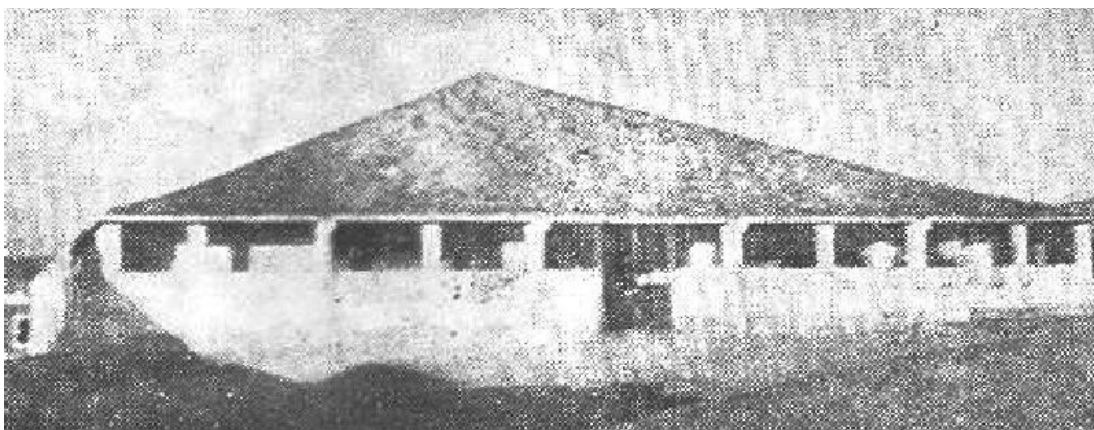
Vê-se também, que o passado histórico pode ser examinado, como também ser corrompido. Recuperar ou recontar em sua totalidade um relato histórico é impossível, uma vez que segundo Lowenthal (1998, p.111) “a imensidão do passado em si, a diferença entre acontecimentos passados e seus relatos sobre esses acontecimentos e a inevitabilidade do preconceito” limitam o que pode ser conhecido. O historiador precisa estar atento para que algum aspecto do presente não esteja tendendo a alterar ou esgotar este passado.

Há também uma outra forma/fonte de se conhecer o passado que é por meio das relíquias, estas, entendidas como fragmentos, vestígios ainda existentes e/ou preservados de um passado. Quando a História e a Memória tornam visíveis apenas alguns vestígios, o passado fica limitado e o presente acaba preenchendo o que não

foi contemplado. Quando relacionamos o que existe hoje com tempos precedentes, associando nossa capacidade de descobrir o passado, entendemos como as coisas podem ser percebidas e evidenciadas como relíquias para nós. Percepções variáveis cultural, ambiental e individualmente poderão construir o conceito de antiquado no sentido de obsoleto em relação às relíquias. As relíquias podem dar vida à história quando estas dão um novo significado para a memória. Elas precisam ser decifradas para que tenhamos uma ideia de sua funcionalidade, até porque elas são ‘mudas’, precisam de interpretação. Uma das qualidades atribuídas às relíquias é sua ‘coexistência com o presente’ que nos levam, por meio de seus artefatos e fragmentos, ao passado.

O poder local pode, ao querer impor algo novo, diminuir ou “apagar” o que existe. Como forma de ilustrar as relações de poder que possam existir. Trago a história do grande Mercado (Imagem 1) de São Bento que foi construído no centro da então vila nos idos de 1884. A construção deste, inúmeras vezes solicitada pelos chefes locais, serviria tanto para espaço de comércio, como espaço de festividade, uma vez que não havia um ambiente tão grande para tais eventos. Na elevação de Vila à Cidade, em 06 de junho de 1900, muitos acompanharam a leitura do decreto de elevação na Igreja Matriz da cidade e acompanhados pela Banda Santa Cecília. Os munícipes dirigiram-se em grande procissão festiva até o “Imponente Mercado” onde lá confraternizaram-se.

Imagem 1 - Antigo Mercado Público de São Bento do Una



Fonte: LEMOS. Gilvan. **O Velho Mercado**. O Momento, São Bento do Una, p. 4, 1959

Entretanto, movidos por “ares de mudanças” vindos das grandes cidades, o Mercado começou a se tornar para alguns uma grande barreira. Assim, uma série de

justificativas foram utilizadas para que o mesmo viesse a ser demolido e construído em seu lugar o prédio da Prefeitura e uma praça. Assim, o Mercado de imponente e glorioso passa a ser visto, por alguns, como “monstruoso”, horrível. O exemplo citado não pretende discutir se foi acertada ou não a decisão de derrubar o Mercado, mas para que se pudesse ilustrar como os discursos podem flutuar quando dos interesses de um grupo, fazendo, assim, com que ações, mudanças e permanências sejam direcionadas por estes. De fato, nunca mais se ouviu falar daquele mercado, a não ser para mostrar suas mazelas, estas desanimando e elipsando qualquer interesse de busca de suas memórias e histórias. Deste modo, o preconceito gerado, reforçando o que nos diz Lowenthal (1998), é um dificultador de conhecimento do passado.

A Memória, a História e as Relíquias, fontes apresentadas para se conhecer o passado, proporcionam caminhos que não podem ser percorridos se as três não estiverem lado a lado. Essa compreensão do passado apresentará variação significativa entre as gerações, bem como no percurso histórico. A memória dos que estão no poder se fará evidenciar nas histórias destes, assim como nos seus símbolos. Como fazer então os usos e apropriações da memória de forma que todos possam ser partícipes da construção da história?

2.2 MEMÓRIA COLETIVA E MEMÓRIA INDIVIDUAL

Por meio da chamada história de vida busca-se discutir os embates de memórias na construção de uma identidade social, esta entendida por sua vez como elemento de pertencimento para um determinado grupo social. A memória e a identidade são dialógicas e flexíveis e ambas ajudam a entender a vida no presente.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2011, p. 16)

No entanto, como interpretar a memória, seja ela individual ou coletiva, e sua importância na construção de uma identidade, seja ela local, regional ou nacional? Nesta discussão, Pollak (1992) busca entender como é operacionalizada a memória e, por sua vez, que esta operacionalização acontece de forma coletiva:

A memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Se destacarmos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. (POLLAK, 1992, p. 201)

Quais seriam os pontos relevantes, o que constitui, portanto, a memória individual ou coletiva? Para Pollak evidenciam-se os seguintes pontos, a saber: I) os acontecimentos: ‘vividos pessoalmente’ ou ‘por tabela’, seriam aqueles onde um grupo de pessoas, que porventura participaram ou não destes acontecimentos constituiriam significado em seu imaginário; II) As personagens: estão num curso da vida e que, indiretamente conhecidas, acabam se tornando manifestas nas memórias das pessoas; Os lugares: podem estar ligados sempre a uma lembrança vivida ou ‘por tabela’, nos mais diversos espaços como os museus, praças e edificações. Estes podem projetar uma realidade, “mas pode se tratar também da projeção de outros eventos” provocando alguns problemas quanto a sua relevância e importância.

Até o presente, vemos a importância dada à memória na operacionalização coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar. Ela (a memória) integra-se como tentativa mais ou menos consciente de definição e de reforço de sentimentos de pertencimento, bem como de fronteiras sociais entre coletividades. A memória, portanto, é seletiva e disputará espaço entre outras:

A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p. 204)

Essas disputas são comuns, pois, isso garantirá as permanências e mudanças daquilo que “deve” estar na memória de um povo.

A memória pode ser arquitetada de forma consciente ou não, onde na sua organização muitas coisas podem ser “gravadas, modificadas, excluídas ou relembradas”. Esta construção pode se realizar pela individualidade ou coletividade

na tentativa de se criar uma identidade, buscando elementos que a façam perceptível no momento de sua manifestação. Assim, a ideia de memória como elemento constituinte de sentimento de identidade será muito importante para a existência de uma construção de si por uma pessoa.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 205)

Uma outra discussão está no tocante a como a memória pode ser enquadrada, podendo esta ser arbitrária.

Em relação à herança do século XIX, que considera a história como sendo em essência uma história nacional, podemos perguntar se a função do historiador não terá consistido, até certo ponto, nesse trabalho de enquadramento visando à formação de uma história nacional. Este fenômeno é mais claramente acentuado em países cuja unificação nacional se deu tardiamente, e onde a ciência histórica tinha uma tarefa de unificação e manutenção da unidade. (POLLAK, 1992, p. 206)

Esse enquadramento precisará ser justificado perante o grupo que trará batalhas ferrenhas para buscar constituir a sua(s) memória(s) e “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização”. A memória pode ser enquadrada por meio do “material fornecido pela história”, que muitas vezes podem estar ao nosso alcance (vestígios, narrativas) ou não.

Assim, a memória de uma pessoa estará sempre relacionada à memória de um grupo, em outras palavras, as memórias são dialógicas, não podem ser pensadas sozinhas, mas coletivamente. Elas também colaboram na construção de uma identidade, estas muitas vezes herdadas e incorporadas. Entretanto, Candau (2011, p. 19) enfatiza que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca

memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade”. Este sentimento de identidade irá fazer com que, das memórias, possamos construir histórias.

Clio e Mnemosine, História e memória. Ambas estão postas lado a lado, uma não é maior que a outra, não há hierarquias, ambas se completam. Elas dialogam constantemente. Todavia, isto nem sempre foi assim. Mas, porque houve estas disputas? Por que para se conhecer o passado e construir o conhecimento histórico não era possível fazê-lo com o uso apenas da memória? Paim (2010) nos dirá que:

É um longo processo histórico que vem desde o início da modernidade capitalista, quando, então, a História passou a ser considerada uma ciência objetiva e expulsou de seu interior a possibilidade do uso de valores, experiências, sentimentos, enfim tudo o que não fosse racional, sem posicionamentos, científico. Como a memória é pautada nas subjetividades, foi sendo afastada da construção dos conhecimentos históricos. (PAIM, 2010, p. 85)

Essa metodicidade e positividade era a marca da história no século XIX e início do século XX. A subjetividade da memória e, porventura, sua “imprevisão” a deixaria relegada aos memorialistas, diletantes; e, aos historiadores, caberia examinar fontes manuseáveis, palpáveis, legitimadas pelos órgãos oficiais de registros. A memória, como bem nos lembra Paim (2010), não é acionada na hora que bem quisermos. Ela precisa estar à vontade para emergir. Este acesso ao passado pelo uso da memória não é tão simples. Dependendo daquilo que se quer lembrar ou esquecer, isso pode dificultar ou não este acesso. A memória é afetiva

Como são individualizadas, as memórias produzem emoções e significados diferentes em cada um que as viveu. Cada um modifica a maneira de percebê-las conforme suas experiências, hábitos, afetos, convenções. Para exemplificar, podemos usar o ditado popular “quem conta um conto, aumenta um ponto”. Nele destaca-se a individualidade das lembranças e, assim, cada um narra de maneira diferente o mesmo fato. Dessa forma os sujeitos que contam o que lembram, evocam, dão voz, fazem falar, dizem de novo as experiências vividas. (PAIM, 2010, p. 87)

Toda esta afetividade da memória carrega consigo lembranças que ajudam a manter vivos eventos, fazeres, lugares significativos na vida de uma comunidade. Sem

lembranças, nos adverte Candau (2011), o sujeito é aniquilado. Um lugar, um artefato, uma construção, um ritual que carregam consigo memórias e histórias, necessárias, como vimos, para se construir uma identidade e que por vários motivos, conscientes ou não, não são acessadas, valorizadas ou reveladas, correm o risco de serem esquecidos para sempre por esquecimento ou silenciamentos. Por meio dos usos da memória e da identidade, constrói-se e ganha-se forças. Assistir a um desfile, procissão religiosa, participar de rodas de conversas, serenatas, passear por ruas, praças farão com que o indivíduo, dependendo de como cada uma destas ações o impactarão ou não, rememore situações vividas por si ou por outrem fazendo destes acontecimentos algo singular para ele, um grupo ou uma comunidade. Ao ouvir uma banda tocar, o santo passar, pessoas conversarem, tocarem e cantarem; ao ver um objeto, um casario, uma praça, estes podem contribuir para que o passado possa ser conhecido por meio das várias memórias que compõem a história de um lugar.

2.3 O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA LOCAL

Pode parecer estranho para muitos a frase “o passado não existe”. Mas, por quê? Muitas pessoas ainda olham para o historiador como o “especialista” do passado. Marc Bloch, nos idos da década de 1940, ao discutir o caráter científico da história nos traz, como uma definição, o estudo “dos homens no tempo”, ou seja, “uma ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 1944, p.55). Logo, percebe-se que a História não é a disciplina do passado, nem tampouco os historiadores são guardiões deste. A História se articula dialeticamente com as várias temporalidades, bem como nas suas diversas fontes e métodos produzindo a cada tempo, com novas perguntas, novas respostas, novas escritas. Ao falar de uma vasta polissemia de conceito para a História, Oliveira (2010) afirma que este leque de significados está em constante mudança:

A História vivida ou o processo histórico refere-se às experiências vivenciadas pelas diversas sociedades, mas este passado não pode ser recomposto em sua totalidade, não há como resgatar o passado na sua inteireza. A história escrita é um recorte desse passado, não por incompetência dos profissionais de História, mas porque este é o objetivo da produção do conhecimento histórico: problematizar o passado. Não se estuda História para contar tudo o que aconteceu,

mas para construir uma problemática sobre o passado ou sobre um tema em perspectiva histórica. (OLIVEIRA, 2010, p. 10)

Anteriormente, vimos como a memória, a história e as relíquias se articulam. Observou-se que estas, para dar acesso ao passado, trabalham de forma articulada. Nenhuma delas encerra todo o passado em si. Afinal, o que nos chega são apenas fragmentos do passado. Discutiu-se, também, que a memória contribui na construção da identidade de um povo. É preciso ter em mente que o uso da memória permite, por meio da pesquisa, a produção de uma história pelos historiadores e que é necessário que isso fique bem entendido, lembra-nos Oliveira (2010).

A história de um lugar, por mais que exaustivamente nos empenhemos para conhecer, contar, registrar, sempre nos escapará na sua completude, nunca será “a” história e sim “uma” história. Assim, a História

Contribui, em primeiro lugar para entendermos o mundo presente. Como em uma cidade, coexistem através da arquitetura, das crenças, dos mitos e superstições do passado e presente. A história ajudaria a decifrar esta paisagem. A História também ajudaria a entender que além de tudo o que está gravado na pedra ou sepultado debaixo da terra, as atitudes e os comportamentos humanos perante a doença, o sofrimento, a morte, as idades da vida não são eternos. Pertencem à temporalidade, têm um princípio e um fim. A história é a arte de aprender que o que é nem sempre foi, que o que não existe pôde alguma vez existir; que o novo não o é forçosamente e que, ao contrário, o que consideramos por vezes eterno é muito recente. Esta noção permite situarmo-nos no tempo, relativizar o acontecimento, descobrir as linhas de continuidade e identificar as rupturas (MATTOZZI, 1998, p. 26).

Quando, nas práticas cotidianas em sala de aula, buscamos fazer com que os alunos reflitam sobre a importância da história para o entendimento do mundo em que vivemos e como este foi e se constitui nas várias ações humanas, espaços, sociedade e temporalidades, a partir de métodos que a História nos propõe, estamos ensinando a pensar historicamente este mundo. Este pensar historicamente pode ser desenvolvido a partir das ações próximas à realidade dos indivíduos. Dentre as várias maneiras de se propor este pensar historicamente acreditamos que a História Local seja uma delas.

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho, lazer - e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. (BITTENCOURT, 2008, p.168).

O Ensino de História através do ensino da História Local vem ajudando a fomentar não só um sentimento de pertencimento, mas a congregar, valorizar e muitas vezes a fortalecer as histórias e memórias dos diversos sujeitos históricos pertencentes a estas localidades – doravante muitas vezes vistas como pequenas, ou sem valor histórico – e que são elementos que colaboram na construção de identidade. A História Local está muito próxima de nós, não simplesmente por uma mera aproximação física, mas, enquanto possibilidade de estudo de um passado recente, imediato. Em um clássico e consagrado texto sobre História Local, aqui no Brasil, o historiador Raphael Samuel (1990) enfatiza como esta possibilita outros enfoques e como podemos percebê-la próxima de nós.

A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia mais imediata do passado. Ela é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (SAMUEL, 1990, p. 220).

Porventura, além de aproximar, há uma significação cada vez maior das pessoas com a história de sua rua, seu bairro, comunidades, manifestações culturais compreendendo que estas são importantes e se relacionam direta ou indiretamente com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Assim, tomando-se como base a historicidade local define-se como objetivo a valorização das relações das pessoas com o seu local e com outras pessoas deste local, fazendo dessas vivências objetos de estudo histórico, sem, no entanto, descuidar das inter-relações entre as dimensões do espaço geográfico local, regional e nacional, tampouco fragmentar aspectos indissociáveis das suas construções culturais que só se tornam referenciais significativos se apreendidos historicamente. (LIMA, 2009, p. 7)

Deste modo, por meio da História Local, poderemos fazer com que os alunos venham a perceber as várias transformações a partir das suas ações em seu próprio lugar, participando mais, deixando somente de ouvir sobre a história de sua cidade, mas, também, construindo e fazendo estas histórias. Assim, a proximidade com o lugar onde nascemos (cidade, aldeia, quilombo) possibilita, como aponta Rodrigues (1992), perceber a importância que cada um tem como agente transformador e participe da história deste lugar.

[...] o cidadão, embora pertencendo à Nação, tem no município suas raízes. É nela que ele nasce, cria seus filhos, trabalha; a relação fundamental da vida do cidadão ocorre, portanto, no município. Então começemos por ensinar nossos alunos a acompanhar os administradores municipais, em sua atuação política; começemos por ensiná-los a conviver com a realidade concreta dos municípios, pelo conhecimento da vida política, administrativa, cultural e social de onde ele vive. Será através desse conhecimento que o cidadão poderá dimensionar sua real parcela de influência na transformação da realidade vivida. Tal envolvimento o levará à compreensão de sua importância e papel na transformação dos rumos da nação. (RODRIGUES, 1992, p. 43)

Levando em consideração o processo de construção de uma história nacional, as histórias das grandes cidades do Brasil já eram assim tratadas localmente e nacionalizadas como importantes na construção de uma identidade da nação. Como já apontado, a história local não é uma novidade. Esta, segundo Bittencourt (2008), já se encontrava nas propostas curriculares de muitas províncias do Império brasileiro, de certo, muitas delas, referendadas e orientadas pelo Colégio Pedro II². Todavia, ao mesmo tempo que há uma valorização da história da nação a partir das histórias destes poucos e dominantes centros urbanos, há uma busca por “igualdade” no sentido de inspiração-cópia. Muitas cidades, querendo se igualar às grandes metrópoles nacionais, começaram a investir dentro de suas possibilidades, por exemplo, em eletricidade, mobilidade, pequenas indústrias, padrões comportamentais, signos da modernidade advindos da *Belle Époque*³, tendo como

² O Colégio Pedro II foi criado pelo governo imperial do Brasil pelo decreto-Lei de 2 de dezembro de 1837 sendo a referência para muitas instituições de ensino durante até meados do século XX.

³ A Belle Époque, conhecida com a Bela Época, foi um movimento de grandes transformações arquitetônicas, urbanísticas, culturais e tecnológicas. Ocorrida em meados do século XIX em vários países europeus, com destaque a França, este período marcou a ascensão de novos padrões

“padrões” estas grandes e pioneiras urbes, principalmente a do Rio de Janeiro, capital do Brasil até o ano de 1960 do século XX. Muitas vezes a história dita nacional estava ligada a história das grandes cidades do Brasil. Com o advento dos grandes centros acadêmicos teremos uma concentração de produções acadêmicas alocadas principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país. As investidas quanto às produções de materiais didáticos estavam concentradas muito fortemente nestas regiões e, delas, se construía uma história do Brasil bem generalizada e uniformizada. Aos poucos as memórias e histórias dos grupos, aglomerados, aldeias, centros urbanos vão sendo esquecidas e muitas vezes apagadas. Não queremos defender ou negar as histórias das grandes cidades, bem como propor uma história local isolada ou dissociada de quaisquer outras histórias, pois, seria impossível de constitui-la. Como já dito, as histórias dos diversos lugares são e/ou precisam ser dialógicas.

A história local não se opõe à história nacional (ou global), muito pelo contrário. Ao eleger o local como circunscrição de análise, como escala própria de observação, não abandonamos as margens, os constrangimentos e as normas, que, regra geral, ultrapassam o espaço local ou circunscrições reduzidas. A escrita da história local costura ambientes intelectuais, ações políticas, processos econômicos que envolvem comunidades regionais, nacionais e globais. (REZNIK, 2004, p. 5)

A História Local possui suas particularidades e vem mostrando-se um campo resistente ao capitalismo e a globalização homogeneizadores. Ambos, que buscam de forma sutil dar novos significados a certos aspectos do local, provocam embates entre uniformização e diferenciação. Entretanto, a insegurança, o individualismo e o medo de perder sua história com esta uniformização faz com que, por meio da (re)valorização da memória (POLLAK, 1992), novas histórias e outras narrativas o “local” resista. Desse modo, a resistência pode fazer com que repensemos as identidades. O medo da perda da memória faz acontecer as resistências. Ações que evidenciam a importância de se conhecer o passado são formas de resistir à

comportamentais, lazer, marcando profundamente a forma de ser pensar e viver a realidade e cotidiano. No Brasil, a Belle Époque será mais percebida no final do período Imperial e início da República, no final do século XIX, principalmente com as transformações urbanas e arquitetônicas nas grandes cidades do Brasil, em destaque a do Rio de Janeiro.

homogeneização da globalização, buscando valorizar o local como algo real, próximo e singular.

O olhar sobre a cidade pode fazer-nos conhecer o passado e sua história, bem como possibilitar a valorização das diversas memórias como contributo na construção da identidade.

Ao olharem ao redor, as pessoas buscam encontrar elementos de continuidade, algumas quantidades de símbolos de permanência, certo legado do passado. Sem essas referências, tudo se torna insuportavelmente fugidio, transitório, sem sentido. O “lugar” e a “região” respondem as demandas individuais e coletivas por seguranças, continuidade histórica e pertencimento a algum tipo de comunidade de destino. (MARTINS, 2010, p. 139)

Na medida em que se constrói um sentimento de pertença, o sujeito emerge em importância. Conhecer para reconhecer-se como sujeito. Somos “formados e transformados continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2007, p. 12). Assim, não podemos escapar ao lugar, uma vez que este nos compõe, bem como, é um campo aberto na constituição dos sentimentos.

Na construção das identidades locais faz-se necessário saber enxergar as relações de poder que estão presentes nas suas entrelinhas. A história da cidade, muitas vezes – ou sempre –, está alicerçada nestas relações. Por vezes se sobressai um certo ufanismo em torno de pessoas, eventos e instituições que acabam sendo perpetuadas de geração em geração como algo dado, ou seja, que sempre foi assim. Vez ou outra, ao se estudar a história de uma cidade acaba-se por ver um certo “engessamento” histórico-narrativo. História de fundação, de prefeitos e “pessoas importantes”, desfiles, quantas escolas a cidade possui, quem fundou ou construiu o quê, quem inaugurou o primeiro motor de abastecimento de luz elétrica – só para apontar alguns exemplos – acabam sendo o roteiro, muitas vezes único, de leitura para o conhecimento e para a compreensão da construção da história da cidade. O local, aponta-nos Reznik (2004, p.5)

É uma instância narrativa da experiência humana. Ela constitui-se elemento do discurso dos diversos agentes sociais que demarcam suas “fronteiras”, suas “rotas” e suas “expectativas” nesse recorte

especial. Logo, bairro, município, cidade são, para além de tradições inventadas, instâncias da ação.

Quanto ao ensino da história e a escrita como uma ação, Albuquerque (2012) provoca em uma série de questionamentos fazendo uma breve análise de como a história foi se constituindo ciência, e foi desenvolvendo e elencando seus métodos e objetos. A preocupação da história não pode estar centrada somente no passado, pois

O passado não possui uma verdade fechada, mas está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações, das condições históricas do presente em que é interrogado, estudado, analisado, ensinado. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 30).

A história de uma cidade não é somente passado, é também presente. Entendido isso, perceberemos como a cidade foi sendo e é “escrita”, bem como, lendo-a além do que é apresentado e do que se conhece sobre ela. A história possibilita, segundo Albuquerque (2012), “ver, sentir, pensar, valorar o mundo”. Isso pode ser feito provocando “defeitos nas memórias”, ato que permitiria releituras e ressignificados que ajudariam, assim, a apreender não somente “novas histórias”, mas também saber contá-las de forma diferente.

O ensino de História tem um papel importante na construção de identidade, saberes, cidadania, abrangendo os diversos conhecimentos acumulados nos vários tempos e espaços pela humanidade. Dentro ou fora da sala de aula, encontramos uma polifonia de possibilidades para a realização destas construções, não por meio de uma mera transmissão de saberes acabados, mas através de diálogos entre todos os envolvidos nesta ação. Entende-se que

A História, como disciplina escolar tem o papel de contribuir para a formação da consciência histórica dos homens; possibilita a construção de identidades; a elucidação do vivido, a análise e crítica da realidade; potencializa a intervenção social, a práxis individual e coletiva. O estudo da História possibilita a compreensão da experiência humana pelos sujeitos, cidadãos capazes de pensar e agir sobre a realidade. (PERNAMBUCO, 2013, p. 24)

Por volta do fim do século XX, lá pelos anos de 1980 em diante, muitos pesquisadores e professores se debruçaram sobre a importância do ensino de História no Brasil, assim como a necessidade de se rever e incluir novas problemáticas em seu currículo. Vários embates ocorreram, principalmente na ocasião em que o Brasil estava sob o regime civil-militar que ameaçou a disciplina História pela primeira vez, estabelecendo novas disciplinas como Moral e Cívica, OSPB (Organização Social e Política do Brasil), entre outras, que viessem a fortalecer o regime no contributo de uma imagem de país democrático, justo e para todos. Entretanto, mesmo sob a égide de um regime autoritário e perverso, as discussões não cessaram e muitos não capitularam em defesa de seus ideais, bem como da importância de um novo ensino de História como propósito de luta. Muitos documentos propostos foram construídos, como também outros perderam força e significado diante dos advindos horizontes que o Brasil e com ele o ensino de História iriam se deparar com o fim do regime militar.

A exemplo disso temos, em âmbito Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) que naquele momento tornou-se uma referência com uma grande abrangência em todo o país, integrando um importante documento que foi introduzido e estudado, por exemplo, nas ementas de ensino superior e/ou nas reuniões de professores, quanto subsídio de preparação e/ou formação docente. Traziam em seu bojo muitas das discussões percorridas antes de sua implementação e que onde é possível encontrar, dentre as propostas presentes, um currículo mais significativo, menos técnico-teórico, buscando voltar o ensino para mais próximo da realidade dos alunos. Quanto ao Ensino de História, os então conhecidos PCNs buscavam trazer discussões sobre os novos desafios, métodos, objetos, estes dialogando, à luz de uma nova historiografia, com as novas perspectivas de saberes e práticas. Apresentavam objetivos – gerais e específicos –, dentre eles, o mais relevante seria a “constituição da noção de identidade”. Logo, “é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidade individuais, sociais, coletivas” (BRASIL, 1997, p.26). Em sua continuidade, o documento elenca, ainda, três aspectos que seriam fundamentais quanto aos estudos históricos:

- I) Situar a relação entre o particular e o geral, quer se trate do indivíduo, sua ação e seu papel na sua localidade e cultura, quer se trate das relações entre a localidade específica, a sociedade nacional

e o mundo; II) A construção da noção de diferenças e semelhanças; III) A construção de noções de continuidades e permanências.

Não podemos deixar de reconhecer a importância que foram, e continuam ainda sendo os PCNs. Eles foram um marco no final do século XX, abrindo portas para que as várias secretarias estaduais e municipais fossem, também, elaborando suas próprias diretrizes e ações. No Estado de Pernambuco, muitos foram e continuam sendo os esforços para que tenhamos um ensino mais próximo da realidade dos estudantes, assim como de qualidade para todos. Desde o início dos anos 2000 a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco vem produzindo encontros, formações para poder ouvir, refletir e elaborar, em parceria com os vários professores e especialistas, documentos que promovam um ensino de História mais significativo, a partir das inúmeras realidades encontradas no território pernambucano e que possa “contribuir para a formação do pensamento histórico nos estudantes” (PERNAMBUCO, 2013, p. 41). E nos diz mais:

A construção de um currículo de História que de fato objetive a formação de cidadãos críticos, requer a valorização permanente das vozes dos diferentes sujeitos, do diálogo, do respeito à diferença e o exercício da cidadania em todos os espaços. (PERNAMBUCO, 2013, p. 44)

Esta possibilidade de se pensar historicamente nos dias atuais está seriamente ameaçada mediante o caos político em que se encontra o nosso país, mergulhado numa grande e grave crise em suas instituições de poder, a saber: Executivo, Legislativo e Judiciário. Os constantes ataques e ameaças por parte do Governo Federal – extensivo, ainda, as demais esferas de poder da federação – aos currículos e disciplinas que “incomodam” a consolidação dos mesquinhos planos políticos, dentre elas a de História, correm riscos mais uma vez. As inúmeras possibilidades de debates e discussões feitas em sala de aula, espaço democrático do saber, frutos de conquistas de muitos anos de luta, compromisso e respeito por uma educação com e para todos, onde professores pesquisadores e diversos segmentos da sociedade não mediram e nem medem esforços, estão sendo ameaçadas com novas reformulações curriculares que visam entre outras propostas a diminuição e/ou retirada da

obrigatoriedade de alguns componentes curriculares, sendo os de Ciências Humanas um dos mais prejudicados. Isso implica não somente em uma prática de silenciamento velado, como também reflete na formação de novas demandas de professores, principalmente os de ciências humanas que correm o risco de ficarem sem espaços para exercerem sua profissão.

Sempre urge e se torna essencial intensificar ainda mais as discussões acerca do ensino de História e sua importância na mediação e superação destas crises, fortalecendo cada vez mais o propósito de que somos sujeitos históricos, não somos meros expectadores, somos povo, partícipes de ações transformadoras, sejam elas local, nacional ou global. Precisamos permanecer abertos para os inúmeros diálogos com os vários agentes políticos e sociais, bem como compreender que, o que se ensina e o que se aprende em História é fruto de muitos embates teóricos, políticos e pedagógicos e o que estamos, porventura vivenciando em nosso país, precisa entrar na pauta das discussões, enquanto história viva, do tempo presente, nas salas de aulas das escolas e universidades, difundindo-se, reverberando nas famílias, nas igrejas, nas praças, nos meios de comunicações e redes sociais, enfim, em todo lugar. A História superou e consolidou novas abordagens, objetos, e não pode ficar ainda sob as amarras dos antigos métodos, concepções e focos, inviabilizando o enfrentamento dos problemas do presente, dos novos embates.

É imprescindível estar buscando sempre rever, atualizar e introduzir novos paradigmas mediante as diversas singularidades presentes nos diversos espaços do saber.

A história única, verdade absoluta que privilegia alguns heróis, mitos e fatos da memória oficial, é revista e reelaborada por meio de outras leituras, fontes e versões que enfatizam a história como uma construção. Logo, múltiplas leituras são mobilizadas e confrontadas nas aulas de História, o que requer a necessária e permanente atualização, investigação e incorporação de diferentes fontes, respeitando-se as especificidades de cada uma delas e seus diálogos. (PERNAMBUCO, 2103, p. 30)

Deste modo, fica claro que a história local corrobora significativamente com estes pontos, sem deixar de contribuir na construção e fortalecimento das identidades e na construção dos saberes históricos escolares necessários para que os alunos

ajam como sujeitos ativos e participativos de sua história, de seu lugar e, assim, de seu país, afinal de contas, a história é e se constitui, atualizando-se e incorporando novos elementos, novos desafios, novas perguntas e escritas a partir dos diversos sujeitos no tempo.

2.4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A HISTÓRIA LOCAL: MÉTODO E CAMPO EM AÇÃO

Quando se fala em patrimônio, talvez o que vem à mente sejam coisas antigas, heranças, propriedades legadas pelos antepassados. Esta forma de ver o patrimônio alterou-se com o passar dos anos abrangendo concepções que referendam aos bens culturais e costumes constituintes de um valor para um grupo. Logo, percebe-se que o conceito de patrimônio não mais está restrito a algo material como objetos, monumentos, mas integra a imaterialidade, entendida como os diversos fazeres e saberes de diferentes grupos. Faz-se importante ressaltar que toda materialidade é posterior a ideia da imaterialidade, ou seja, o que existe materialmente é fruto de um pensamento, de atributos de valores. Assim, sendo

O patrimônio, em seu sentido mais amplo, é [...] um conjunto de bens materiais e imateriais, herdados de nossos antepassados, que foram transmitidos aos descendentes. Consideramos patrimônio cultural o conjunto de objetos materiais e imateriais, passados e presentes, que definem um povo: língua, literatura, música, tradições, artesanatos, belas artes, dança, gastronomia, indumentária, manifestações religiosas e, também, a história e seus restos materiais, quer dizer, o patrimônio histórico, que são destacados por diferentes razões e ganham um status diferenciado dentro das sociedades. (NUNEZ, 2016, p. 196)

No século XIX, a ideia de patrimônio vai ganhando espaço no tocante a se tornar um elemento integrador da nação. Assim, vê-se que a criação da ideia de uma identidade nacional ganhará forças tendo por referências alguns monumentos do passado, bem como estilos urbanísticos e arquitetônicos.

Essas práticas de atribuição de valor e significados a bens materiais tomaram novas proporções no século XIX, quando a construção de

um patrimônio foi articulada à formação dos Estados nacionais. Desse modo, constituiu-se, em diferentes países, um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores. (CHUVA, 2011, p.37).

As discussões e as políticas públicas no Brasil sobre Patrimônio foram ganhando cada vez mais força nas diversas esferas de poder, principalmente no final do século XIX, com o advento do período republicano, prevalecendo em alguns momentos, como assinala Nunez (2016) “o valor artístico; em outro, o valor histórico; em outro, o valor histórico como valor de documento”. Não custa recordar que, no tocante às questões patrimoniais no Brasil e dentre muitos nomes deste período, destacamos o de Mário de Andrade⁴, que esteve atento a estas e outras questões. Inserido na busca por uma identidade brasileira, Andrade, entre outros, foi aguerrido e atuante participante do movimento modernista no Brasil onde, por meio das artes visuais, teatrais, literatura etc., tentava construir e disseminar uma cultura tipicamente brasileira, criticando os elementos norte-americanos e europeus, principalmente o francês, advindos da *Belle Époque*.

A característica preponderante da mentalidade desse período era o desejo de conhecer e explicar a identidade brasileira por meio da arte, da ciência, da literatura e do conhecimento das tradições brasileiras [...] Um dos temas centrais do debate, na época, era o tema da identidade cultural brasileira. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 29)

Mesmo já aparecendo na Carta de 1934, os debates e ações sobre patrimônio só começaram a ser geridos, por órgãos públicos, com a criação oficialmente do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em janeiro de 1937.

⁴ Mário de Andrade nasceu na cidade de São Paulo em 9 de outubro de 1893. Foi um grande poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista ensaísta brasileiro. Se destacou como um dos grandes nomes da Semana de Arte Moderna de 1922. A convite do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elabora o anteprojeto de criação do futuro SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937 e que teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Faleceu aos 25 de fevereiro de 1945, com 51 anos de idade. Para ver biografia completa ver: <http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade> acesso em: 07 dez. 2017.

Alguns meses depois, em 30 de novembro de 1937, encontramos uma definição de patrimônio histórico e artístico como “[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público [...]”. Todavia, esta categorização de determinados bens, bem como as diversas “abordagens, recortes e olhares sobre o patrimônio” estava apenas restrito aos técnicos do SPHAN, que buscavam eleger os bens que constituem uma nação, a partir de seus entendimentos. É percebido assim o quão distante estavam as pessoas e grupos sociais na eleição de seus bens e como foi, e continua sendo, importante os vários embates sociais e políticos para que ações de valorização e reconhecimento ganhe espaço. Passados alguns anos e com nova nomenclatura, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) irá desenvolver e ampliar seus campos de atuação quanto ao patrimônio brasileiro, revendo e ressignificando o conceito de patrimônio, discutindo novos critérios e abordagens de categorizações dos bens culturais, envolvendo junto aos técnicos dos órgãos de preservação os diversos atores e grupos sociais do país, bem como estabelecendo um maior diálogo e responsabilidades entre todos os envolvidos. Vemos claramente que a Carta de 1988, após inúmeras disputas, buscou definir nos artigos 215 e 216 as preocupações e responsabilidade que em regime de colaboração terão Governo e comunidade, quanto ao patrimônio cultural, bem como ampliar as definições, ainda restritos à sua materialidade.

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileira, e das de outros participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização a diversidade étnica e regional.

Art. 216. – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em

conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Podemos reportar-nos à ideia de patrimônio não apenas a uma materialidade construída ou adquirida e transmitida para um grupo de pessoas (família, comunidade, Governo). Para além desta restrita limitação de bens, hoje, encontra-se mais alargada a ideia de patrimônio histórico cultural como bens representativos da memória coletiva de um povo, em um âmbito mais regional ou global, sejam eles materiais (igrejas, casas, praças, bustos, museus, prédios públicos, objetos como uma louça, um talher, entre outros bens físicos) ou imateriais (danças, procissões, festas, técnicas de cozinhar, costurar, entre outros). Deste modo,

Hoje, o conceito de patrimônio histórico tem seus nexos de inteligibilidade ligados tanto à comunidade local como às esferas do nacional e do global. O termo é atribuído a uma diversidade de objetos agrupados por um passado comum à população de determinado lugar e constituído de bens tanto materiais como imateriais. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 15)

Como ação, a Educação Patrimonial vem ganhando, nos últimos anos, cada vez mais espaço na educação escolar, discutindo, dentre tantas coisas, a importância da preservação do legado cultural (LEMOS, 2013). Ela possibilitará e ajudará a perceber e compreender melhor os vestígios deixados, podendo levar a suscitar inúmeras outras perguntas que farão conhecer os minúsculos passados da cidade. Identificando e conhecendo os vários bens deixados ao longo do tempo nesta cidade-texto, pode ser criado e/ou fortalecido um sentimento de pertencimento por meio de uma apropriação consciente e que culturalmente está em constante processo dinâmico como nos aponta Horta, Grumberg e Monteiro (1999) no Guia Básico de Educação Patrimonial.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO;1999, p. 06)

Nos Parâmetros Curriculares de História do Estado de Pernambuco cita-se como uma das propostas de ensino de história a importância da Educação Patrimonial como meio de tornar a aprendizagem mais significativa a história de nossos alunos, buscando uma maior interação com os vários fazeres, objetos e lugares de memória de sua escola, comunidade, cidade.

Ao mesmo tempo, aumenta no Brasil a educação patrimonial como parte do processo de aprendizagem histórica, ampliando a leitura do mundo e a compreensão de trajetórias temporais e históricas. O trabalho pedagógico com os diferentes lugares de memória (museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, objetos, sítios históricos ou arqueológicos, paisagens, parques ou áreas de proteção ambiental, centro históricos urbanos ou comunidade rurais) e com manifestações populares (as cantigas, as religiões, os hábitos e costumes, os modos de falar, de vestir e outras manifestações culturais) contribuiu para a formação do respeito à diversidade, à multiplicidade de manifestações culturais. Focalizar, desde os primeiros anos de escolaridade, os elementos que compõem a riqueza e a diversidade cultural dos diversos grupos étnicos que formaram, que fizeram a história do nosso país, certamente, propicia o respeito, a valorização das diferentes culturas, sem distinguir, hierarquizar ou discriminar umas como melhores do que outras. (PERNAMBUCO, 2013, p. 32)

A Educação Patrimonial possibilita muitas discussões e meios de desenvolver e incitar os estudantes à análise da história da cidade, em suas diversas temporalidades, percebendo suas transformações e permanências. Por sua vez, entendemos que sem uma sensibilização sobre a importância, não do lugar pelo lugar, construção por construção, mas, as histórias e memórias que as envolvem, esta articulação poderia não ter sentido.

Em relação às estratégias pedagógicas, identifica-se o uso sistemático de variados tipos de registros como fontes históricas, o que é considerado como bastante interessante, tendo em vista o tom de renovação que carrega. Nesse sentido, as fontes históricas integram um conjunto de estratégias pedagógicas que objetivam a construção de uma aprendizagem histórica entendida como satisfatória, dentro dos propósitos elaborados pelos professores. [...] o patrimônio histórico-cultural local; a iconografia inserida nos livros e/ou pertencentes aos alunos, aos professores, à escola; os documentos pessoais como cartas, relatos de viagem, diário; os arquivos e museus e outros tipos de registros da história [...] devem ser lidos e criticados a partir das questões levantadas no tratamento pedagógico realizado pelos professores. O trabalho com fontes históricas vislumbra a possibilidade de o ensino de história construir uma compreensão mais adequada da relação entre o passado e o presente. (LIMA, 2009, p. 11)

Assim, compreende-se História Local para além de uma disciplina, um conteúdo, mas sim como um campo, e a educação patrimonial como um caminho, e que estes, em diálogo, enriquecerão e somarão ainda mais os diversos campos, métodos e possibilidades de se fazer e ensinar história.

3 CIDADE E MODERNIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS E COTIDIANAS NA CIDADE DE SÃO BENTO DO UNA-PE

“A cidade é feita de sonhos e de desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporarão aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens”.

Antônio Paulo Rezende, Desencantos modernos.

3.1 BREVE ANÁLISE DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SÃO BENTO DO UNA A PARTIR DE OBRAS E DADOS LOCAIS

A história da formação de São Bento do Una encontra sua origem, bem como suas semelhanças, na história das inúmeras cidades de nosso país, dando foco especial às da Região Nordeste. Especial, pois desde o advento da economia mineradora – início do século XVIII – na região Sul (hoje correspondente ao Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste) o Norte (hoje as Regiões Norte e Nordeste) não fora o mesmo no campo político e econômico, este por sua vez já abalado desde a crise oriunda da expulsão dos holandeses da região. Fazemos menção a estes aspectos no sentido de compreender as disparidades geradas pelos inúmeros discursos que tentam justificar as ações norteadoras do processo de desenvolvimento e melhoria, bem como, seus “atrasos” em determinadas localidades do nosso país. Percebe-se tal discurso nas diferentes formas de entendimento no que diz respeito

aos avanços tecnológicos, ideológicos, artísticos, urbanísticos e políticos aonde irão se constituir com as novas relações de força. Albuquerque (2001) destaca que

Todo discurso precisa medir e demarcar um espaço de onde se enuncia. Antes de inventar o regionalismo, as regiões são produtos deste discurso. (...) o estabelecimento de uma nova forma de dizer e ver o regional, abre caminho para novas formas de sentir e de conhecer. Estas novas formas de ver e dizer estão relacionadas, portanto, com outras séries de práticas, desde as econômicas, as sociais, as políticas, até as artísticas, que não estabelecem entre si qualquer determinação, apenas se conectam, se afastam ou se aproximam, formando uma teia de práticas discursivas ou não-discursivas; relações de força e de sentido, que, seguindo Foucault, chamaremos de dispositivo, para ressaltar seu caráter estratégico (ALBUQUERQUE, 2001, p. 24).

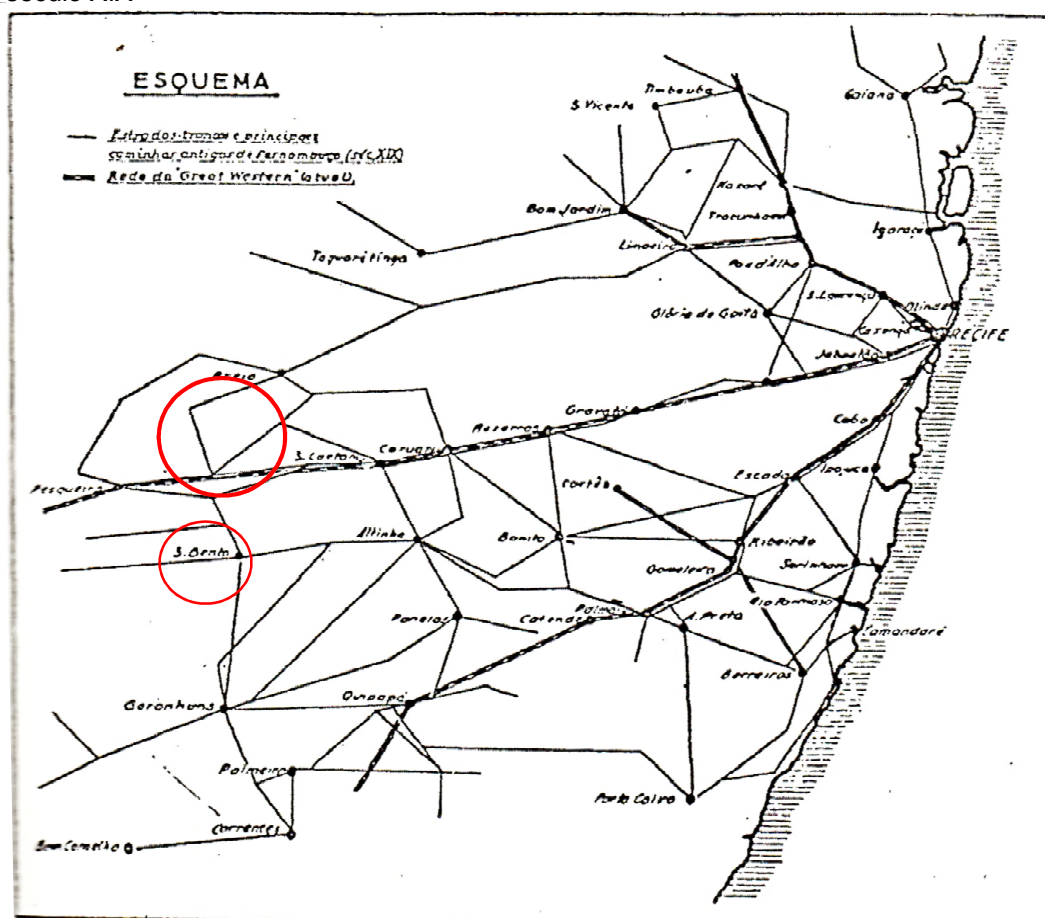
Estas indagações acerca das inúmeras justificativas relacionadas ao progresso e o atraso de determinadas regiões, requer uma maior profundidade no tocante ao seu entendimento e que não será assunto, inicialmente primordial deste capítulo, ficando claro que as práticas políticas, econômicas, sociais, artísticas apontadas por Albuquerque (2001), na compreensão de uma determinada visão de regionalismo, são por demais complexas pelas dificuldades de estabelecimento de elo entre as mesmas. Sendo assim, uma busca na compreensão do processo de modernização da Região Nordeste em meio às intempéries políticas, climáticas e sociais, bem como, o processo gerador nesta, ajudará no entendimento da ação de modernização em nossas cidades.

O Brasil ainda era colônia portuguesa quando Antônio Alves Soares e sua família chegou à região do Vale do Una em 1777, fugindo de uma grande e terrível seca que assolava inúmeras regiões, principalmente o Nordeste Brasileiro, geradora de inúmeros estragos em produtos provenientes da atividade agro-pastoril, como também, diversas perdas humanas.

Com a seca iniciada em 1777, conhecida como a Seca dos três setes, que prolongou-se com estiagens até 1779 a produção do charque no Nordeste se tornou inviável devido a morte dos rebanhos das fazendas produtoras. O que provocou uma crise econômica e social na região (GIRÃO, 1967, p. 121).

A seca, neste caso, foi um dos fatores que fizeram com que alguns anos depois, outras pessoas chegassem às proximidades dos rios Una, Ipojuca e Riachão. A chegada destas, por sua vez, foi facilitada pela existência de rotas (Imagem 2) que ligavam o litoral pernambucano ao interior do Estado.

Imagem 2 - Esquema das principais estradas do Estado de Pernambuco ao final do século XIX



Descrição da imagem:

ESQUEMA

- Estradas-troncos e principais caminhos antigos de Pernambuco (séc. XIX)
- Rede da 'Great Western' Railway

Fonte: CINTRA, Ivete de Moraes; FIRMINO, Padre João; PAIVA, Adalberto de Oliveira. **São Bento do Una – PE: Formação histórica.** Recife, Centro de Estudos de História Municipal FIAM, 1983, p.55

A historiadora são-bentense Ivete Cintra (1983) relata que

É plenamente aceitável que houvesse os caminhos antigos mencionados, porque, naquela época, já existiam as freguesias de Buíque (1792), Cimbres (1692), Brejo (1797) e Garanhuns (1786), e, principalmente depois de 1809, quando foi criada a Comarca do Sertão, compreendendo os quatros Termos: Cimbres, Garanhuns, Tacaratu e Cabrobó, logicamente teria de haver comunicação entre eles ou talvez em busca do CAMINHO DO IPOJUCA, de 1738, de Olinda ao sertão pernambucano (CINTRA; FIRMINO; PAIVA, 1983, p. 59).

Próximo ao Una, rio que posteriormente complementaria o nome da cidade de São Bento, as pessoas empreenderam uma dinâmica habitacional, comercial e econômica, fazendo com que estas ações contribuíssem com o desenvolvimento do futuro povoado.

Imagem 3 - Mapa político do município de São Bento de Una



Fonte: Secretaria de Educação de São Bento do Una. Ano 2018

Quanto ao nome do povoado, a escolha São Bento (Imagem 4 e 5) deriva de uma antiga história do lugar onde as pessoas preocupadas com o súbito aparecimento de cobras peçonhentas naquelas terras, e aquelas por sua vez ligadas às tradições religiosas, começaram a invocar as proteções daquele que “livra de todas as peçonhas”, neste caso, mérito atribuído ao “senhor São Bento”, como é chamado o santo até os dias atuais pelos devotos católicos da cidade.

Imagem 4 - Imagem de São Bento adquirida na França e que chegou no dia 23 de outubro de 1897 à freguesia de São Bento



Fonte: CINTRA, Ivete de Moraes; FIRMINO, Padre João; PAIVA, Adalberto de Oliveira. **São Bento do Una – PE**: Formação histórica. Recife, Centro de Estudos de História Municipal FIAM, 1983, p.104

Imagem 5 - Estátua de São Bento em 2016



Fonte: Acervo pessoal do autor, datada de 12 de outubro de 2016

Por suas interceções, deram ao povoado o seu nome, como se relata a seguir:

A agricultura era muito pequena, constando de pequenas hortas à beira dos rios, encontrando-se queimadas estéreis (costume primitivo de matar a terra queimando a madeira derrubada). Com a derrubada da floresta, particularmente do vale do Rio Una, encontrava-se tal quantidade e variedade de ofídios que, muitos habitantes tiveram oportunidade de ver sessenta e tantas cobras mortas e juntas num só dia, além de uma cascavel enrodilhada, parecendo “uma perua no ninho”. Os habitantes aterrorizados começaram a invocar o nome de SÃO BENTO. Essa devoção divulgou-se por toda parte e por todas as famílias, sem objetivar-se a não ser por uma imagem do mesmo Santo, adquirida depois (CINTRA; FIRMINO; PAIVA, 1983, p. 31-32).

No local cohecido como Fazenda Santa Cruz, nome que fazia alusão a uma velha cruz fincada no local e que depois este se chamaria São Bento, os primeiros habitantes começaram a estabelecer moradia. A religiosidade, muito presente no seio do povo latino, irá definir locais com nomes de santos e santas, até mesmo de símbolos religiosos como a cruz que foi utilizada para complementar o nome do território brasileiro. Isso não se deu só com a população são-bentense, nem tampouco com locais tidos como “esquecidos pelos homens e lembrados por Deus”. Decerto, buscavam justificar e validar o grande número de locais com nomes de santos ou símbolos religiosos pela falta de erudição daqueles que na fé encontravam suas explicações e soluções para as coisas. Basta lembrar que os lusitanos chegados ao que hoje chamado de Brasil, nominaram-no inicialmente utilizando-se de um símbolo religioso, a cruz, ao qual ficou conhecido como “Terra de Santa Cruz”. Retornando à história de São Bento, com a chegada do padre Francisco José Correia e de outras pessoas, deu-se início a construção de uma capela, a qual tempos depois, foi ampliada em sua estrutura, correspondendo ao atual prédio da Igreja Matriz (Imagem 6 e 7) desta cidade.

Imagem 6 - Igreja Matriz do Senhor do Bom Jesus dos Pobres Aflitos na década de 1960



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura do Município de São Bento do Una

Imagem 7 - Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos em 2016



Fonte: Acervo pessoal do autor, datada de 12 de outubro de 2016

No dia 30 de abril de 1860, São Bento emancipa-se da Vila de Santo Antônio de Garanhuns passando a ser, também, uma Vila. Esta autonomia irá gerar transformações no que tange a sua conjuntura política, econômica e estrutural. A Vila de São Bento será elevada à categoria de cidade 40 anos depois de sua emancipação no dia 8 de junho de 1900 pela Lei Estadual de número 440. Segundo o advogado e são-bentense Orlando de Almeida Calado, em sua coluna publicada no Portal São Bento do Una⁵, o mesmo relata que na transição de Império para República o que era Vila permanecia Vila e o que era cidade permaneceria cidade, caso peculiar de pouquíssimas cidades, dentre elas São Bento:

No nosso caso específico, a emancipação da povoação de S. Bento se deu em 1860, quando, por lei, fomos desmembrados da vila de Santo Antônio de Garanhuns e nos constituímos em município tendo a vila de S. Bento como sede. Isso foi no Império em que vilas e

⁵ No portal São Bento do Una, www.portalsbu.com.br, é possível encontrar dados das principais características culturais, fotos e várias colunas como também pequenos artigos e crônicas sobre a história de São Bento do Una.

idades tinham certa autonomia, embora não legislassem a respeito das peculiaridades locais. No entanto, na República a coisa mudou de figura. No início dela, quem era cidade permaneceu cidade, quem era vila permaneceu vila. Caso específico da nossa S. Bento que só foi erigida cidade graças a um projeto de lei do Dr. Esmeraldino Bandeira, na primeira legislatura republicana do Congresso de Pernambuco, mas que só veio a se transformar em lei oito anos depois, isto é, em 8 de junho de 1900⁶.

A cidade de São Bento recebeu um complemento em seu nome para diferenciá-la de outros locais⁷. Para isso, no dia 31 de dezembro de 1943, por meio do decreto-lei estadual de número 952, foi acrescido o “do Una”, aludindo ao rio que cortara a cidade. Esse acréscimo se deu durante a gestão do prefeito Antônio Félix da Silva (26 de janeiro de 1942 a 28 de julho de 1944).

Atualmente, a cidade de São Bento do Una, localizada no Agreste Meridional, distante 205 km da capital Recife é conhecida no Estado e Região como uma das cidades em que a produção leiteira e a avicultura são atividades econômicas muito fortes. Desde sua emancipação, a cidade vem passando por vários processos de transformações tanto no campo econômico no tocante à avicultura e laticínios, bem como em sua estrutura física, nas construções, praças e ruas que outrora fora inspiração para muitos poetas locais e que hoje pouco de seu passado arquitetônico se encontra em preservação.

3.2 AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM SÃO BENTO DO UNA DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1950

Em meados do século XIX e início da de XX, a modernidade começa a dar seus ares de presença no Brasil. Com ela, além da concepção estrutural de um Estado Moderno, reflexo das ideias revolucionárias francesas e americanas, é perceptível, também, a ideia de estruturação do espaço urbano, ou seja, na realidade, alguns signos desta estruturação irão estimular o processo de modernização das cidades. Modernidade esta que para Giddens (1991) “refere-se a estilo, costume de vida ou

⁶ Orlando de Almeida Calado. São Bento do Una, um breve passeio ao longo de sua história. Disponível em: https://portalsbu.com.br/index.php?sec=coluna_orlando&id=144&/so-bento-do-una-um-breve-passeio-ao-longo-de-sua-histria-1. Acesso em: 06 de mar. 2018.

⁷ Segundo o IGBE existem 10 cidades com o nome São Bento, a saber: São Bento (MA), São Bento (PB), Pinhal de São Bento (PR), São Bento Abade (MG), São Bento do Norte (RN), São Bento do Sapucaí (SP), São Bento do Sul (SC), São Bento do Tocantins (TO), São Bento do Trairí (RN) e São Bento do Una (PE). Acesso em: 06 de mar. 2018.

organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII” (1991, p. 11). Seguindo esta lógica, Abascal (2007) no diz que:

A cidade se constituiu, para a sociedade em transformação de meados do século XIX, o grande palco e lugar de mudanças, da efervescência da produção, do impasse, das grandes rupturas, bem como de desigualdades e diversidades de todas as ordens (ABASCAL, 2007).

São Bento, agora elevada à categoria de cidade, pela Lei estadual nº 440 de 8 de junho de 1900, começava a se organizar. Não se organizou porque se tornou cidade, mas devido às transformações que o início do século XX já começara a provocar. O mundo passava por transformações que alteraram significativamente a forma de vida das pessoas. As indústrias se expandindo cada vez mais, trazendo consigo as marcas de um sistema que irá se impor até os dias atuais: o Capitalismo. A corrida imperialista visando expansão, domínio comercial e territorial. O início da utilização da lâmpada, invento do final do século XIX e que irá modificar expressivamente o espaço urbano de nossas cidades. A velocidade que a modernidade ia visivelmente gerando, por exemplo, nas linhas de produção automobilística de Henry Ford com o seu clássico “modelo T”⁸. No Brasil, o novo regime político, a República, ia se instituindo em meio às desconfianças, incertezas, crises políticas geradas pelas oligarquias, principalmente as sulistas, em especial no que tange às questões sociais, por exemplo. Conflitos populares de cunho messiânico, tendo a Guerra de Canudos como exemplo, mostra, além dos problemas gerados pelas intempéries da região, o “esquecimento” político que geravam nos desassistidos uma insatisfação ao sistema Republicano, e de forma “indireta” a essa “tal modernidade”.

De fato, as influências que se seguem no Brasil – e no mundo – a partir do século XX são extremamente variadas e múltiplas em seus princípios, ora privilegiando aspectos racionais da ação individual articulados com o sentido de progresso, como nas propostas de Le

⁸ O carro Modelo T um dos modelos mais populares produzidos pela Ford nos Estados Unidos entre os anos de 1908 até 1927. Conhecido pela sua praticidade, a empresa prometia que qualquer pessoa poderia fazer a própria manutenção do veículo. Inaugurou no campo automobilístico uma nova forma de produção: antes concentrava-se todas suas etapas em uma única pessoa. Com o Modelo T as várias etapas foram distribuídas para várias pessoas, otimizando e reduzindo o tempo de produção de cada automóvel em minutos.

Corbusier⁹, ora articulados com o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades (MONTE-MOR, 2006, p. 64).

Em São Bento, o término do século XIX e início do século XX foi marcado por transformações que iriam, de certa forma, alterar além dos comportamentos, costumes dos cidadãos e a própria estrutura física da cidade, que por sua vez começava a dar passos de mudanças no campo estrutural e organizacional. Nota-se, também, um redirecionamento na forma de agir, relacionar das pessoas a tal ponto de se criar um espírito de pertença, cada vez mais intenso, ao lugar, tornando-as partícipes e inserindo-as na urbe. A historiadora Sandra Pesavento (2007) alerta-nos que:

Nesse processo imaginário de construção de espaço-tempo, na invenção de um passado e de um futuro, a cidade está sempre a explicar o seu presente. Com isso, acaba por definir uma identidade, um modo de ser, uma cara e um espírito, um corpo e uma alma, que possibilitam reconhecimento e fornecem aos homens uma sensação de pertencimento e de identificação com a sua cidade. (PESAVENTO, 2007, p. 17).

Sua população dá um salto significativo de 1940 para 1960 conforme é possível ver no quadro abaixo.

Quadro 1 - Distribuição da população de São Bento do Una nos anos de 1940, 1950 e 1960

POPULAÇÃO DO BRASIL DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS PERNAMBUCO - SÃO BENTO	
ANO	TOTAL
1940	29.918
1950	53.625
1960	57.338

Fonte: IBGE¹⁰

⁹ Charles-Edouard Jeanneret, conhecido por Le Corbusier, nasceu a 6 de Outubro de 1887 em La Chaux-de-Fonds, Suíça, mas viveu a maior parte da sua vida em França. Foi um arquitecto que constituiu um marco muito importante no desenvolvimento da arquitectura moderna dedicando todo o seu talento e energia à criação de uma nova e radical forma de expressão arquitectónica. A construção da actual capital Federal, Brasília, teve a influência das obras de Le Corbusier no projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Uma de suas preocupações constantes foi a necessidade de uma nova planificação urbana, mais adequada à vida moderna. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Le_Corbusier>. Acesso em: 12 de mar. 2018.

¹⁰ IBGE. Dados referentes ao número de habitantes no município de São Bento do Una no ano de 1940, 1950 e 1960. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/densidade_demografica.shtm. Acesso em: 23 de mar. 2018.

A estrutura física da cidade, sobretudo a sua área urbana, começava a se expandir de forma significativa. Nas proximidades da Igreja Matriz, casas eram construídas aumentando o número de residências na cidade. Além disso, neste período, é possível observar que alguns prefeitos de São Bento principiaram uma trajetória de intervenções na cidade, fazendo perceber as transformações da cotidianidade da população a partir da entrada de alguns signos de modernidade. Essa modernidade, segundo Velloso (2010) pode estar relacionada ao

processo de dissolução dos modos de organização das sociedades tradicionais face à emergência da sociedade industrial. Vínculos comunitários, construídos com base em valores corporativos, religiosos; laços fundamentados em lealdades pessoais e honra, enfim, todo esse universo de crenças e valores perdeu sentido e fragmentou-se em um mundo que passava a ser regido por novos referenciais de ação e de conduta. (VELLOSO, 2010, p. 15).

Esse estilo, costumes e organização social não serão iguais em todos os lugares. Leve-se em consideração que a modernidade e a modernização em grandes cidades como Paris, Londres, Viena, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife aconteceram mediante transformações em diferentes perspectivas no tocante à temporalidade e espaço. Estas cidades serviram de “modelo” para que outras também se transformassem e aos poucos fossem envolvidas por um “espírito renovador”. Além disso, nas pequenas cidades foram percebidas tais mudanças. Analisando o sociólogo britânico Anthony Giddens, o historiador Cristiano Cezar¹¹ percebe que a modernidade ocorrida nas grandes cidades se estenderá, também, nas pequenas urbes com suas peculiaridades e que

Instituída localmente, a partir dos signos modernos globais, é uma modernidade destituída da complexidade das grandes metrópoles, dos grandes centros urbanos – multidão, velocidade, trânsito, grandes transportes públicos, entre outros. Enfim, é bastante imbricada com as práticas tradicionais (SILVA, 2004, p. 32).

¹¹ Professor Titular da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, no Curso de Licenciatura em História - Campus III. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9899444477615173>. Acesso em: 3 de dez. 2018.

Não será a nossa intenção elencar e analisar todos os signos da modernidade em São Bento do Una. Apenas buscaremos entender como estes provocaram mudanças na rotina e na forma de compreender e viver das pessoas no dia-a-dia em sua urbe. A cidade é construída de relações humanas e não somente física como nos orienta Robert Park (1979) ao afirmar que:

A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, [...]; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos [...]. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1979, p. 26).

Para Lefebvre (1999) estas relações com os vários signos modernos estão para além de uma simples contato com estes.

Os signos do urbano são os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.) [...] é preciso, então, um outro centro, uma periferia, um alhures. Um outro lugar e um lugar outro. Esse movimento, produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano. (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

São Bento, apesar das dificuldades e dos precários recursos, passará, durante a gestão do Prefeito Rodolfo Monteiro Paiva (12 de dezembro de 1916 a 01 de março de 1919), por um processo de investimento em suas estradas, facilitando a ligação entre os seus distritos e sítios, também, outras localidades. A iluminação pública, que era feita com lampiões à querosene, foi ampliada cintilando ainda mais as noites dos são-bentenses que alimentavam novos hábitos com a chamada “vida noturna”, além de proporcionar uma sensação de segurança e bem-estar à população. Era comum ver pessoas conversarem nas portas das casas ou vendas, os homens discutindo nas bodegas e mercearias assuntos do dia-a-dia. Fazemos lembrar que a iluminação de São Bento ocorreu quando a mesma era apenas uma Vila e sua inauguração foi realizada em sessão especial com o pronunciamento de algumas autoridades locais,

conforme nos relata Adalberto Paiva no livro *Formação Histórica de São Bento do Una* – PE, organizado pela historiadora Ivete Cintra (1983).

Aos 12 de outubro de 1899, em sessão especial do Conselho Municipal, às 19 horas, com a presença de grande número de cidadãos de todas as classes, inclusive todas as autoridades judiciais e municipais, foi aberta a sessão pelo Presidente que declarou instalada a iluminação municipal, fornecida por seis lampiões à querosene. O orador oficial foi o Dr. Augusto Barrete. Falou depois o professor Rodolfo Jovino de Santana e em seguida o Dr. Eduardo Correia da Silva. (CINTRA; FIRMINO; PAIVA, 1983, p. 328).

Uma discussão muito recorrente em São Bento, nos idos do século XIX, era a questão envolvendo o abastecimento de água na cidade. Desde seus primórdios, projetos para a construção de reservatórios sempre foram pauta de discussões na Câmara Municipal. Entretanto, mesmo sendo construídos açudes e reservatórios, a falta de água ainda era grande. Os habitantes da cidade mais do que nunca, precisavam de água. Não existia em São Bento, no início do século XX, nenhum tipo de sistema de encanação que pudesse levar água direto para as residenciais ou casas comerciais no centro da cidade. A implantação de um sistema de abastecimento mais complexo e sistematizado só aconteceria anos depois. O então prefeito, Euclides da Mota Valença (governou de 04 de maio de 1925 a 31 de dezembro de 1927), segundo o são-bentense Lêucio Mota¹², ficou

preocupado com a falta de água potável para os habitantes da cidade; construiu a cisterna que ficava dentro do Açougue Municipal¹³, hoje demolido, e ligou-a (por gravidade do terreno), com canalização ao chafariz existente na Praça da Matriz, e ali as pessoas iam buscar água para suas casas. [...] esta foi a grande realização do seu governo.

¹² Lêucio Oliveira Mota são-bentense e ex-prefeito de São Bento do Una (governou de 01 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1992) empreendeu um trabalho de recolhimento de alguns dados biográficos, muitas vezes fragmentados, dos gestores municipais da cidade. Até então quase nada se sabia dos prefeitos de São Bento do Una, bem como de suas respectivas gestões. É um trabalho difícil tendo em vista as precárias condições em que se encontram alguns arquivos e a falta de organização do arquivo público municipal de São Bento do Una. Lêucio Mota obteve muitos dados a partir da busca não somente documental escrita, mas das memórias de alguns são-bentenses que colaboraram com as suas lembranças. Texto do autor.

¹³ O Açougue Municipal foi construído ao redor da cisterna municipal durante o curto governo do prefeito Manoel Cândido Carneiro da Silva (21 de agosto de 1939 a 13 de maio de 1941), aproveitando o material do Mercado Público que fora derrubado em seu governo.

Imagem 8 - Antigo Chafariz Público Municipal: por muitos anos foi utilizado para o reconhecimento de águas por parte da população



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de São Bento do Una-PE, datada na década de 1960

Imagem 9 - Parte lateral da Praça da Matriz. Neste local ficava localizado o Antigo chafariz municipal



Fonte: Arquivo pessoal do autor, datada de 11 de maio de 2017

Uma outra ação do poder público local, juntamente com algumas famílias foi a construção do União Sport Clube (Imagem 10 e 11), edificação feita no governo de Getúlio Alves Valença (04 de julho de 1934 a 04 de julho de 1935) no ano de 1935. O Mercado Público, como já falado, era o único espaço fechado amplo em que se era possível haver qualquer manifestação festiva. Suas péssimas condições, originadas pela falta de manutenção, geravam, principalmente nos membros das “elites local”, certo desprezo para com este espaço. Assim, o Governo Municipal, juntamente com algumas famílias, deram início ao processo de arrecadação de dinheiro para a construção do prédio do clube social de São Bento. O União Sport Clube teve uma aceitabilidade significativa pela sociedade. Entretanto, os mais beneficiados eram aqueles mais afortunados da cidade, tornando-se, contraditoriamente, em um espaço público restrito. Por conta das inúmeras reformas o clube não apresenta mais a sua estrutura inicial.

Imagem 10 - Antigo Prédio da União Sport Clube na década de 1960



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de São Bento do Una-PE

Imagem 11 - Atual Prédio do União Sport Clube de São Bento do Una em 2007



Fonte: Arquivo pessoal do autor

3.3 MANOEL CÂNDIDO: UM EMPREENDEDOR DA MODERNIDADE?

No ano de 1939, o Governador do Estado de Pernambuco exonerou o prefeito Adalberto de Oliveira Paiva que governou o município de São Bento pela segunda vez no período de 05 de abril de 1938 a 21 de agosto de 1939. Em seu lugar transfere o então Promotor Público da Comarca de Bom Conselho, Manoel Cândido Carneiro da Silva para o cargo de Prefeito da cidade de São Bento.

ATO Nº 1002 de 21 de agosto de 1939 – O Interventor Federal do Estado resolve designar o Bel. Manoel Cândido Carneiro da Silva, Promotor Público da comarca de Bom Conselho, para exercer, em comissão, o cargo de Prefeito do município de São Bento, percebendo pelo seu cargo efetivo apenas um terço dos vencimentos¹⁴.

Pouco se conhece sobre Manoel Cândido. Sabe-se que nasceu em Paudalho a 16 de agosto de 1888 e era filho de Pedro Augusto Carneiro da Silva e Luzinete Cândido Carneiro da Silva. Foi casado com Laura Fortes Carneiro da Silva com quem teve sua única filha¹⁵. No governo de Manoel Cândido se iniciou o traçado do centro urbano da cidade, tendo a colaboração de Dirceu Valença seu “secretário geral”, que já tinha sido gestor municipal e conhecia bem o município dando início, durante sua gestão, à divisão das ruas da cidade, e que a convite de Manoel Cândido ajudou traçar a três principais avenidas da cidade. Todavia, Manoel Cândido tinha aparentemente um problema. O Mercado Público ficava no meio do projeto de criação de uma das avenidas, a Manoel Borba hoje conhecida como Osvaldo Maciel. Porém, o que fazer?

¹⁴ Diário Oficial de Pernambuco.

Disponível em: <http://www.cepe.com.br/docreader/DocReader.aspx?bib=D:\ANOS\1939\08-AGO\DO_AGO39.DOCPRO> Acesso em: 23 de mar. 2018.

¹⁵ Dados Biográficos recolhidos pelo são-bentense e ex-prefeito Lêucio Mota.

Analisando o espaço físico do centro da cidade de São Bento, bem como o desproporcional tamanho do Mercado Público Municipal que ocupava um enorme espaço, Manoel Cândido resolve derrubá-lo. Isso irá causar certa revolta por parte de alguns poucos moradores das proximidades do Mercado. Manoel Cândido queria modificar o centro da cidade e encontrava resistência por parte de alguns membros da sociedade são-bentense, entre eles o ex-prefeito Adalberto Paiva que defendia o Mercado Público como sendo algo “tradicional” na história da cidade. O empasse seria, então, o seguinte: de um lado Manoel Cândido, com suas ideias de implantação do novo, ou seja, no tocante ao espaço físico da cidade precisaria, para isso, destruir o Mercado Público; do outro, alguns poucos são-bentenses, liderados por membros da elite e tendo Adalberto Paiva à frente, defendia a continuidade da existência do Mercado como um dos símbolos tradicionais da construção histórica de São Bento. Segundo o historiador Adilson Filho (2009) “o moderno e o tradicional, o velho e o novo passa a explicar a vida social das cidades a partir de uma constante tensão e ambiguidade (p. 90)”. E continua:

As tensões entre o velho e o novo aceleraram-se com a modernidade nos séculos XVIII e XIX, as quais ocorrem com intensidade nos centros urbanos europeus. Seu espectro mais tarde atingiria as grandes e pequenas cidades do Brasil, logicamente com consequências bem diferentes daquelas observadas nas grandes metrópoles europeias (FILHO, 2009, p. 90).

Algumas sociedades, e no nosso caso São Bento, bem como alguns cidadãos têm a tradição como um bem que não pode jamais ser violado. Nessas sociedades, segundo Giddens (1999)

O passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é a maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes (GIDDENS, 1999, p. 44).

Contudo, como defender uma ideia e um sentimento de tradição em algo que aparentemente nunca o foi? Ou seja, o que era realmente tido como tradição por eles? Por que defender o prédio do Mercado Público como um símbolo tradicional da história são-bentense? Ele o era? Havia muitas dúvidas entre as pessoas da cidade. O prédio já não significava tanta importância para a elite de São Bento. Muitos já possuíam propriedades de comércios, por exemplo. O Mercado não comportaria a feira que ocorria todo fim de semana. O mesmo deixou de ser requerido para realizações de festas, pois a cidade já possuía um clube que atendia às necessidades do público (elite). Então, qual o porquê de tanto “barulho” por parte de alguns membros da elite local? Adalberto Paiva e Manoel Cândido, a saber, eram opositores políticos. Talvez, quem sabe, as ideias de Manoel Cândido fossem muito boas e gerassem certa “inveja” por parte de Adalberto, seu antecessor.

Na primeira obra rara escrita sobre a história de São Bento do Una que tem como título “Traços Históricos de São Bento do Una” escrito pelo ex-prefeito Adalberto de Oliveira Paiva, alguns monumentos e símbolos da cidade não são mencionados, inclusive o Mercado que ele tanto defendia. Do ano de 1925 ao ano de 1952 nada foi relatado sobre os acontecimentos em São Bento, gerando uma lacuna de quase 27 anos. Ora, muitos gestores municipais neste período, omitido por Adalberto Paiva, desenvolveram ações na cidade: construção do Chafariz Público, Clube Social, praças. Talvez, coubesse aqui perguntar: por que omitir? Se o prédio do Mercado, tido como um símbolo tradicional importante da história de São Bento era defendido por Adalberto Paiva, porque então não o citar em sua obra referente à história local? Não queremos nos delongar nesta discussão, pois a finalidade deste trabalho é outra. Entretanto, algumas perguntas precisam ser feitas para compreender tanto o conservadorismo de Adalberto como as ideias inovadoras de Manoel Cândido. O prefeito Manoel Cândido estava decidido a ir adiante com o seu projeto e para tentar freá-lo Adalberto Paiva recorre a última estância: o Governo do Estado, como nos relata Lêucio Mota:

O Ex-prefeito Adalberto Paiva, juntamente com parte da população da cidade sabedores disto, mandaram pedir ao Governador Agamenon Magalhães, por intermédio de telegrama, para impedir o projeto. Manoel Cândido, tomando conhecimento do pedido e, antes da

resposta, derrubou o mercado. Quando a proibição aqui chegou, também através de telegrama, já era tarde¹⁶.

Com essa atitude, Manoel Cândido inicia o seu projeto: demarcação das Praças Marechal Floriano Peixoto, hoje conhecida como Historiador Adalberto Paiva e a Marechal Deodoro da Fonseca, hoje Cônego João Rodrigues, inicia o calçamento da cidade e constrói a Prefeitura Municipal (2º prédio) que comportaria tanto o executivo, quanto o poder judiciário (Imagem 12). A Câmara Municipal passou a usar o prédio no turno da noite para a realização de suas sessões.

Imagem 12 - Antigo Prédio da Prefeitura e Fórum de São Bento do Una. Segundo prédio da Prefeitura foi construído na gestão do prefeito Manoel Cândido na década de 1940. Foto datada na década de 1960



A cidade de São Bento, com a gestão de Manoel Cândido começava a se organizar em seu espaço (Imagem 13), no início, de forma intensa, depois lentamente, porém sempre de forma ininterrupta.

Imagem 13 - Vista aérea da cidade de São Bento do Una do início da década de 1960. Desde a construção do Prédio da Prefeitura na década de 1940, até o final de 1980 o centro da cidade não sofreu muitas alterações



mbro de 2011 na cidade

Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura de São Bento do Una-PE

Segundo Carlos (2008) este processo “aniquila o que já está produzido a fim de criar mais e, infinitamente, formas novas” (p. 67). Este seria o princípio das transformações urbanas na cidade.

3.4 URBANIZAÇÃO E PRÁTICAS SOCIAIS: A MODERNIDADE EM SÃO BENTO DO UNA

O processo de urbanização das cidades do Brasil irá gerar novos comportamentos sociais que, por sua vez, corroborarão na construção de novas práticas de sociabilidade. Com o advento da modernidade do espaço urbano das cidades, as pessoas começarão a (re)criar novos hábitos oriundos do processo de modernização. Os signos do moderno, aos poucos, começarão a ser cada vez mais explorados pelos habitantes das urbes. Desde a iluminação pública noturna até mesmo lugares com estruturas modernas equipadas, como o serviço de som elétrico, por exemplo, onde era possível organizar eventos com bandas utilizando recursos modernos de som – deixando de lado algumas vezes a tradicional banda da cidade que começará e precisará se transformar diante de tais mudanças –, as pessoas vão criando novas formas de encontro, bem como quebrando alguns tabus e pensamentos que, por sua vez, não conseguirão acompanhar as ideologias modernas. A modernidade no espaço urbano de São Bento vai convidar os cidadãos a gerir novos comportamentos. Estes novos hábitos serão os causadores das rupturas do tradicional na implantação do moderno. Em seu artigo “A Cidade e a Modernidade”, Pereira (2001) relata que

A modernidade incorporou características de descontinuidade em relação às ordens sociais tradicionais, como a velocidade intensa do ritmo de mudança, um escopo de mudança global e a natureza intrínseca das instituições modernas [...] (PEREIRA, 2001, p. 2).

Após a construção do novo Prédio da Prefeitura, casas residenciais e comerciais começaram a mudar suas faixadas. As calçadas, se assim podemos chamar, pois não havia calçamento por completo no centro da cidade na década de 1940, eram preenchidas de árvores que por sua vez serviam de sombra, por exemplo, nos dias de feira. Alguns bancos eram colocados próximos a estas árvores favorecendo maior “comodidade” para quem quisesse fazer suas compras. Depois das mudanças urbanas introduzidas pelo prefeito Manoel Cândido, muitas pessoas na reforma de suas casas e na busca de tornar visíveis tais mudanças acabavam derrubando as árvores, deixando à mostra suas residências. Era uma forma de chamar a atenção dos transeuntes do centro da cidade, bem como ostentar sua posição social em relação à sociedade, principalmente no tocante a sua condição financeira mais favorável. Com a colocação de meios-fios, delimitando o espaço da calçada e da rua, poucas pessoas tinham condições de investir, no início, na construção de calçadas das suas respectivas residências. Ter uma casa onde sua frente é cimentada era motivo de orgulho por parte de alguns poucos e inveja por parte de outros. O centro urbano ia cada vez mais se elitizando, expurgando para as suas periferias aqueles que não tinham condições de ter residências nas proximidades dos prédios e espaços tidos como mais importantes da cidade àquela época como a Padaria Sertaneja¹⁷, o Prédio da Prefeitura e Fórum, o clube, a Igreja Matriz. Estas pessoas com poucas condições financeiras começam a se estabelecer cada vez mais nas proximidades da Igreja Matriz, em especial no espaço que ficava depois da Praça da Matriz. Em relação a localização da Igreja e o crescimento urbano da cidade, um fator em especial merece aqui certa observação. Geralmente as Igrejas nos períodos colonial, imperial e início

¹⁷ A Padaria Sertaneja (1907) é uma casa comercial ainda em atividade na cidade de São Bento do Una. O prédio, que até o início da década de 1930 tinha o nome de Rodolpho Paiva & Filhos – Armazém Fé em Deus, era no início do século XX, o maior estabelecimento comercial localizado no centro da cidade onde além de vender tecidos, querosene, diversos tipos de grãos etc. produzia – e ainda produz – as famosas “Bolachas Sertanejas”, conhecida na região e que já foi vencedora de vários prêmios estaduais e nacionais. Após a morte de Rodolfo Paiva, fundador do estabelecimento, seus filhos irão mudar as atividades comerciais do estabelecimento, focando, agora, na produção de pães, bolos, salgados e doces diversos, bem como, renomearão o antigo “Armazém Fé em Deus” para “Padaria Sertaneja”, em alusão ao seu principal produto produzido, as famosas bolachinhas. Sertanejas.

da república eram construídas próximas aos principais rios locais onde geralmente se estabeleciam os primeiros grupos familiares. Na medida em que as pessoas desenvolviam uma dinâmica comercial, que por sua vez geravam certo crescimento populacional e estrutural do lugar, novas construções eram feitas ao redor da Igreja. Entretanto, algo curioso aconteceu em São Bento. Após a transferência da feira, que até então acontecera em frente à Praça da Matriz, que fica defronte à Igreja, para a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, hoje Praça Cônego João Rodrigues, toda a dinâmica de crescimento urbano dar-se ia aos fundos da Matriz do Bom Jesus ficando sua frente “esquecida”, em parte, pela elite local. Como diria alguns são-bentenses “a cidade cresceu pra trás”. Porém, esse jeito diferente de crescer da cidade não irá dispensar cuidados em relação ao implante dos signos modernos nestas localidades. É importante lembrar que foi no lugar onde fica a frente da Igreja que os primeiros habitantes começaram a estabelecer morada. Portanto, seu crescimento foi algo lento, porém contínuo, apesar do redimensionamento das atenções das elites locais. Era na Praça da Matriz que estava instalado o chafariz municipal que atendia às necessidades dos moradores do centro da cidade, que no ano de 1940 possuía 2.233 habitantes¹⁸. Lá, segundo o são-bentense Sebastião Bernardino de Souza, as pessoas, principalmente mulheres, conversavam de tudo ao buscar água e às vezes esqueciam do tempo.

A Praça da Matriz não era como a de hoje não. Era mais simples. Tinha um chafariz onde as mulheres e às vezes crianças, a mando de suas mães ou de alguém que lhes davam um trocado buscavam água. A meninada fazia a festa. Brincavam e ganhavam um dinheirinho. Tinha menino que pra ganhar dinheiro ficavam próximos do Chafariz oferecendo seus serviços pra carregar os baldes com água. As mulheres quando iam buscar água cedo era um “converseiro” só. Não sei onde buscavam tanto assunto pra conversar. E olhe que a cidade não era tão grande não. Tricotava e fofocava um monte de assunto o dia todo¹⁹.

¹⁸ IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. População do Brasil, na data do recenseamento Geral de 1940. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/densidade_demografica.shtm. Acesso em: 23 de mar. 2018.

¹⁹ Trecho de uma entrevista concedida por Sebastião Bernardino de Souza em julho de 2011 na cidade de São Bento do Una.

Estes e outros espaços da cidade foram palcos de inúmeras experiências vividas pelos cidadãos de São Bento. Uma cidade, segundo Pereira (2001, p. 3), é “uma das grandes expressões de modernidade”, nela “se dá toda a dinâmica interativa dos agentes presentes desse espaço”. O estudo sobre o fenômeno urbano, introduzido pela história cultural, traz uma análise sobre a cidade que para Pesavento (2007)

Não é mais considerada como um *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007, p. 13).

Entretanto, compreende-se a cidade como espaço de sociabilidade, onde a mesma

comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação de domínio e transformação de um espaço natural no tempo (2007, p. 14).

E conclui dizendo que

A cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver *urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia (2007, p. 15).

Essa revelação de emoções vai se acentuando na medida em que as pessoas buscam inserir-se nestes novos espaços urbanos, relacionando-se, explorando, conhecendo, se apropriando, tornando-se partícipes das transformações na compreensão das relações pessoas-espaços-objetos. Todas essas transformações trazem as várias temporalidades presentes nas memórias que a cidade, por meio de fragmentos do passado, possibilita e dá-nos a conhecer. A cidade muda e é mudada por sujeitos que mudam e são mudados. Essa relação de proximidade revela as marcas dos vários sujeitos envolvidos com estes espaços, objetos, monumentos. As

ações e transformações alteram a vida das pessoas numa cidade. Ao mesmo tempo que imprime suas marcas, o indivíduo está sujeito a estas impressões.

4 PROJETO MEMÓRIAS DA CIDADE: A “LEITURA” DA CIDADE ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 OLHAR SOBRE A CIDADE A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A cidade é um campo aberto de possibilidades e acreditamos que através de sua apropriação os estudantes podem compreender diversos conceitos como tempo, patrimônio e memória, que nos ajudarão a melhor “conhecer”, “enxergar” e “sentir” o passado (LOWENTHAL, 1998).

O conceito de cidade é muito abrangente e requer, por vezes, estudos específicos para cada um deles. A cidade, como esclarece Barros (2012), pode possuir várias metáforas, imagens-conceitos simultâneos: “‘artefato’, ‘produto da terra’, ‘ambiente’, ‘sistema’, ‘ecossistema’, ‘máquina’, ‘empresa’, ‘obra de arte’, ou mesmo um ‘texto’”. Dentro destas e outras definições possíveis, a cidade como texto é a metáfora e o conceito-imagem que será utilizada neste trabalho, uma vez que se concorda que este se aproximará desta proposta, tendo o habitante e/ou o visitante como seu leitor. Assim, o que se pretende é possibilitar aos estudantes diversas leituras da cidade a partir do olhar sobre ela para que dessa maneira, seja possível comunicá-la. Como nos dirá Barthes:

A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. (Barthes *apud* BARROS, 2012, p. 40)

Os diversos lugares, construções e monumentos que compõem o centro urbano de nossas cidades, permitem-nos ver e refletir sobre certos elementos tangíveis e/ou intangíveis, “visíveis e/ou invisíveis” (PESAVENTO, 2007) que constituem a identidade histórica de nosso entorno, nossa comunidade, nossa memória e que com o passar do tempo, não estão sendo lidos, mas sim, sendo esquecidos ou passam despercebidos (MEDEIROS; WITT; POSSAMAI, 2014).

Desse modo, perceber como os alunos “leem” e conhecem a cidade, a partir das transformações ocorridas nos espaços e lugares do centro urbano, utilizando-se para isso um projeto didático, possibilitará a aprendizagem dos conceitos de patrimônio, memória e tempo, bem como, construir no discente o sentimento de pertencimento em relação ao lugar. Além disso, ao estudar a cidade é possível compreender a nossa função como sujeito que preserva e/ou transforma, que (re)lê e (re)escreve a cidade-texto refletindo assim, sobre as práticas e ações.

O trabalho com projetos didáticos, na ampliação das abordagens conceituais a partir da cidade, é uma das alternativas de atividade no processo de aprendizagem. Ele possibilita dinamizar os conteúdos de forma colaborativa e ativa. Pode-se buscar resolver situações e agregar conhecimento no processo de construção do saber. Segundo Guimarães (2012), o professor ao adotar o trabalho por meio de projetos possibilita uma articulação entre “sujeitos, saberes e práticas”. Assim, segundo a autora

Ensinar História por meio de projetos implica, portanto, alguns princípios, a meu ver, norteadores de ação pedagógica: problematização, trabalho coletivo, partilha, solidariedade; negociação, respeito ao tempo, ao ritmo de cada um, do outro e do grupo; avaliação permanente, complexidade e flexibilidade do conhecimento, da aprendizagem; busca de novos conhecimentos, reconhecimento de alunos e professores como sujeitos do conhecimento e da história. (GUIMARÃES, 2012, p. 183-184)

Muitas das ações desenvolvidas por meio de projetos inserem o aluno numa nova perspectiva de ensino e aprendizagem, uma vez que estas não necessariamente precisam da rigidez de uma sequência que leve a articulação entre os diversos conhecimentos. A versatilidade com que o projeto possibilita trabalhar permite a partir

de uma proposta próxima à realidade dos estudantes, o maior favorecimento à autonomia na construção de seus conhecimentos. Segundo nos aponta Hernandez e Ventura:

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (HERNANDEZ; VENTURA, 1998, p. 61)

A partir da metodologia da Educação Patrimonial abordada em seguida, foi construído um projeto didático buscando propor, por meio de aulas de campo, entrevistas e análise de fotografias, um ensino de história que não ficasse apenas nas questões de uma aula “diferente” (vista como apenas um passeio, um cumprir de obrigações com atividades unicamente com interesse em nota), mas que provocasse uma aprendizagem histórica na busca de compreender, nas atividades propostas, alguns conceitos caros como o de memória, por exemplo.

Considera-se que a ação de “ler” a cidade é uma atividade muito interessante e instigante, mas nesta também convém refletir, à luz de Caimi (2015), como fazer e tornar significativo o conhecimento sobre a cidade na busca de compreender e ajudar o estudante a se perceber como sujeito da história? Apontando um tripé de saberes – saberes a ensinar, para ensinar e do aprender –, a autora busca

problematizar algumas das principais demandas que se apresentam ao trabalho do professor de História, diante da pluralidade e complexidade das práticas sociais e culturais que adentram a escola na contemporaneidade. (CAIMI, 2015, p. 106).

O ensino de História nos possibilita compreender a relação entre passado e presente, mudanças, permanências e simultaneidades, os embates de memórias como forma de perceber nas diversas temporalidades dos espaços, lugares e/ou os vestígios da cidade, por exemplo, a construção de identidades nas quais os alunos estão inseridos e fazem parte como agentes desta história. Assim, entende-se que a compreensão do presente e do passado colabora na construção das identidades, bem

como, ajuda a valorizar as diferenças. Ler-perceber a cidade é uma ação que precisa estar bem compreendida quando se fala de uma coletividade, a pluralidade de um lugar e sua identidade.

Na cidade, contudo – tal como no conjunto das práticas historicamente dadas que se constituem no binômio lembrar x esquecer, conservar x destruir – não existem rastros nem evidências materiais de todas as práticas sociais desenvolvidas ao longo de sua história. No entanto, existem vestígios indiretos de tais práticas, às vezes úteis, às vezes silenciadas, porém nunca totalmente destruídas. Ensinar a descobrir esses rastros e evidências é ensinar a descobrir a complexidade das cidades e das práticas que nela se desenvolveram. (MIRANDA; BLANCH, 2013, p. 83)

É de entendimento que a relação entre Cidade e ensino de História permite desenvolver nos estudantes a consciência de que, assim como os demais indivíduos, pertencem e fazem a cidade, e que determinadas ações ajudam na sua construção, não ocupando apenas um espaço ou simplesmente fazendo parte da história contada por quem detém o poder, mas sendo autor e protagonista desta(s) história(s). O estudo da cidade por meio da história local é uma forma de ampliar os direitos de ser, pensar e agir que buscam perceber na cotidianidade de suas vidas ações que possam ajudá-los a ler, e a compreender os processos e transformações das diversas “cidades existentes na cidade”, agindo, portanto, como partícipes e sujeitos históricos na construção de sua(s) história(s).

4.2 (RE)LENDO A CIDADE COM FOTOGRAFIAS: AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS DE SÃO BENTO DO UNA-PE

A fotografia é algo que fascina todas as gerações (BORGES, 2008) e que está presente no cotidiano das pessoas nos mais inúmeros registros: eventos políticos, momentos em família, confraternizações entre amigos, paisagens, monumentos, lugares, objetos. Ela permite ler os vários registros da cidade, possibilitando também conhecer o seu(s) passado(s). Por meio da fotografia é possível comunicar-se com o passado podendo estas serem utilizadas, segundo Le Goff (2013, p. 485), como

“materiais da memória”, tanto como “monumento” – a fotografia em si mesma como objeto, “herança do passado” – e como “documento” em suas pesquisas – a fotografia como “escolha do historiador” –, e ele nos diz ainda: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p. 495).

Uma fotografia nasce muitas vezes do desejo consciente e/ou inconsciente de ter um registro do real, como que se por um instante, o indivíduo pudesse congelar o tempo e o momento. A fotografia nada mais é do que o que nos resta do acontecido, fragmentos de um passado que ficou imóvel em um papel (KOSSOY, 2014). Ter em mãos uma fotografia é contemplar um monumento, vestígios de um passado, um instante do vivido que pode revelar muito sobre sua origem, finalidades, evidências, bem como sua trajetória.

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e os sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu. (KOSSOY, 2014, p. 48-49)

Como ferramenta pedagógica, a sua utilização pode ajudar aos estudantes, por exemplo, a perceberem as transformações, utilizações e/ou reutilizações dos espaços e lugares do centro urbano da cidade, sendo estas imagens, segundo Mauad (2015, p. 86), “elementos ativos nos processos de ensino e aprendizagem de História”. As várias manifestações cotidianas e mudanças, por sua vez, podem ser percebidas nas diversas fotografias a serem utilizadas: atividades cívicas em praças, suas construções e reformas, casarios, monumentos e prédios públicos, igrejas, festividades civis ou religiosas, pessoas conversando nas calçadas, transitando, como se vestiam. Segundo Del Priore (2008):

[...] a fotografia, em suas diferentes formas, pode fornecer informações importantes sobre fatos históricos e, mais amplamente, ajudar a compreensão da evolução de uma sociedade. O retrato em particular, gênero que se tornou uma prática fotográfica importante, informa sobre os diferentes indivíduos que constituem um grupo social ou uma classe, sobre seus hábitos de vida e postura. (DEL PRIORE, 2008, p. 93)

As evidências contidas nas fotografias podem nos ajudar a perceber, também, como estes espaços, lugares, momentos eram vividos e sentidos. Mas porque trabalhar com a fotografia como fonte? Talvez, o uso da fotografia como fonte para o historiador seja atraente, mas para os alunos seria? Antes de mais nada é preciso reforçar que qualquer fonte sobre o passado não se encerra em si, nem tampouco irá apresentá-lo por si mesma. É preciso fazer perguntas e entender, também, que uma mesma fonte pode propor inúmeros caminhos, análises, inquietações. A Carta de Pero Vaz de Caminha, por exemplo, pode ser explorada de várias formas: como um registro do colonizador português relatando ao Rei de Portugal sobre o que vira das terras que seria posteriormente o Brasil, suas maravilhas e riquezas naturais, mas pode ser analisada como um registro indiciário dos impactos culturais para muitos povos indígenas, que seriam escravizadas e exterminadas com a chegada dos europeus. Assim, Mauad e Lopes (2012) ressaltam que

Nunca é demais lembrar que a experiência histórica está articulada com o presente do historiador, como este elabora suas questões e organiza seu olhar em direção ao passado. A própria definição do processo histórico implica uma postura dialética entre prática social dos sujeitos no passado, suas experiências históricas e as evidências que são produtos dessas relações, coletadas e processadas no presente da pesquisa. (MAUAD; LOPES. 2012, p. 279)

Como já acentuado, a fotografia faz parte do cotidiano das pessoas. Muitos adolescentes e jovens possuem aparelhos celulares, os quais disponibilizam vários recursos, dentre eles, o fotográfico, que possibilita registrar vários momentos de sua vida nas mais diversas situações: passeios escolares, visitas técnicas, recreio, roda de conversas, celebrações, encontros, tudo isso registrado e postado nas redes sociais em tempo real. Todas essas produções poderão servir de fontes na medida que novas abordagens sejam feitas a estes registros. No momento, faz-se importante ressaltar as possibilidades de trabalho que a fotografia pode favorecer, e como

produzi-las também faz parte do processo de compreensão da construção das inúmeras memórias que uma pessoa, grupo, lugar, objeto podem ter.

Na elaboração do projeto, a proposta de trabalhar fotografias com os alunos seguiu alguns critérios para que melhor pudessem ser exploradas, a saber:

I) fotografias disponíveis dentro do nosso recorte temático que retratassem o processo de urbanização da cidade de São Bento do Una - PE;

II) pela sua linguagem imagética e recorte temporal necessário para que se perceba as mudanças, permanências e simultaneidades da cidade entre as décadas de 1940 a 1970;

III) sua utilização não como mera ilustração, mas como fonte e documento para o estudo da história, capaz de colaborar nas etapas de entrevista, pesquisa e conhecimento das imagens retratadas.

A possibilidade de levar os alunos até estes locais registrados nas fotografias antigas permitiria, neste contato, a observação e a identificação de alguns elementos registrados nas fotos ainda existentes na cidade hoje e que podem, porventura, ser (melhor) preservados, bem como perceber as transformações ao seu redor. Este processo ajudaria aos estudantes aprenderem e valorizarem o patrimônio histórico de sua cidade (SCHMIDT; CAINELLI, 2009).

Por meio da fotografia pode-se, também, através do olhar na cidade, identificar os vestígios do passado (ainda) existentes nela, bem como em seu entorno, possibilitando entender, a partir daquilo que muda ou permanece, as formas de viver e de se relacionar das pessoas na e com a cidade. Este olhar ou esta “Pedagogia do Olhar” que este projeto busca trabalhar, contempla as propostas/etapas metodológicas da Educação Patrimonial (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999), a saber: observar, registrar, explorar e apropriar.

As transformações em uma cidade não só alteram suas estruturas físicas, mas o cotidiano também, promovendo uma nova relação espaço-pessoa. Estas transformações podem também ocorrer pela simbiose das urbes. Uma cidade pode se comunicar com outra de inúmeras formas, seja pelo comércio, pelo emprego, turismo e que direta e/ou indiretamente acabam transformando-se juntas. Há registros fotográficos de cidades que retratam lugares, práticas que por vezes se assemelham muito. Todavia, o que ora é retratado nestas imagens não dão um panorama que nos

permita comparar o porquê de determinados comportamentos, monumentos e lugares existam em uma cidade e em outra não. Uma coisa tem-se como certa: as fotografias são uma forma de conhecer o passado. As fotografias são “discursos” que podem ser utilizados para justificar ações numa cidade, bem como, podem silenciar e/ou apagar memórias. Parafraseando Albuquerque (2001): as fotografias nos permitem novas formas de “ver, sentir e conhecer” a cidade, permitindo novas leituras e novas escritas sobre o seu passado.

Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ele sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida. O espaço urbano, os monumentos arquitetônicos, o vestuário, a pose e as aparências elaboradas dos personagens estão ali congelados na escala habitual do original fotográfico. [...] A fotografia é indiscutivelmente um meio de conhecimento do passado, mas não reúne em seu conteúdo o conhecimento definitivo dele. A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como fonte histórica. Deve-se, entretanto, ter em mente que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, um e só um enfoque da realidade passada [...] Não é demais enfatizar que este conteúdo é o resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto do passado da realidade primeira, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seu contratante. (KOSSOY, 2014, p. 115 e 121)

A história pode ser contada, então, a partir de vários enfoques e recortes. As transformações urbanas da cidade de São Bento do Una, que por sua vez são similares às de inúmeras outras pequenas cidades, principalmente do Nordeste brasileiro, pode ser um destes recortes. Como estratégias de aprendizagens e possibilidades do trabalho com a história numa dimensão local, Schmidt e Cainelli destacam que:

O trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a identidade dele; o estudo com a história local ajuda a gerar atitudes investigativas criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social; [...] O trabalho com espaços menores facilita o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências; o trabalho com a história local pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139)

O trabalho com História Local e em especial tendo a fotografia como uma de suas fontes tornará muito enriquecedor o trabalho do professor. Entretanto, precisa-se ter cautela para não se cometer ufanismos. É preciso evitar os exageros que possam surgir nestas abordagens. Torna-se necessário fazer sempre o exercício do estranhamento diante dos vários discursos, métodos e fontes. Não deve ser esquecido que muitas histórias ditas nacionais nasceram como fruto de histórias de lugares (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife) e que não somente promoveram a reflexão sobre a importância da comunidade e da pluralidade, mas promoveram-se singularmente como sendo a história da nação e não é isso que se espera do trabalho com história local. Dados os devidos cuidados, acreditamos que o estudo da cidade oferece um leque de abordagens diferentes, sejam elas no espaço físico, bem como no campo político, econômico, social e cultural. Para estas abordagens e outras, a utilização da fotografia, como fonte e documento, ajudará a aproximar os estudantes das suas realidades, refletindo sobre as diversas temporalidades no presente, os vários motivos que porventura provocaram mudanças no espaço urbano e seu entorno, buscando nas fachadas, nos monumentos e nos lugares as diferentes memórias preservadas, visíveis ou silenciadas, que compõem a história da nossa cidade.

4.3 MEMÓRIAS DA CIDADE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO BENTO DO UNA-PE

O trabalho docente requer estratégias de ensino que levem ao efetivo processo de ensino-aprendizagem. Para tal, diversas práticas e recursos metodológicos são constantemente utilizadas para que as expectativas de aprendizagem aconteçam. Dentre esses recursos destacamos o trabalho com projetos didáticos. Ora, para Hernández e Ventura (1998)

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (HERNANDEZ; VENTURA, 1998, p. 61)

O trabalho proposto por meio de um projeto didático permitiu, portanto, uma articulação entre os conceitos que os alunos precisavam aprender, além de possibilitar como produto final, a elaboração de uma exposição sobre as memórias da cidade de São Bento do Una – PE, suas transformações no que tange ao perímetro urbano da cidade dentro de uma temática e de um recorte temporal. Deste modo, traçaremos a seguir o projeto didático intitulado Memórias da Cidade: Educação Patrimonial em São Bento do Una, seus caminhos, suas dificuldades, sua sistematização, culminância e avaliação, dando, assim, um sentido mais amplo às práticas escolares e tornando os estudantes, no processo de aprendizagem, os protagonistas desta construção.

4.3.1 Construindo um projeto

Durante as aulas de história, com as turmas do 1º ano do Ensino Médio, ao trabalhar os conceitos de memória, tempo e patrimônio, percebeu-se que os alunos conheciam bem pouco ou quase nada sobre a história de sua cidade, bem como não sabiam dizer sobre ou o que eram alguns espaços e edificações (prédios públicos, praças, monumentos etc.) existentes no centro da cidade, quando estes eram usados como referenciais. Em conversas sobre algumas construções, muitos relataram que nunca se interessaram ou se sentiram provocados em saber o que era, por exemplo, uma construção que há ao lado das Casas Almy²⁰.

A partir disso, alguns questionamentos e inquietações levaram a refletir sobre: como fazer os alunos olharem e entenderem o cotidiano, as relações entre as pessoas nos diversos espaços da cidade? Quais saberes e procedimentos serão necessários para nos apropriarmos na busca destas compreensões? Quais significados e importâncias estes conhecimentos sobre o passado terão na construção de uma identidade histórica individual e/ou coletiva dos nossos alunos? O que eles consideram vestígios na cidade de São Bento do Una? Muitas perguntas fizeram buscar e elaborar respostas que ajudassem a compreender, por meio dos vestígios,

²⁰ A construção no qual estamos falando foi uma residência construída em meados do século XIX onde residia um rico fazendeiro da região, dono da primeira casa comercial da então vila de São Bento. Na época ele encomendou cerâmicas portuguesas, que ornariam a faixa da sua residência, sendo a primeira a ter cerâmicas em sua fachada. Atualmente, esta construção apresenta a mesma fachada, porém, servindo não mais como residência, e sim como depósito de materiais de construção.

e fotografias o processo de urbanização, os signos de modernidade na cidade de São Bento do Una, suas consequências (GIDDENS, 1991), as mudanças no cotidiano das pessoas e transformações no espaço urbano da cidade, ao mesmo tempo que pudessem perceber nestes vestígios as várias memórias e temporalidades.

A Secretaria Estadual de Ensino de Pernambuco vem desenvolvendo políticas que visam favorecer uma educação que esteja para além dos conteúdos clássicos do currículo escolar. Há algum tempo vem implantando medidas que busquem fazer com que o aluno tenha uma formação dita “integral”.

A Educação Integral em Pernambuco²¹ tornou-se Política Pública de Estado em 2008. O modelo fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. Desse modo, ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, o jovem estará mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho. A educação interdimensional compreende ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. (PERNAMBUCO, 2014, online)

Entretanto, muitas vezes, esta formação integral em algumas escolas da Rede de Ensino se transforma numa simples permanência destes jovens na escola durante um período mais longo. Desde que o programa começou, há um grande esforço para que esta proposta de formação seja de fato uma realidade. Cada qual com suas dificuldades, professores de todo o Estado de Pernambuco vêm buscando desenvolver práticas que estejam mais próximas da realidade dos estudantes. Estas, por sua vez, entendidas como fundamentais para tornar significativo o processo de aprendizagem de nossos jovens.

Dentro do programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco, além das disciplinas da Base Comum²², há também algumas que compõem a Base

²¹ Para mais informação quanto a propostas e ações de Educação Integral do Estado de Pernambuco ver: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=70> acesso em: 13 out. 2017.

²² As disciplinas que engloba a Base Curricular Comum do Estado de Pernambuco seguem a divisão da Base Nacional Curricular que são divididas em: **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:** Língua Portuguesa, Artes e Educação Física; **Ciências Humanas e suas Tecnologias:** História, Geografia, Filosofia e Sociologia; **Ciências da Natureza e suas Tecnologias:** Biologia, Física e

Diversificada e algumas de dimensão técnica (comum nas ETEs – Escolas Técnicas Estaduais – que inclui disciplinas específicas da formação profissional dos estudantes de acordo com o curso escolhido: Agroecologia, Rede de computadores, Administração entre os mais comuns), bem como os Estudos Dirigidos, período reservado para que os estudantes possam desenvolver estudos e realizações de atividades.

A Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos (ETEGEC), fundada no ano de 2015 e localizada na cidade de São Bento do Una – PE, é uma das 40 ETEs espalhadas no Estado de Pernambuco. Ao final de 2015 e após processo seletivo docente, a escola contava com seu quadro de professores e funcionários completo. No início do ano letivo de 2016 foi realizada uma reunião com todo o corpo docente da escola e que trazia na pauta uma proposta de trabalho com projetos no qual cada professor elaboraria um para ser vivenciado durante aquele ano e que após uma avaliação o mesmo pudesse ser atualizado e/ou ampliado a cada ano. Cada professor elaborou, dentro de sua área de especialização, uma proposta e a mesma foi apresentada, em reunião, para os demais. Nossa proposta de projeto tinha como tema Memórias da Cidade (Imagem 14) que em síntese buscava conhecer um pouco da história da nossa cidade e a partir do contato com alguns vestígios do passado perceber as mudanças, permanências e simultaneidades no espaço urbano. Cada professor elaborou e providenciou um banner para que ficasse exposto na escola afim de que toda a comunidade escolar pudesse conhecer e saber o que estava sendo vivenciado. Com o banner já produzido, cada professor, apresentou sua proposta de trabalho aos pais e alunos (Imagem 15). O projeto de Educação Patrimonial foi apresentado destacando a necessidade e importância de se perceber a relação que há entre a história, cidade e educação através das várias memórias, a partir da observação, registro, pesquisa e apropriação das evidências presentes no espaço urbano.

Imagem 14 - Banner do projeto Memórias da Cidade elaborado para ficar exposto permanentemente na Escola Estadual Governador Eduardo Campos

MEMÓRIAS DA CIDADE

GRE: AGRESTRE MERIDIONAL DE GARANHUNS
Nome da Escola: ETEGEC-SBU-PE-BR
Diretor: EUCLIDES WILLIAM
Autor: DILERMANDO P.T. NETO
E-mail: diler.torres@gmail.com



**Seminário de
BOAS PRÁTICAS
do PACTO PELA
EDUCAÇÃO
de Pernambuco**

INTRODUÇÃO

Intitulado *Memórias da Cidade* este projeto surge da necessidade e importância de perceber a relação que há entre a história, cidade e educação no entendimento e construção da identidade através da valorização da memória, a partir da observação, registro, pesquisa e apropriação das evidências presentes no espaço urbano. Como podemos conhecer, a partir das permanências, mudanças e simultaneidades do espaço urbano e seu entorno, a história de nossa cidade, bem como, o que se aprende e se constrói? Para tentar responder esta questão buscaremos com os estudantes do 1º ano do Ensino Médio da Escola Técnica Governador Eduardo Campos da cidade de São Bento do Una perceber como o presente se conecta com o passado a partir dos vários vestígios existentes ainda na cidade.

METODOLOGIA

O projeto *Memórias da Cidade* se dobrará em algumas etapas.

A **PRIMEIRA ETAPA** contemplará em apresentar o projeto a toda comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, equipe gestora, pais e/ou responsáveis);

A **SEGUNDA ETAPA** será o momento da apresentação de conceitos, bem como oficinas para a realização do projeto aos alunos envolvidos;

Na **TERCEIRA ETAPA** serão realizadas aulas de campo onde os alunos, munidos de fotografias antigas coletadas e escolhidas por eles, buscarão identificar vestígios e transformações do centro urbano da cidade de São Bento do Una-PE. Nesta etapa, também, os estudantes farão entrevistas com pessoas da cidade que possam enriquecer ainda mais suas pesquisas;

Na **QUARTA ETAPA** será feita uma mostra fotográfica apresentando para a comunidade suas pesquisas sobre as transformações urbanas de São Bento do Una – PE, as mudanças, permanências e simultaneidades do centro urbano e seu entorno, a partir das construções, lugares e monumentos existentes ou não na cidade. Nesta etapa os alunos farão atividades semelhantes com os demais alunos da escola.

OBJETIVOS

GERAL

Fazer com que os estudantes percebam, a partir do contato e estudo dos vestígios do passado na cidade, as mudanças, permanências e simultaneidades do espaço urbano possibilitando, assim, no conhecimento e construção de novas narrativas sobre a história de São Bento do Una – PE.

ESPECÍFICOS

- Compreender o conceito de patrimônio, memória e cidade para entender a importância e relevância de algumas construções e lugares do centro urbano de São Bento do Una – PE na construção histórica da cidade.
- Entender como a cidade pode visibilizar a relação entre passado, presente e futuro a partir dos vestígios existentes no espaço urbano.
- Utilizar a fotografia como uma importante fonte histórica e ferramenta pedagógica que colabora na aprendizagem, bem como no trabalho de identificação das permanências, mudanças e simultaneidade no espaço urbano de São Bento do Una - PE.
- Fomentar um sentimento de pertencimento da cidade a partir do estudo da história local.
- Realizar, por meio de uma exposição fotográfica para toda a comunidade escolar, a socialização de tudo que foi pesquisado, os procedimentos, a importância deste trabalho na construção da aprendizagem histórica e, após este momento produzir um guia fotográficos e informativo da cidade de São Bento do Una – PE contendo toda a pesquisa realizada.

AVALIAÇÃO

A avaliação do projeto *Memórias da Cidade* acontecerá durante todo o projeto através da observação, participação, realização das atividades propostas pelo professor-instrutor.







SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



Fonte: arquivo pessoal do autor (2016)

Imagem 15 - Alunos reunidos no auditório da Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos para ouvirem dos professores os projetos a serem vivenciados na escola



Fonte: arquivo pessoal do autor (2016)

O projeto didático Memória da Cidade, fez com que os estudantes desenvolvessem algumas atividades, dentre as quais: discussão teórica sobre história, memória e patrimônio, realização de aula de campo (visita ao centro urbano da cidade), pesquisas, entrevistas e, como atividade final, foi elaborado com os alunos uma exposição fotográfica para toda a comunidade. Com isso foi possível tornar a cidade um campo de possibilidades, ambiente de pesquisa, observação e análise. Como aponta Perez:

Aprender a ler e escrever é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo; compreender seu contexto, *localizar-se* no espaço social mais amplo. Portanto, tomar a cidade como um espaço educativo norteador da prática pedagógica é possibilitar ao educando (crianças e/ou adultos) refazer a leitura do mundo que o rodeia, ampliando sua compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido a partir do (re)conhecimento dos

chamados “bens de pedra e cal” – seu patrimônio material – e de um amplo e diversificado acervo de expressões culturais, tais como festas, danças, músicas, técnicas, saberes e fazeres – seu patrimônio imaterial.

[...] a cidade como espaço educativo é um dispositivo de promoção e fortalecimento da cidadania, que possibilita aos professores e alunos melhor compreenderem suas identidades culturais e se apropriarem do patrimônio pessoal e coletivo de seu país, de sua cidade, de seu grupo social. (PÉREZ, 2008, p. 15)

Quando tornamos possível a leitura do mundo tendo a cidade como campo visual, estamos tornando possível ler e compreender o mundo e suas diversas transformações. Ler a cidade permite compreender e valorizar as diversas memórias, presentes nos muitos espaços, lugares, construções e que contribuem para o conhecimento das várias histórias que tem o lugar. A cidade educa e, nas suas dinamicidades, promove um espaço para a aprendizagem onde todos são sujeitos ativos que participam e promovem novas escritas, novas leituras para novos leitores-escretores.

Imagem 16 - Apresentação do projeto Memórias da Cidade aos alunos do Ensino Médio



Fonte: arquivo da Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos, São Bento do Una. (2016)

Durante a apresentação do Projeto (Imagem 16), foi ressaltado a importância do envolvimento de todos os alunos para que pudéssemos atingir nossos objetivos, a saber:

Geral

Perceber, a partir do contato e estudo dos vestígios do passado na cidade, as mudanças, permanências e simultaneidades do espaço urbano possibilitando, assim, o conhecimento e a construção de novas leituras e narrativas sobre a história de São Bento do Una – PE.

Específicos

- Compreender o conceito de patrimônio, memória e cidade para entender a importância e relevância de algumas construções e lugares do centro urbano de São Bento do Una – PE na construção histórica da cidade.
- Entender como a cidade pode visibilizar a relação entre passado, presente e futuro a partir dos vestígios existentes no espaço urbano.
- Utilizar a fotografia como uma importante fonte histórica e ferramenta pedagógica que colabora na aprendizagem, bem como no trabalho de identificação das permanências, mudanças e simultaneidade no espaço urbano de São Bento do Una - PE.
- Fomentar um sentimento de pertencimento da cidade a partir do estudo da história local.
- Realizar, por meio de uma exposição fotográfica e informativa para toda a comunidade escolar, socializando tudo o que foi pesquisado, os procedimentos, a importância deste trabalho na compreensão dos conceitos como memória, cidade e patrimônio a partir de várias temporalidades e, após este momento produzir um guia fotográfico e informativo da cidade de São Bento do Una – PE contendo toda a pesquisa realizada.

Após a apresentação do projeto, conversamos ainda mais sobre a sua importância, que durante o processo de todo o trabalho deveríamos atender a todos os objetivos explicitados e que, além de pensarmos o evento que culminaria na exposição fotográfica, o entendimento dos conceitos trabalhados e como estes

poderiam favorecer a aprendizagem, bem como outros conhecimentos e leituras sobre a nossa cidade seria o nosso maior resultado. A realização deste projeto contou com o trabalho de 2 turmas de 1^{os} anos do Ensino Médio, totalizando 80 alunos. Disponibilizamos 20 fotografias das quais cada turma pôde escolher 10. Foram formados 10 grupos com 4 alunos cada, onde os mesmos escolheram a fotografia com a qual iriam desenvolver suas pesquisas e que, porventura, durante as mesmas, outras fotografias sobre o tema poderiam surgir. Acreditamos que os trabalhos realizados por e com estes alunos possibilita que o entendimento e objetivos deste projeto façam chegar a toda a comunidade escolar, na qual se possa compreender bem a importância deste na realização de uma aprendizagem mais significativa, participativa, destacando o papel que cada um tem enquanto sujeito histórico.

4.3.2 Iniciando os trabalhos: discutindo conceitos com os alunos

Após todo o processo de elaboração e apresentação do projeto, organizamos nosso plano de trabalho, que se iniciou em Agosto de 2016, onde ficou combinado que os nossos encontros aconteceriam às terças e quintas-feiras, à tarde, das 15h20 às 17h, sempre no horário do Estudo Dirigido, cada dia com uma turma diferente. Os alunos sugeriram a criação de um grupo de WhatsApp²³ para que a nossa comunicação continuasse, mesmo não estando na escola. Delimitamos o prazo de 03 meses para a conclusão do projeto e que a construção do guia ficaria para depois da Mostra Fotográfica. Entretanto, em agosto de 2016 começava para mim uma nova jornada acadêmica: o PROFHISTORIA, Mestrado Profissional em Ensino de História que iria conduzir-me novamente aos bancos da academia depois de alguns anos. Comecei a sentir o peso desta responsabilidade, o cansaço já nas primeiras semanas de estudo me fez refletir que: cursar um mestrado, viajando duas vezes por semana, de São Bento do Una a Recife-PE, conciliando com o trabalho em uma escola de tempo integral seria um grande desafio. Em nenhum momento pensamos em cancelar o projeto, ou desenvolver em outro momento: resolvemos dar início aos trabalhos.

²³ WhatsApp Messenger é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. <https://pt.wikipedia.org/wiki/WhatsApp>. Acessado em 17 de outubro de 2017.

Em nossos primeiros encontros, discutimos sobre o que é e a importância da História Local. Vimos que a nossa história possui relações com a história de muitas outras cidades, pequenas ou grandes. Discutimos sobre como a Globalização provoca, por vezes, a uniformização das coisas e que, com isso, acabara diminuindo ou “engolindo” as histórias de inúmeros locais como vilas, cidades, aldeias. Abordamos os impactos da modernidade no cotidiano das grandes cidades e do cotidiano das pessoas e que esta também provoca transformações peculiares e significativas nas pequenas cidades, principalmente daquelas mais distantes dos grandes centros urbanos. Estas abordagens ajudaram-nos a compreender as diversas transformações ocorridas na cidade de São Bento do Una, transformações estas percebidas principalmente na década de 1940, marco inicial do processo de urbanização da cidade. Vimos o quanto as relações de poder podem provocar mudanças e/ou permanências em um lugar, principalmente nas pequenas cidades onde a força das famílias tradicionais busca imortalizar a qualquer custo suas memórias em detrimento das demais.

Na discussão sobre cidade e memória, assistimos ao filme “Uma cidade sem passado”²⁴. O filme ajudou-nos a ver como a personagem, uma jovem pesquisadora, foi percebendo a construção da memória coletiva de sua cidade, bem como os processos de esquecimento e silenciamento. Estas discussões nos ajudaram a refletir e entender que, às vezes, parte significativa das coisas na cidade não são conhecidas por esquecimento ou por silenciamento, muitas vezes traumático na vida de algumas pessoas. Fomos aprendendo e compreendendo a importância sobre respeitar aquilo que as pessoas têm a dizer, bem como, o que elas não querem dizer e que o trabalho de pesquisa desta natureza, por sua vez, deve ser norteado pelo princípio do respeito, da ética e da confiança. Assim, como lição, buscamos perceber o valor de despertar nas pessoas a confiança no trabalho que estávamos realizando e que para isso, precisávamos ter em mente a importância que estas pessoas têm como partícipes na construção da história de sua cidade. Estas devem estar confiantes e seguras no momento das abordagens e das entrevistas.

²⁴ Uma Cidade sem passado, do diretor Michael Verhoeven, é um filme, produzido em 1990 na Alemanha, baseado em fatos reais, que conta a história de uma jovem alemã que, num campeonato de redação, escolhe contar a história da sua cidade durante o II Reich. Ao procurar informações para realizar o seu trabalho, a personagem vai percebendo que o silêncio, presente no filme, tem, por vezes, um caráter intencional e que busca esconder a relação que havia entre a cidade e o nazismo. Filme disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kKiykbMCtRM>.

De que forma um estudo sobre os vestígios do passado, presentes no espaço urbano, pode colaborar na vida de nossos estudantes? Para responder a esta pergunta procuramos responder a uma questão anterior: como conhecemos o passado? Para tanto, discutimos sobre o conceito de cidade enquanto um texto. Cada espaço, cada monumento, cada edificação tem algo a ser lido de um passado que muitas vezes parece distante da realidade dos nossos jovens.

Em algumas ocasiões passa despercebida a história de um determinado lugar por não saber como “chegar” até ele. Quando olhamos para uma construção antiga, o fazemos de forma muito fria, e que às vezes por questões meramente “estéticas”, diminuimos e/ou as deixamos no esquecimento. Faço saber que quando falamos de estética, não pretendemos entrar na discussão do tema, mas nos referimos aos ditos padrões de beleza arquitetônicos atuais, muito comuns aos nossos estudantes: casas com fachada de porcelana, muros altos, cercas elétricas, portas e portões de alumínio e eletrificados, câmeras de vigilância. Não que tudo seja bom ou ruim, mas estas características modernas possuem o seu significado e o seu contexto, neste caso, muitas vezes, a insegurança de se viver em determinados bairros faz com que as pessoas alterem suas rotinas e, por conseguinte, sua forma de morar e construir moradias. No futuro próximo, talvez, outros alunos sejam motivados a compreender estes fenômenos. Por hora, fomos percebendo, durante os encontros, que acessar o passado pode ser uma aventura e tanto, entretanto, precisamos saber como chegar nele e a partir de quê ou quem.

Durante a minha especialização onde abordava sobre os signos modernos, seus impactos e transformações urbanas na cidade de São Bento do Una me foi possibilitado o acesso a algumas fotografias em acervos de escolas, álbuns de fotografias da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos, de pessoas que colaboraram com a pesquisa, no pequeno acervo de domínio público das secretarias de Educação e da Secretaria de Cultura do município. Muitas destas fotografias compreendendo o período de 1940 a 1970 e que foram utilizadas na elaboração e realização do projeto em tela. Há algumas anteriores a este período e que nos ajudaram a perceber as transformações ocorridas no início do processo de urbanização da cidade. A discussão sobre fotografias como fontes históricas, foi ganhando espaço e caindo na “graça” da garotada. Muitos já estavam querendo saber o que era isso ou aquilo e que queriam logo ir a campo pesquisar. Foi solicitado pelos

estudantes que enviássemos as fotografias digitalizadas para o grupo do WhatsApp. Ao disponibilizar todas as fotos utilizadas no projeto, no grupo do WhatsApp, a reação do aluno C.E.S.²⁵, participante do projeto, foi bem interessante e motivou ainda mais o interesse sobre a importância de sua utilização, bem como fez-nos empreender ainda mais esforços para tentarmos conseguir outras mais. O mesmo gravou um áudio e o envio para o grupo dizendo o seguinte:

Como é que só tem essas fotos aqui desse lugar? Rapaz, tem muita coisa ainda que podemos descobrir fazendo esse trabalho. Vou pedir pra mainha falar com vó pra eu ver as fotos dela. Ela dizia que quando era pequena na festa de Reis, tirou algumas fotos. Deve ter alguma coisa nestas fotos que mostre como era essas festas e as pessoas. Deviam ser bonitinhas as crianças daquela época (risos). Uma coisa é certa, a gente tem que começar em casa vasculhando as fotos dos avós da gente pra conseguir mais informações. Vou começar a tirar e guardar foto de tudo que é coisa e lugar²⁶.

Muitas coisas podem acontecer durante a realização de qualquer projeto e no caso do nosso, algo em especial e inusitado ocorreu. Em uma das atividades de campo que fizemos com os alunos no final do ano de 2016, sobre as transformações urbanas na cidade e como poderíamos identificá-las nas fotografias que tínhamos em mãos, um senhor, avô de uma das alunas participante do projeto e que ficou sabendo desta atividade por ela, nos presenteou com um *pen drive* contendo inúmeras fotografias. Nossa surpresa e alegria foi imensa, e já começamos a dimensionar o quanto estas fotografias poderiam ampliar ainda mais o nosso trabalho. Ao abrímos, pela primeira vez, os arquivos contidos no *pen drive*, nos impressionou bastante o número de fotografias contidas nele. No momento não estávamos com tanto tempo para começar a separação destas fotografias por categoria e deixamos o *pen drive* de lado por um tempo, pois, precisávamos cumprir algumas ações do projeto. Uma outra situação nos tomou um pouco de atenção e preocupação: estávamos com dificuldades de concluir algumas etapas porque algumas ações do projeto precisariam ser reprogramadas. As atividades de campo foram realizadas e as pesquisas sobre as evidências das imagens nas fotografias estavam em curso: algumas em fase de conclusão, outras ainda por começar, uma vez que alguns alunos encontraram

²⁵ Para citar as falas dos alunos optamos por não utilizar o nome real dos estudantes, designando-os apenas pelas suas iniciais.

²⁶ Relato do aluno C.E.S. da ETEGEC após a discussão dos usos da fotografia para se conhecer o passado da nossa cidade. Relato do dia 11 de maio de 2017.

dificuldades em entrevistar algumas pessoas, devido a disponibilidade, dia e horário, a necessidade de reagendar alguns encontros para as entrevistas. Percebemos que ainda faltava tudo isso para organizarmos a Mostra fotográfica, o que fez com que este momento fosse levado para o ano seguinte. Era preciso sentir cada etapa, e exigir algo mais nesse momento poderia comprometer o projeto podendo, torná-lo muito “pesado” e sem sentido. Os alunos precisavam cumprir outras demandas além das do projeto: atividades das disciplinas da Base Comum e da Base Técnica – 19 para ser mais exato –, fazer as avaliações bimestrais, concluir visitas técnicas e ainda dar conta do projeto. Para não ser um “fazer por fazer”, nos reunimos e buscamos alinhar um novo cronograma do projeto e que, como no caso do *pen drive*, surpresas e adversidades fazem parte do processo de execução do projeto. A forma como os alunos entenderam todas essas situações alegrou-nos bastante e fez com que o projeto continuasse.

Depois de cumprirmos com as demandas do final de ano letivo, voltamos o nosso olhar para as fotografias. Ao analisar com cuidado os arquivos, fomos percebendo que muitas delas estavam repetidas e que o acervo de fotos de pessoas era grande. Um trabalho com estas fotos de pessoas seria muito enriquecedor, suscitaria outras discussões acerca do trabalho de História Local, sobre história de vidas e tudo isso nos fez pensar em ampliar o projeto, até mesmo em um outro. Porém, como estávamos em andamento com o projeto inicial, deixamos guardada a ideia para, após a culminância deste, avaliarmos esta possibilidade. Quanto às fotografias que contemplassem as transformações físicas do centro da cidade, poucas nos restaram que pudéssemos incluir ao acervo de nosso projeto. Independente destas poucas fotos que restaram, cumprimos com o objetivo de fazer com que, por meio do uso das que já tínhamos, fosse possível perceber no processo de urbanização da cidade, em meados do século XX, suas mudanças, permanências e simultaneidades, como recorte temático e temporal, onde os alunos conseguissem compreender, tendo como campo a sua própria realidade, a noção de tempo, memória, patrimônio, bem como sua participação como sujeitos históricos na construção e continuidade da história da sua cidade.

4.3.3 Observar, registrar, explorar e apropriar: a educação patrimonial em ação

O projeto Memórias da Cidade trouxe como uma de suas etapas a proposta metodológica de trabalho da Educação Patrimonial.

Além dos conteúdos conceituais – tempo, memória, patrimônio, fonte, urbanização, globalização entre outros – o trabalho em campo coloca em prática o “Aprender a Fazer”, ações procedimentais que fizeram os estudantes perceberem como o historiador realiza seu ofício, acessando o passado. Além disso, este tipo de estratégia possibilitará o desenvolvimento dos conteúdos atitudinais, o “Aprender a Conviver e Ser” todos estes importantes para construção do indivíduo. Para desenvolver este projeto, optamos por seguir os passos metodológicos da Educação Patrimonial, uma vez que esta atende às dimensões conceituais, atitudinais e procedimentais, bem como contempla os objetivos propostos pelo projeto.

Durante os nossos encontros semanais começamos a nos preparar para as atividades de campo. Nesses encontros, selecionamos as fotografias que seriam usadas, qual grupo ficaria com qual, uma vez que elas nos serviriam de fonte para as pesquisas. Fizemos algumas perguntas sobre o que estavam vendo nas imagens e o que chamou mais atenção ou curiosidade, se conhecia ou ouviu falar sobre o que estava retratado. A partir disto, conversamos um pouco sobre cada uma delas para conhecer - ou começar a conhecer - um pouco mais. Levamos em consideração alguns critérios na escolha das fotografias para que pudéssemos desenvolver os trabalhos como, por exemplo, terem registros de fácil acesso, não escolher fotos aéreas, uma vez que isso seria um dificultador para os alunos na produção de novas fotografias a partir da identificação dos lugares, construções ou seus entornos registrados nas fotografias antigas. Escolhidas as fotografias deu-se a hora de sair em campo.

A primeira etapa proposta pela metodologia foi uma visita ao centro urbano da cidade de São Bento do Una onde os alunos, previamente orientados, deveriam identificar, por meio da OBSERVAÇÃO, os espaços, construções, casarios existentes, buscando perceber neles e/ou em seu entorno as transformações porventura ocorridas. Cada grupo munido da fotografia escolhida, combinou um local de saída e chegada – A frente da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos (Imagem 17) – e foi traçado um percurso onde cada um buscasse, por meio de elementos ainda existentes nas fotos e de algumas dicas, identificar os lugares registrados nelas ou,

em alguns casos o que restou, ou o que seriam hoje estes lugares, construções ou monumentos caso não existisse mais (Imagem 18).

Imagem 17 - Alunos em frente à Igreja Matriz do Bom Jesus se preparando para dar início às atividades de campo



Fonte: arquivo pessoal do autor (2016)

Imagem 18 - Alunos iniciando as atividades de campo. Etapa de observação e identificação dos elementos registrados nas fotografias



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2016)

Depois do momento de identificação, por meio da observação, os alunos precisariam REGISTRAR estes espaços e construções, com uma nova fotografia,

tentando fazê-la no mesmo ângulo e perspectiva para que em outro momento pudéssemos fazer comparações com as imagens das fotos selecionadas e utilizadas durante o projeto. Entretanto, como não haveria máquinas fotográficas para todos, estudamos a possibilidade de usar as câmeras fotográficas dos aparelhos celulares dos estudantes, tecnologia presente hoje em dia em muitos destes. Acreditamos que esta etapa do registro foi muito importante, pois, possibilitou fortalecer ainda mais a observação, ao ler a cidade nas mais diversas temporalidades, para que fosse possível discutir e refletir sobre estas e outras transformações urbanas ocorridas e que poderão ainda ocorrer, seus porquês quanto à realização destas mudanças, bem como levantar a discussão sobre a necessidade ou não de se preservar determinados lugares, construções, monumentos que, como evidências, podem colaborar no acesso ao passado mediante as inquietações do presente.

Após este momento de atividade de campo, voltamos para a escola onde marcamos um momento para que pudéssemos coletar e organizar as fotografias feitas pelos alunos, fazendo a seleção das melhores. Durante esta seleção, notamos a necessidade de em outro momento, voltarmos a alguns lugares e refazer algumas, situação que aconteceu com duas fotografias: a do União Sport Clube porque no dia estava acontecendo um reparo no asfalto que fica nas suas proximidades e a do CineRex (hoje um supermercado) devido ao descarregamento de mercadorias.

Durante a concretização destas duas etapas – observar e registrar – percebemos que realizar as entrevistas no mesmo dia estenderia demais as atividades de campo, levando em consideração que: só teríamos 02 horas para realizar as atividades, pois precisávamos voltar a pé para a escola, e o forte calor, devido ao ensolarado dia, fadigava demais aos alunos. Avaliamos esta situação e resolvemos marcar para um outro momento e por grupo, novas visitas para fazermos as entrevistas.

Desse modo, após refazermos algumas ações, seguimos com as nossas atividades sem prejuízos. Na etapa EXPLORAÇÃO, e remarcadas as visitas, buscamos aprofundar, por meio de entrevistas, os registros das nossas fotos. Para as entrevistas, elaboramos um questionário semiestruturado para que pudéssemos, junto com as fotografias, responder às seguintes questões: O que é ou foi? Quem construiu? Para que servia? Quem frequentava? Hoje, o que é? Quem são as pessoas que mais o utilizam ou o frequentam? *(Se não existir mais este lugar, construção e/ou*

monumento) Na sua opinião porque não existe mais? *(Se existir ainda este lugar, construção e/ou monumento)* Na sua opinião seria importante sua preservação? Se sim (ou não), porquê? Você conhece alguma história que tenha acontecido neste lugar ou sobre sua construção? Atualmente, como as pessoas fazem uso deste lugar ou construção?

Os alunos se organizaram e começaram, já em casa, suas entrevistas, perguntando aos seus familiares, bem como a amigos sobre o que pesquisavam.

Entretanto, uma coisa que não estava no planejamento teve que ser pensada. Ao fazerem suas entrevistas, muitos relataram que os entrevistados sempre citavam algumas pessoas da cidade que poderiam ajudar a contar mais um pouco sobre as evidências retratadas nas fotografias. Mesmo reforçando que um dos objetivos das entrevistas é saber das pessoas, de gerações diferentes, o que elas sabem sobre estes vestígios e/ou, suas histórias, a relação que há ou existiu entre eles, os alunos queriam entrevistar estas outras pessoas citadas. Preocupados em saber mais, resolvemos organizar um momento com algumas das pessoas citadas pelos entrevistados dos alunos. Esta foi uma das demandas que fizeram com que reprogramássemos algumas das etapas do projeto para o ano seguinte.

Iniciado o ano letivo de 2017, uma reunião foi feita para vermos quais etapas estavam concluídas e as que precisavam ser retomadas, e dentre elas, a possibilidade de contarmos as pessoas que colaborariam com as pesquisas. Assim o fizemos: entramos em contato com os que pudemos - uma vez que alguns não estavam mais morando na cidade e/ou visitando -, apresentamos o projeto e propusemos um momento na escola para que os alunos pudessem fazer suas entrevistas com eles. Alguns se disponibilizaram (Imagem 19) e outros ficaram de confirmar, mas, até a conclusão desta etapa, não conseguimos mais estabelecer contato. No início ficamos um pouco preocupados, uma vez que os alunos poderiam focar demais nas narrativas destas pessoas convidadas e colocar em segundo plano ou ignorar as dos primeiros entrevistados. Enquanto nos organizávamos para este momento, fizemos com alguns alunos, algumas entrevistas pelo centro da cidade para colher mais informações sobre nossas fotografias (Imagem 20). As várias narrativas coletadas nas entrevistas enriqueceram muito esta etapa. Fomos levados a refletir sobre a importância e o valor que cada história contada por estes entrevistados possui, a maneira como os mesmos se relacionavam com os lugares, construções, e em alguns casos como presenciaram

certas mudanças, algumas demolições, permitindo-nos perceber, a cada fala, uma memória carregada de muita emoção e vida, levando-nos a sentir, por alguns instantes, aquele passado bem próximo, bem presente.

Imagem 19 - Visita do senhor Expedito Valença aos alunos do projeto Memória da Cidade para uma seção de entrevista



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2017)

Imagem 20 - Alunos entrevistando o senhor Jaime Costa que fala um pouco sobre o Antigo Mercado de São Bento do Una



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2017)

Aproveitamos nesta etapa para esclarecer aos alunos que precisávamos perceber nas entrevistas que muitas coisas podem ser ditas ou não ditas. Que o que eles ouviram e anotaram de todos os seus entrevistados, precisaria passar por uma interpretação e análise crítica, buscando perceber o significado destes lugares, construções, para cada uma destas pessoas, bem como para todos que viviam e/ou vivem, passavam e/ou passam pela cidade.

Concluída esta etapa, nos reunimos para organizar nossas pesquisas e seguir para o próximo momento do projeto. A APROPRIAÇÃO, última etapa proposta pela metodologia da Educação Patrimonial, foi o momento onde os alunos expuseram seus trabalhos para toda a comunidade. Inicialmente pensamos em fazer apenas uma mostra fotográfica, entretanto, alguns alunos sugeriram algumas dinâmicas durante as apresentações. Mais uma vez nos reunimos para replanejar, neste caso, nossa exposição fotográfica e elaborar as dinâmicas que seriam desenvolvidas durante a mesma. Estudamos estas sugestões, ouvimos algumas propostas de dinâmicas, bem como outras foram solicitadas e que cada grupo, na medida do possível, trouxesse mais propostas de dinâmicas. Demos um prazo de uma semana onde, concluído este tempo nos reuniríamos para analisar qual dinâmica iríamos realizar. Escolhida a dinâmica, começamos a nos organizar para socializar nossas pesquisas em forma de Mostra Fotográfica. Apresentamos nossos trabalhos durante a II FETECs-ETEGEC (Feira de Tecnologias da Escola Técnica Estadual Governador Eduardo Campos) realizada no mês de agosto do ano de 2017.

Nossa exposição fotográfica e informativa da cidade de São Bento do Una contemplou os seguintes passos:

1º) Preparação do espaço. Foi ornamentada uma sala com jornais. A ideia dos alunos era fazer uma ligação entre jornal e informação, tornando a Mostra Fotográfica um momento para apresentar as “novas” histórias de São Bento do Una, fazendo a cidade “virar notícia” (Imagem 21);

Imagem 21 - Preparação da sala para a realização dos trabalhos da Mostra Fotográfica



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

2º) Organização das apresentações. Pensamos em nos dividir em 6 grupos da seguinte maneira: um grupo responsável por fazer uma breve apresentação dos conceitos de patrimônio e memória, bem como abordar o processo de urbanização da cidade a partir da década de 1940; os demais grupos organizaram-se em torno das fotografias que trouxessem os seguintes temas:

Grupo 01. Lugares do saber (escolas Lenita Fonte Cintra, Grupo escolar Rodolfo Paiva e Colégio Comercial) e Lugares de Fé (templos religiosos);

Grupo 02. Lugares de Comércio e de Negócios (Padaria Sertaneja, Banco do Brasil, Açougue Público, Antigo Mercado, Cooperativa dos Agricultores de São Bento do Una, Casas Osvaldo Celso);

Grupo 03. Lugares de encontros (Praças Rádio Clube, Marechal Deodoro e da Matriz, CineRex, União Sport Clube e Clube dos Comerciantes e ASA – Associação São-Bentense de Atletismo);

Grupo 04. Lugares de Morar (Casa dos prefeitos Joaquim Costa, Adalberto Paiva, Alfredo Cintra e Osvaldo Celso Maciel, residencial do Dr. Lourival e Lívio Valença, Vila Mariá e algumas residências distribuídas nas 03 principais praças do centro da cidade);

Grupo 05. Lugares de Poder (1ª Prefeitura, 2ª Prefeitura e Fórum, Antiga Delegacia e Cadeia Pública) e Outros Lugares (Maternidade, Posto da Celpe, Chafariz Público, o Antigo Cruzeiro, Sobradinho dos Valença e Antigo Correio).

3º) Elaborando dinâmica para a apresentação. Organizamos como proposta de atividade, para concluir as apresentações, uma brincadeira denominada pelos alunos de “Me encontre no mapa”.

Para montarmos esta dinâmica foi preciso fazer uma pesquisa no Google Maps da malha urbana do centro da cidade de São Bento do Una. Em seguida, sobre uma faixa de tecido tipo TNT, os alunos projetaram a imagem pesquisada com o auxílio de um notebook e de um projetor onde colaram fita tipo velcro – a parte veluda –, onde foi desenhado sobre o tecido o traçado do centro da cidade (Imagem 22).

Imagem 22 - Confecção do painel com a Malha Urbana do centro da cidade de São Bento do Una



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

Confeccionou-se peças de isopor no formato retangular, onde de um lado colaram fotografias utilizadas no projeto e no outro a imagem da Bandeira da cidade, contornando-a com a parte do velcro que se fixaria na malha urbana já feita no tecido TNT (Imagem 23).

Imagem 23 - Sala pronta para as apresentações



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

A proposta era: localizar na malha urbana do centro da cidade os lugares registrados nas fotografias, tendo como dicas algumas imagens – não as usadas pelos alunos durante as apresentações, mas outras, inclusive as que eles produziram – e algumas informações, estas relacionadas com as exposições orais dos alunos (Imagem 24) como: dicas sobre o que é nos dias de hoje, o que se faz nestes lugares, construções (ou próximo deles) entre outras pistas.

Imagem 24 - Alunos do projeto Memórias Cidade



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

Para a realização da dinâmica, cada visitante – 10 por seção – ao entrar na sala de exposições da Mostra, seriam orientados a escolher uma das peças que estariam dispostas em uma das cinco mesas preparadas para cada grupo de imagens

previamente organizadas por temas, e que, com a face contendo a imagem da fotografia para baixo, e munido das informações apresentadas pelos alunos. Durante a visita, ao chegarem na mesa temática, 2 visitantes seriam orientados a escolher, cada um, uma peça e juntos aos demais ouviriam as informações alusivas as mesmas. Após concluir o trajeto pelas mesas temáticas, todos os 10 visitantes estariam, cada um, com uma peça fotográfica, seriam direcionados ao painel para fixarem suas peças na malha urbana (Imagem 25).

Imagem 25 - Visitantes realizando a dinâmica “Me encontre no Mapa”.



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

Ao final da brincadeira, os participantes teriam uma visão geral dos lugares, construções e monumentos do centro da cidade, registrados nas fotografias antigas, bem como assimilariam melhor as informações e histórias de cada um destes espaços.

Imagem 26 - Professor e alunos envolvidos com o projeto Memórias da Cidade



Fonte: arquivo pessoal do autor (2017)

4.3.4 Avaliando o projeto: possibilidades de ampliar “passos”

Uma semana após as apresentações, nos reunimos para uma avaliação de todo o percurso do projeto até o momento. Buscamos fazer nossa avaliação a partir de 3 perguntas: ‘o que foi bom?’, ‘o que não deu certo?’ e ‘o que precisamos melhorar?’. Muito importante este momento, e foi uníssono a alegria de todos nós em participar do projeto.

Quadro 2 - Depoimento dos alunos sobre o projeto Memórias da Cidade

Jaylton (1º ano A do Ensino Médio)

“A forma como as pessoas se surpreendiam com as histórias do lugar era incrível, parecia que nem eram daqui (São Bento do Una)”

Samara (1º ano B do Ensino Médio)

“Pensei que iríamos apenas expor nossas pesquisas, não emocionar. As pessoas idosas se emocionaram.”

Karoline (1º ano A do Ensino Médio)

“Era bom que pudéssemos ter mais tempo na FETEC para apresentar, pois, só podia entrar poucas pessoas na sala. Tipo assim, não tumultuou, mas podíamos ver uma forma de mais pessoas serem atendidas, ou apresentar na rua”.

Maria Gabriela (1º ano A do Ensino Médio)

“Que tal da próxima vez, deixar um vídeo passando as fotos antigas e as nossas, para que as pessoas pudessem ir vendo as mudanças. O painel com as fotografias antigas e nova quase não chamava a atenção. Talvez se ele estivesse em outro lugar ou de outra forma isso chamasse mais atenção.”

Diego (1º ano B do Ensino Médio)

“Podíamos elaborar um folder com o resumo de todas as fotos apresentadas e entregar no final para pessoas ou apresentar na praça e entregar lá também.”

Uma coisa que todos nós não estávamos esperando foi a visita de um público de crianças e adolescentes com deficiência auditiva. Os alunos ficaram preocupados em não conseguirem fazer-se compreender, porém foram orientados pelo intérprete de Libras que acompanhava o grupo que não se angustiassem e que só não falassem muito rápido. O momento foi muito bonito e despertou em alguns o interesse em estudar a Língua Brasileira de Sinais.

Um momento foi planejado para desenvolver e socializar, com os demais alunos, professores e demais funcionários da própria escola, tudo o que foi aprendido e construído por meio do projeto, apresentando os conceitos utilizados, os relatos de cada etapa dos trabalhos e que conhecer o passado “lendo” a cidade pode ser possível, divertido e significativo. Isto foi pensado, pois, muitos queriam ter ido visitar a Mostra Fotográfica, mas como os demais estavam envolvidos com outras atividades durante a FETEC, tornou-se impossível esta visita. Seria um momento de partilhar experiências e saberes. Todavia, isso demandaria um tempo e não foi possível realizar a ação até o momento.

Acreditamos que o projeto didático Memórias da Cidade trouxe as possibilidades de se conhecer o passado de nossa cidade a partir das diversas leituras sobre os lugares e objetos de memória existentes ou não, despertando por meio da identificação do que era e agora o que é, para que servia e agora para que serve, o que fazia e agora o que faz, sua importância e necessidade de conhecer, preservar e desenvolver ações educativas para que novas gerações continuem “lendo a cidade” nas suas várias temporalidades. É na escola e a partir dela que buscaremos conhecer e apreender os diversos conceitos que nos ajudarão a melhor “enxergar” e “sentir” o passado nos diversos lugares de memórias de nossa cidade, por exemplo.

Por fim, buscamos com este projeto colaborar no processo ensino-aprendizagem dos nossos alunos para que possam “adquirir conhecimentos, conceitos, ideias e habilidades” (SCHMIDT e CAINELLI, 2009) como compreender elementos culturais que constituem uma identidade, as transformações dos espaços geográficos, a importância das diversas instituições da sociedade na construção da história, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais entre outros, diante dos vestígios visíveis identificados e analisados a partir das leituras sobre a cidade durante o percurso e desenvolvimento das etapas propostas, na construção de novas perspectivas históricas de sua cidade, tornando possível e significativo este processo para todos nós enquanto sujeitos históricos.

4.4 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

Propaga-se bastante que todo projeto é flexível, isto foi possível perceber até aqui. Quando se propõe um trabalho por meio de projetos, espera-se que o mesmo aconteça sem nenhum problema. Entretanto, muitos percalços podem surgir durante o processo, exigindo a tomada de alguns (re)direcionamentos para que tudo concorra organizadamente para a sua realização e conclusão. Pensar num projeto sozinho é uma tarefa que pode facilmente desembocar no insucesso, principalmente quando os imprevistos acontecem. Aliás, a essência de projeto está ligada a ideia de coletividade. Isso é o que faz acontecer e o torna significativo para quem direta ou indiretamente está envolvido. Todo projeto deve ser avaliado, mas não pode ser a avaliação o fim do mesmo. Esta deve possibilitar a sua retomada e novas execuções. Todo projeto reaplicado amplia-se. Pois, se a coletividade é o essencial para que ocorra sua construção e realização, é possível concluir que novos atores envolvidos, novos problemas, novas ideias, novas ações trarão mais e novas contribuições.

Ao final deste trabalho compartilharemos nossas experiências disponibilizando uma pequena cartilha contendo o projeto Memórias da Cidade. Nela estará apresentada, também, uma pequena discussão sobre projeto, os conceitos utilizados no que hora fora realizado, algumas referências bibliográficas e de vídeos, e sugestões que possivelmente poderão ampliar um pouco mais a discussão sobre o mesmo. A expectativa é que estas reflexões possam encorajar àqueles que nunca

realizaram algum trabalho por meio de projetos didático a pensarem com seus alunos, este, como sendo uma valorosa possibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática docente é algo que precisa ser constantemente refletida. Essa reflexão nos permite entender que assim como surgem novas gerações de alunos e professores, novas discussões teórico-metodológicas precisam ocorrer. Há muito que o Ensino de História vem passando por muitas transformações, mas mesmo assim, sentimos a necessidade de, nos dias atuais, nos debruçar sobre este campo tão importante na formação de sujeitos participativos e cidadãos e que nos últimos tempos vem lutando e resistindo às inúmeras investidas de setores e instituições que não querem uma sociedade participativa, plural, cidadã e democrática.

Como abordamos no nosso trabalho a História Local nos últimos tempos vem se mostrando um campo resistente ao capitalismo e a globalização homogeneizadores. Ambos, que buscam de forma sutil dar novos significados a certos aspectos do local, provocam embates entre uniformização e diferenciação. Quais os interesses do poder público em tornar uma sociedade homogênea? Quais valores querem impor a ela? Se diante destes questionamentos não buscarmos refletir sobre o nosso papel como educador estaremos condenados a assistir o surgimento de uma geração alienada e de uma sutil superficialidade, tornando-a incapaz de agir ativamente e pensar historicamente. Acreditamos que aproximar estas discussões a partir do lugar onde se vive, seu entorno é o início para que se possa começar essa ação. Trouxemos a Cidade como sendo um dos muitos lugares onde nossos estudantes vivem e convivem. Percebendo as mudanças da e na cidade, bem como suas permanências, se faz possível compreender as muitas relações e embates de poder nela existente, como também perceber nestas mudanças os vários conceitos importantes para esta compreensão, dentre eles o de tempo, memória e patrimônio. A ideia aqui de Patrimônio não está somente naquilo que já se conhece – muito ou pouco – de determinada coisa, como já discutimos. Ao falarmos de Patrimônio queremos com isso tornar possível aos nossos alunos perceberem os elementos que englobam suas referências culturais – festa, lugar, objetos, costumes, pessoas entre outros –, e que estes colaboram na construção de uma história significativa e feita por todos. Para o nosso trabalho, a Educação Patrimonial foi muito importante, pela sua proposta colaborativa e participativa de trabalho. Observar, Registra, Explorar e Apropriar foram ações importantes para que nossos estudantes pudessem perceber as mudanças,

permanências e simultaneidades em nossa cidade. Como uma forma de melhor organizar nosso trabalho desenvolvemos o Projeto *Memórias da Cidade* que buscou, além de possibilitar conhecer um pouco mais sobre a cidade, compreender alguns conceitos necessários não somente para se discutir a cidade, mas para perceber como esta se constrói como também, pode se tornar objeto de interesse, repito, de grupos e/ou instituições.

Muitas foram as transformações urbanas na cidade de São Bento do Una – PE. Com o advento da modernidade foi possível perceber como a rotina de muitas pessoas diante de alguns signos modernos sofreram alterações. Para percebermos isto tivemos que analisar os elementos e personagens que impulsionaram o processo de modernização, urbanização e mudanças de comportamentos sociais da cidade de São Bento no período que corresponde as décadas de 1940 a 1960, a partir de entrevistas, pesquisas e fotografias. Para Pesavento (2007) “o historiador é, por definição, um homem de texto, e seu produto, a história, como bem se sabe, é uma narrativa sobre o passado”. Ela afirma, também, que todo historiador tem “a tendência de buscar as cidades do passado que cada urbe abriga, em palimpsesto, e que devem ter deixado traços para serem recuperados mediante um trabalho de pesquisa”. E acrescenta:

Todo historiador sabe que as marcas de historicidade deixadas no tempo revelarão diante de si como fontes, a partir da pergunta que ele (historiador) fará ao passado, questão esta iluminada pelos conceitos que presidem nossa posição diante do real (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Quando chegamos a São Bento do Una no ano de 2005 tínhamos outro projeto de vida e futuro. Nunca passou pela nossa cabeça fazer um trabalho sobre a cidade. O desejo pela temática *cidade* e suas múltiplas possibilidades de estudo nasceu quando da realização do I Encontro Internacional de História da FABEJA no ano de 2010. Em um dos minicursos discutiu-se as várias possibilidades de pesquisa, tendo a cidade como centro. Porém, ao nos debruçarmos na busca de fontes locais para as nossas pesquisas percebermos o quanto lacunoso ainda se encontrava a história de São Bento do Una principalmente no que tange ao período supracitado e de décadas seguintes. A cidade, por exemplo, não possui um arquivo público em estado de

conservação e organização para trabalhos de consultas. Todavia, isso não impediria que desenvolvêssemos com os alunos os nossos trabalhos. Buscamos entrevistar alguns são-bentenses que ainda, e de uma forma extraordinária, traziam lúcidas memórias. A memória, como visto em nosso trabalho, é algo fundamental para a história. Para Nora (1993, p. 15), “o que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que podemos ter necessidade de lembrar”.

Em nossas pesquisas nos deparamos com algo que muito chamou-nos a atenção. A maioria dos são-bentenses, por exemplo, desconheciam que o atual prédio da prefeitura é o terceiro da cidade. Pensava-se que a edificação era a segunda, feita na gestão do prefeito Lêucio Oliveira Mota do ano de 1989 a 1992. Quando perguntávamos sobre o antigo prédio da prefeitura muitos faziam menção ao segundo edifício pensando ser o primeiro. Entretanto, ao analisarmos algumas fotografias e entrevistas chegamos a conclusão que o primeiro prédio ficava nas proximidades do atual, não mais hoje existindo quaisquer vestígios de sua construção e não sendo citado nas obras *Traços históricos de São Bento do Una* de Adalberto Paiva e *São Bento do Una: Formação histórica* de Ivete Cintra que descrevem a história da cidade. Ficava claro que o saudosismo pelo prédio da Prefeitura de fato era alusivo ao segundo prédio e não ao primeiro como muitos pensavam.

A forma de um edifício, a função a que se destina, o uso que efetivamente dele se fará, a sua inserção na vida de uma cidade e o significado que lhe serão atribuídos são elementos que se apresentam à decifração do simbólico desse espaço construído (PESAVENTO, 2007, p.23).

Quando alguns são-bentenses afirmam que este prédio do poder político era uma relíquia da história da cidade desconhecem que este foi nada mais nada menos que o seu segundo prédio e que a “verdadeira relíquia” fora deixando no anonimato hoje não mais existindo nem um rastro que possa identificá-lo e em seu lugar nada é encontrado que o indique, nem uma placa sinalizando sua localização e existência, por exemplo.

Trabalhos como este se tornam importantes e nos convida a pensar, à luz de Flávia Caimi (2015), como fazer e tornar significativo o conhecimento sobre a cidade na busca de compreender e ajudar o aluno a se perceber como sujeito da história?

Para isso, a autora busca, apontando um tripé de saberes – saberes a ensinar, para ensinar e do aprender – “problematizar algumas das principais demandas que se apresentam ao trabalho do professor de História, diante da pluralidade e complexidade das práticas sociais e culturais que adentram a escola na contemporaneidade” (2015, p. 106). Caimi nos ajuda ainda a entender como a compreensão do presente e do passado colaboram na construção de uma identidade, bem como ajudam a valorizar as diferenças (2015, p. 108). Contudo, não podemos deixar de enfatizar que na construção de uma identidade se faz necessário, também, saber enxergar as relações de poder que estão presentes nas suas entrelinhas. O ensino de História nos auxilia na compreensão da relação entre passado e presente, mudanças, permanências e simultaneidades, os embates de memórias como forma de perceber nas diversas temporalidades dos espaços, lugares e/ou os vestígios da cidade, por exemplo, na construção de uma identidade no qual os nossos alunos estão inseridos e fazem parte como agentes desta história. Ao longo do nosso trabalho dissertativo e no processo de execução do Projeto Didático, se fez necessário perceber a importância de trabalhar alguns conceitos como passado e presente, antigo e novo, tradição e progresso, mudança e permanência, memória, patrimônio, identidade para que se compreenda como estas relações e movimentos são intencionais e “tendem a fixar e a estabelecer” uma identidade, bem como “a subvertê-la e a desestabilizá-la” (SILVA, 2011. p. 84).

Sem sombra de dúvida, não podemos deixar de perceber que o processo modernizador da cidade de São Bento do Una gerou inúmeras transformações urbanas e sociais e que, conhecendo os elementos materiais e/ou imateriais, deixados ao longo do tempo, é possível criar e/ou fortalecer um sentimento de pertencimento por meio de uma apropriação consciente e que culturalmente está em constante mudanças. Por meio de entrevistas e aulas de campo, os alunos iam tendo acesso a um passado que para muitos nem existiam, que deixou de ser “invisível” e que aos poucos vai sendo recuperado para que a história da cidade seja contada e recontada.

Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. [...] Assim, as cidades escritas e as cidades faladas são, todas elas,

idades imaginárias, que um historiador da cultura busca recuperar (PESAVENTO, 2007, p.20).

Desse modo, o que se buscou com este trabalho, foi perceber como os alunos compreendem a cidade, - esta tomada como objeto de estudo e trabalho para professores e alunos -, a partir das transformações ocorridas nos espaços e lugares do centro urbano, e como isto colaboraria para refletir sobre o sentimento de pertencimento que envolvem as pessoas, em relação aquilo que elas tomam como sendo seus referenciais ressaltando, assim, a nossa função como sujeito que preserva e/ou transforma o lugar e a si próprio.

REFERÊNCIAS

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; BRUNA, Gilda Collet; ALVIM, Angélica Benatti. **Modernização e modernidade**. Algumas considerações sobre as influências na arquitetura e no urbanismo de São Paulo no início do século XX. Arquitectos, São Paulo, ano 8, n. 085.05, Vitruvius, jun. 2007.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. **Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história.** In: Gonçalves, Marcia de A.; Rocha, Helenice Ap. de B.; Resnik, Luís; Monteiro, Ana M. F. da C. (Org.) **Qual o valor da história hoje?**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

BARTHES, R. **Semiologia e urbanismo.** In: BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Maria Eliza L. **História & fotografia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Parâmetros Curriculares Nacionais.** História (ensino fundamental – 1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? **História & Ensino.** Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

CAINELLI, Marlene. **O que se ensina e o que se aprende em História.** In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História: ensino fundamental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 17-34. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis.** Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Coord.); OLIVEIRA, Regina de Soares; ALMEIDA, Vanusia Lopes de; FONSECA, Vitória Azevedo. **A reflexão e a prática no ensino de História**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHUVA, Márcia. **Entre vestígios do passado e interpretações da História**. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, S.; KISHI, S; SOARES, I. (Org). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

CINTRA, Ivete de Moraes; FIRMINO, Padre João; PAIVA, Adalberto de Oliveira. **São Bento do Una – PE: Formação histórica**. Recife, Centro de Estudos de História Municipal FIAM, 1983.

DEL PRIORE, Mary. **A fotografia como objeto da memória**. In René Marc da Costa (Org.). Cultura popular e educação: Salto para o Futuro. Brasília, secretaria De Educação à Distância – SEED, 2008.

FIGUEIRA, Cristina Reis, MIRANDA, Lílían Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. – São Paulo: Edições SM, 2012.

FILHO, José Adilson. **A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense**. Recife: COMUNIGRAF, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1967.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. Tomaz Tadeu da Silva (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE MOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 7ª edição revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013

LIMA, Marta Margarida de Andrade. **História local nos livros didáticos de história para os anos iniciais do ensino fundamental**. In: OLIVEIRA, Margarida Maria D. de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. **Livro Didático de História: Escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRN, 2009.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 63-201.

MARTINS, Marcos Lobato: **História Regional**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Novos temas nas aulas de História**. 1ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOZZI, Ivo. A história ensinada: educação cívica, educação social ou formação cognitiva. In: *Revista O Estudo da História*, n. 3. Atas do Congresso O ensino de História: problemas da didática e do saber histórico. Braga: Universidade do Minho, 1998, p. 23-50.

MAUAD, Ana Maria. **Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar**. In: *Revista Hist. Educ.* [online]. Porto Alegre, v. 19, n. 47, set./dez., 2015. p. 81-108.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **História e fotografia**. In: CARDOSO, Ciro F. E VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro, Elsevier; Campus, 2012, p. 263-281

MEDEIROS, Maria Ricken; WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. **Leituras da cidade**: aprendendo a olhar Porto Alegre. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (orgs.) *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. Porto Alegre: Edelbra, 2014, p. 149-159.

MIRANDA, Sonia Regina; BLANCH, Joan Pagès. **Cidade, Memória e Educação**: conceitos para provocar sentidos no vivido. In: MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (Orgs.). **Cidade, memória e educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013, p. 59-92.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTE-MÓR, R. L. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil**. In C. C. Diniz & M. A. Crocco (Eds.), *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes* (pp. 61-85). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. *Projeto História*: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. **As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo**. *Faces da História*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 194-212, set. 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).

PAIM, Elison Antonio. **Lembrando, eu existo**. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 83-104. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).

PAIVA, Adalberto de Oliveira. **Traços históricos de São Bento do Una**. São Bento do Una, 1975.

PARK, Robert Ezra. **A cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

PEREIRA, Luiz Antônio da Costa. A cidade e a modernidade. **Presença revista de educação, cultura e meio ambiente**, v. 5, N°23, nov. 2001.

PEREZ, Carmem Lúcia Vidal. **Patrimônio E Memória**. Salto Para o Futuro, Rio De Janeiro. Ano XVIII. Boletim 03, pág. 15- 26, abril 2008.

PERNAMBUCO (Estado). **Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco**: Parâmetros Curriculares de História. Ensino Fundamental e Médio. Recife: SEE, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.27, n.53, jan-jun. 2007, p.11-23.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

REZNIK, Luís. **A construção da memória no ensino da História**. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola**: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

RÜSEN, Jorn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB, 2010.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.

SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. **Um Agreste moderno? Ecos da modernidade e a instituição dos signos modernos na cidade de Belo Jardim entre 1953 – 1978**.

Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História e Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

APÊNDICE – CARTILHA VEJO SÃO BENTO NOUTRA DIMENSÃO





Vista aérea do centro da cidade de São Bento do Una - PE na década de 1960.
Acervo da Secretaria Municipal de Cultura.



Sumário

APRESENTAÇÃO	05
Parte 1 - RECORTES CONCEITUAIS	08
• Ensino de História	11
• História Local	14
• História e Cidade	16
• História e Memória	18
• História e Fotografia	20
• Patrimônio e Referência cultural	22
• Educação Patrimonial	25
• Projeto Didático	27
Parte 2 - COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS: PROJETO MEMÓRIAS DA CIDADE	29
• Justificativa	33
• Objetivos	35
• Etapas Desenvolvidas	36
• Dinâmica: Me encontre no Mapa	37
• Ampliando o projeto	41
• Sugestão de atividade	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

Apresentação

05

Nas práticas cotidianas em sala de aula, busca-se fazer com que os alunos reflitam sobre a importância da História para o entendimento do mundo em que vivem e

Para que os nossos alunos pudessem perceber como as ações humanas transformam um lugar, bem como o passado se conecta com o presente a partir de mudanças, permanências e



Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos, São Bento do Una - PE, década de 1960.
Acervo da Secretaria Municipal de Cultura.



Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus dos Pobres Aflitos, São Bento do Una - PE, maio de 2017.
Acervo pessoal do autor.

Parte 1

Recortes

Conceituais





Praça Cônego João Rodrigues, 30 de abril de 1960. Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de São Bento do Una - PE



Praça Cônego João Rodrigues, São Bento do Una - PE, maio de 2017. Acervo pessoal do autor.

Ensino de História

Durante muito tempo o ensino de História evocava os grandes feitos, lugares e personagens. Estes, eram vistos como referências, onde tudo o que se precisava saber estava relacionado com estes acontecimentos e pessoas, bem como precisariam estar registrados em fontes oficiais para terem validade.

O ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando temas que incitasse a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes. Assim, desde o início da organização do sistema escolar, a proposta de ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer dos séculos XIX e XX. Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma ideia de nação associada à de pátria, integradas como eixos indissolúveis. (BITTENCOURT, 2008, p. 61)

A forma de selecionar o que se estudar ou não em História, tinha muito de sua perspectiva quanto aos seus métodos e fontes. Essa história de caráter político e fundamentos advindos do positivismo cientificista, construído na segunda metade do século XIX e início do XX, que, dentre vários pontos, buscava comprovar por meio de documentos e eventos oficiais sua veracidade quanto aos fatos, começava a enfrentar alguns embates.



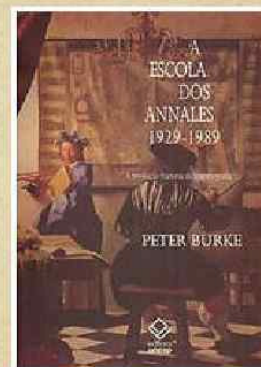
No livro *Ensino de História fundamentos e métodos*, a historiadora Circe Bittencourt apresenta as discussões acerca do ensino de história, analisando o conhecimento escolar, as produções historiográficas e escolar histórica, ações metodológica entre outras abordagens significativas para que o professor de história possa pensar o Ensino de História, bem como sua contribuição na formação dos estudantes.

Após muitas discussões teóricas e metodológicas surgiram vários movimentos que buscaram ampliar as possibilidades de se conhecer o passado e de se fazer e escrever a História. Nestes, haviam preocupações teórico-metodológicas para que estas novas abordagens aos poucos fossem se estabelecendo. Nesse sentido, começam a discutir e a propor uma história mais social.

Um exemplo destas discussões advém da *Escola dos Annales* que traziam para a discussão temas que pouco davam "brilho" aos grandes eventos e personalidades até então consagrados: o cotidiano, os abandonados, excluídos, os pequenos fazeres, trabalhadores, entre outros.

As grandes histórias de eventos, personalidades, lugares começam a dividir espaços com as histórias do dia-a-dia das pessoas, das mulheres, dos marginalizados, das aldeias, quilombos, pequenas vilas e cidades. O modelo histórico tradicional que buscava ser um padrão de ideal, de progresso, de exemplos para todos começa a ser questionado. Tudo e todos são agora objetos e sujeitos da história.

Assim, o ensino de História passa a ter um papel importante na construção de identidade, saberes, cidadania abrangendo os diversos conhecimentos acumulados nos vários tempos e espaços pela humanidade. Dentro ou fora da sala de aula, encontramos uma polifonia de possibilidades para a realização destas construções, não por meio de uma mera transmissão de saberes acabados, mas através de diálogos entre todos os envolvidos nesta ação.



A *Escola dos Annales* surgiu com a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929 pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch. Para aprofundar mais sobre este movimento historiográfico ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução Nilo Odalia. 2. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.

13

Quando em nossas práticas cotidianas em sala de aula buscamos fazer com que os alunos reflitam sobre a importância da história para o entendimento do mundo em que vivemos e como este foi e se constitui nas várias ações humanas, espaços, sociedade e temporalidades, a partir de métodos que a História nos propõe, estamos ensinando a pensar historicamente este mundo. Este pensar historicamente pode ser desenvolvido a partir das ações próximas à realidade dos indivíduos.

Compreende-se, então, que a História não é a disciplina do passado, nem tampouco os historiadores são guardiões deste. A História se articula dialeticamente com as várias temporalidades, bem como nas suas diversas fontes e métodos produzindo a cada tempo, com novas perguntas, novas respostas, novas escritas.

Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre o Ensino de História, suas abordagens, métodos, práticas sugerimos algumas leituras:

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (Orgs.). **O Ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? **História & Ensino**. Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados**. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

História Local

14

Como vimos, os grandes acontecimentos, lugares e personagens foram deixando de serem as únicas referências para o ensino de história. As discussões feitas em relação a uma história escrita e vista de "cima para baixo", ou tida como "global, universal" foram perdendo força inclusive na forma como se organizava os conteúdos escolares. Quando estudamos, por exemplo, as transformações físicas, políticas e econômicas de um espaço urbano e, buscando perceber alguns signos de modernidades no Brasil (eletricidade, urbanização, meios de transporte como o trem) e seus impactos no cotidiano das pessoas, não necessariamente precisamos ficar presos apenas às mudanças e/ou permanências ocorridas nas grandes cidades do país e do Mundo. A História Local está muito próxima de nós, não simplesmente por uma mera aproximação física, mas, enquanto possibilidade de estudo de um passado recente, imediato, e que nos possibilita percebê-la próxima de nós.

Por ventura, além de aproximar, há uma significação cada vez maior das pessoas com a história de sua rua, seu bairro, comunidades, manifestações culturais compreendendo que estas são importantes e se relacionam direta ou indiretamente com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

O ensino de história através do ensino da história local vem ajudando a fomentar não só um sentimento de pertencimento, mas a congregar, valorizar e muitas vezes a fortalecer as histórias e memórias dos diversos sujeitos históricos pertencentes a estas localidades – doravante muitas vezes vistas como pequenas, ou sem valor histórico – e que são elementos que colaboram na construção de identidade.



Rua General João Siqueira, foto da década de 1960. Acervo da sec. de Cultura de São Bento do Una.

15

Há muito que se perceber de transformações na história da rua, do bairro, da escola, da família, da cidade, do cotidiano e como estas foram chegando nas longínquas e pequenas cidades: quais impactos foram gerados, o que se compreendeu como signo moderno, por exemplo, como essas mudanças foram se estabelecendo e sendo percebida pelas pessoas entre outras abordagens que porventura podem ser exploradas.

Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre História Local sugerimos algumas leituras:

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

REZNIK, Luís. A construção da memória no ensino da História. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula (org.). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.

MARTINS, Marcos Lobato: História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Novos temas nas aulas de História. 1ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990. Artigo disponível em:
https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887

LIMA, Marta Margarida de Andrade. História local nos livros didáticos de história para os anos iniciais do ensino fundamental. In: OLIVEIRA, Margarida Maria D. de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista. Livro Didático de História: Escolhas e utilizações. Natal: EDUFRRN, 2009.

História e Cidade

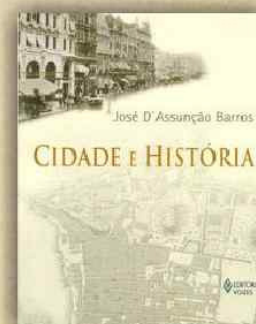
16

A Cidade é um campo aberto de possibilidades e acreditamos que através de sua apropriação os estudantes podem compreender diversos conceitos como tempo, patrimônio e memória, que nos ajudarão a melhor “conhecer”, “enxergar” e “sentir” o passado.

O conceito de cidade é muito abrangente e requer, por vezes, estudos específicos para cada um deles. A cidade, como esclarece Barros (2012), pode possuir várias metáforas, imagens-conceitos simultâneos: “artefato”, “produto da terra”, “ambiente”, “sistema”, “ecossistema”, “máquina”, “empresa”, “obra de arte”, ou mesmo um “texto”.

Dentro destas e outras definições possíveis, a cidade como texto é uma das metáfora e conceito-imagem que utilizamos para a realização do projeto Memórias da Cidade, uma vez que este se aproxima desta proposta, buscando ter o habitante e/ou o visitante como seu leitor.

- Assim, o que se pretende é possibilitar aos estudantes diversas leituras da cidade a partir do olhar sobre ela para que dessa maneira, seja possível comunicá-la. Como nos dirá Barthes: “A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. (Barthes apud BARROS, 2012, p. 40)”.



O livro Cidade e História busca fazer algumas abordagens a cerca da cidade e como esta foi e é pensada nos últimos anos. O autor faz uma breve discussão sobre a urbe refletindo seus aspectos físicos-estruturais e como este foi se constituindo na relação pessoa-espaço, bem como fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. Sua leitura leva-nos a perceber que tudo que faz e compõem a cidade são ações humanas no espaço e no tempo.

17

O olhar sobre a cidade pode fazer-nos conhecer o passado e sua história, bem como possibilitar a valorização das diversas memórias. Encontramos muitos elementos de continuidade quando olhamos ao redor compondo o referencial cultural de nossa cidade e, estes, contribuem para a continuidade de nossa história.

A história de uma cidade não é somente passado, é também presente. Entendido isso, percebe-se como a cidade foi e é "escrita", bem como, lendo-a além do que é apresentado e do que se conhece sobre ela.

Todas essas transformações trazem as várias temporalidades presentes nas memórias que a cidade, por meio de fragmentos do passado, possibilita e dá-nos a conhecer. A cidade muda e é mudada por sujeitos que mudam e são mudados. Essa relação de proximidade revela as marcas dos vários sujeitos envolvidos com estes espaços, objetos, monumentos. As ações e transformações alteram a vida das pessoas numa cidade. Ao mesmo tempo que imprime suas marcas, o indivíduo está sujeito a estas impressões.



Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre História e Cidade, suas abordagens, métodos, práticas sugerimos algumas leituras:

José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

FILHO, José Adilson. *A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojarinense*. Recife: COMUNIGRAF, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MARTINS, Marcos Lobato. *História Regional*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Novos temas nas aulas de História*. 1ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara Castro (Orgs.). *Cidade, memória e educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

Casas Osvaldo Maciel (e) e prédio da Prefeitura (d).
Foto da década de 1960. Acervo fotográfico de Ailson Campo.

18

História e Memória

O nosso prosseguir na história depende inteiramente da memória. A função primordial da memória não está apenas em preservar o passado, mais sim acomodá-lo ao presente enriquecido e manipulável e que as reflexões sobre o passado, feitas pelas lembranças, não são coisas prontas, mas "eccléticas, seletivas e alteráveis" onde "delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta". Ao refletirmos sobre memória vemos uma ideia de consciência do passado e que, por sua vez, está constituída na memória, onde por meio de lembranças busca-se recuperar tal consciência.

A memória possui um caráter de afetividade e de intencionalidade na forma como o passado é lidado pelo presente que se relaciona e se constitui com a memória. O lugar onde moramos, a nossa escola, uma praça, uma festa, um objeto existem ou podem deixar de existir, seja por interesse do poder e elite local ou da comunidade que reconhece esses lugares e vestígios como sendo seus referenciais. Por meio da chamada História de Vida busca-se discutir os embates de memórias na construção de uma identidade social, esta entendida por sua vez como elemento de pertencimento para um determinado grupo social. Toda esta afetividade da memória carrega consigo lembranças que ajudam a manter vivos eventos, fazeres, lugares significativos na vida de uma comunidade.



Festa do centenário de emancipação política de São Bento do Una. Foto de 30 de abril de 1960.



Banda Musical Santa Cecília de São Bento do Una – PE. Foto da década de 1970. Acevo fotográfico de Orlando Cadete

19

A História nos ajuda a conhecer o passado. Entretanto, recuperar ou recontar em sua totalidade um relato histórico é impossível, uma vez que a imensidão do passado vai se perdendo com o tempo. O que nos resta no presente são fragmentos do passado apenas. As transformações que ocorrem em um determinado lugar, por exemplo, podem "apagar" uma série de vestígios (casas, praças, monumentos, festas, fazeres) e com eles muitas memórias e histórias. Quando relacionamos o que existe hoje com tempos precedentes, associando nossa capacidade de descobrir o passado, entendemos como as coisas podem ser percebidas e evidenciadas. Estes fragmentos do passado podem dar vida à história quando estas dão um novo significado para a memória.

Assistir a um desfile, procissão religiosa, participar de rodas de conversas, serenatas, passear por ruas, praças farão com que o indivíduo, dependendo de como cada uma destas ações o impactarão ou não, rememore situações vividas por si ou por outrem fazendo destes acontecimentos algo singular para ele, um grupo ou uma comunidade. Ao ouvir uma banda tocar, o santo passar, pessoas conversarem, tocarem e cantarem; ao ver um objeto, um casario, uma praça, estes podem contribuir para que o passado possa ser conhecido por meio das várias memórias que compõem a história de um lugar.

Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre História e Memória sugerimos algumas leituras:

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão. 7ª edição revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

PAIM, Elison Antonio. Lembrando, eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 83-104. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 63-201. Artigo disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>

História e Fotografia

20

A fotografia é algo que está presente no cotidiano das pessoas nos mais inúmeros registros: eventos políticos, momentos em família, confraternizações entre amigos, paisagens, monumentos, lugares, objetos.

Por meio da fotografia é possível comunicar-se com o passado podendo estas serem utilizadas, segundo Le Goff (2013, p. 485), como "materiais da memória", tanto como "monumento" – a fotografia em si mesma como objeto, "herança do passado" – e como "documento" em suas pesquisas – a fotografia como "escolha do historiador".

Uma fotografia nasce muitas vezes do desejo consciente e/ou inconsciente de ter um registro do real, como que se por um instante, o indivíduo pudesse congelar o tempo e o momento.



Prédio do União Sport Clube: Foto datada na década de 1960. Acervo da sec. de Cultura de São Bento do Una-PE.



Foto atual do União Sport Club de São Bento do Una, datada de 11 de maio de 2017. Acervo pessoal do autor.

21

Ter em mãos uma fotografia é contemplar um monumento, vestígios de um passado, um instante do vivido que pode revelar muito sobre sua origem, finalidades, evidências, bem como sua

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar houve uma intenção para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e os sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu. (KOSSOY, 2014, p. 48-49)

Acreditamos que, como ferramenta pedagógica, a utilização de fotografias pode ajudar os estudantes, por exemplo, a perceberem as transformações, utilizações e/ou reutilizações dos espaços e lugares do centro urbano da cidade, sendo estas imagens, segundo Mauad (2015, p. 86), "elementos ativos nos processos de ensino e aprendizagem de História".



Alunos em atividade de campo: observação e identificação dos elementos registrados nas fotografias antiga e registro de uma atual. Acervo pessoal do autor.

Sugestão de leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre História e Fotografia sugerimos algumas leituras:

BORGES, Maria Eliza L. História & fotografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DEL PRIORE, Mary. A fotografia como objeto da memória. In: René Marc da Costa (Org.). Cultura popular e educação: Salto para o Futuro. Brasília, secretaria De Educação à Distância – SEED, 2008.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MAUAD, Ana Maria. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. In: Revista Hist. Educ. [online]. Porto Alegre, v. 19, n. 47, set./dez., 2015. p. 81-108.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. História e fotografia. In: CARDOSO, Ciro F. E VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos domínios da História. Rio de Janeiro, Elsevier, Campus, 2012, p. 263-281.

22

PATRIMÔNIO e REFERÊNCIA CULTURAL

Quando se fala em patrimônio, talvez o que vem à mente sejam coisas antigas, heranças, propriedades legadas pelos antepassados. Esta forma de ver o patrimônio alterou-se com o passar dos anos abrangendo concepções que referendam aos bens culturais e costumes constituintes de um valor para um grupo. Logo, percebe-se que o conceito de patrimônio não mais está restrito a algo material como objetos, monumentos, mas integra a imaterialidade, entendida como os diversos fazeres e saberes de diferentes grupos.

O patrimônio, em seu sentido mais amplo, é considerado hoje em dia como um conjunto de bens materiais e imateriais, herdados de nossos antepassados, que foram transmitidos aos descendentes. Consideramos patrimônio cultural o conjunto de objetos materiais e imateriais, passados e presentes, que definem um povo: língua, literatura, música, tradições, artesanatos, belas artes, dança, gastronomia, indumentária, manifestações religiosas e, também, a história e seus restos materiais, quer dizer, o patrimônio histórico, que são destacados por diferentes razões e ganham um status diferenciado dentro das sociedades. (NUNEZ, 2016, p. 196).

É importante ressaltar que toda materialidade é posterior à ideia da imaterialidade, ou seja, o que existe materialmente é fruto de um pensamento, de atributos de valores.

No século XIX, a ideia de patrimônio vai ganhando espaço ao tornar-se um elemento integrador da nação. Assim, vê-se que a criação da ideia de uma identidade nacional ganhará forças tendo por referências alguns monumentos do passado, bem como estilos urbanísticos e arquitetônicos.



Feira livre na antiga Avenida Manoel Borba, hoje, Osvaldo Celso Maciel. Foto da década de 1950. Acervo fotográfico de Orlando Calado.

23

As discussões sobre Patrimônio e as questões patrimoniais no Brasil irão ganhar força a partir do engajamento de muitos pensadores dentre eles Mário de Andrade que esteve muito atento a estas e outras questões. Inserido na busca por uma identidade brasileira, Andrade, entre outros, foi aguerrido e atuante participante do movimento modernista no Brasil onde por meio das artes visuais, teatrais, literatura etc., tentava construir e disseminar uma cultura tipicamente brasileira, criticando os elementos norte-americanos e europeus, principalmente o francês, advindos da Belle Époque.

Os debates e ações sobre patrimônio, embora começando a aparecer na Constituição de 1934, só começaram de fato a acontecer em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passará a se chamar, em 1946, de Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como é conhecido atualmente.

A forma de ver e pensar sobre o patrimônio alterou-se com o passar dos anos abrangendo concepções que referendam aos bens culturais e costumes constituintes de valor para um grupo. Logo, percebe-se que o conceito de patrimônio não mais está restrito a algo material como objetos, monumentos, mas integra a imaterialidade, entendida como os diversos fazeres e saberes de diferentes grupos.



Mário de Andrade, foto de 1928. Fonte: Wikipedia

Mário de Andrade nasceu na cidade de São Paulo em 9 de outubro de 1893. Foi um grande poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista e ensaísta brasileiro. Se destacou como um dos grandes nomes da Semana de Arte Moderna de 1922. A convite do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elabora o anteprojeto de criação do futuro SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937 e que teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade. Faleceu aos 25 de fevereiro de 1945, com 51 anos de idade.

Para ver biografia completa:
<http://portal.iphan.gov.br/pr/noticias/detalhes/1024/mario-de-andradepeessoal-do-autor>

24

Logo, podemos reportar-nos à ideia de patrimônio não apenas a uma materialidade construída ou adquirida e transmitida para um grupo de pessoas (família, comunidade, Governo). Para além desta restrita limitação de bens, hoje, encontra-se mais alargada a ideia de patrimônio histórico como bens representativos da memória coletiva de um povo, em um âmbito mais regional ou global, sejam eles materiais (igrejas, casas, praças, bustos, museus, prédios públicos, objetos como uma louça, um talher, entre outros bens físicos) ou imateriais (danças, procissões, festas, técnicas de cozinhar, costurar, entre outros).

Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre Patrimônio e Referência Cultural sugerimos algumas leituras:

CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 219-254.200-212.

CHUVA, Márcia. *Entre vestígios do passado e interpretações da História. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil*. In:

CUREAU, S.; KISHI, S.; SOARES, I. (Org). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

LEMOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

MATTOZZI, Ivo. *Currículo de História e educação para o patrimônio*. Educação em Revista, Dossiê Práticas de memória e ensino de História, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. *As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. Faces da História, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 194-212, set. 2016. Artigo disponível em:*
<http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/390/367>

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

25

A Educação Patrimonial vem ganhando, nos últimos anos, cada vez mais espaço na educação escolar, discutindo, dentre tantas coisas, a importância da preservação do legado cultural. Ela pode nos ajudar a perceber e compreender melhor os vestígios deixados, podendo levar a suscitar inúmeras outras perguntas que farão conhecer os diversos passados, por exemplo, em uma cidade. Quando identificamos e conhecemos os vários bens deixados ao longo do tempo podemos criar e/ou fortalecer um sentimento de pertencimento por meio de uma apropriação consciente e que culturalmente está em constante processo dinâmico. No guia básico de educação patrimonial podemos perceber que a mesma pode.



Lançado em 1999, o Guia Básico de Educação Patrimonial é um dos primeiros materiais no Brasil a discutir, a partir das inúmeras experiências desenvolvidas pelas autoras, a metodologia da Educação Patrimonial, visando colaborar com as diversas ações educativas desenvolvidas por alunos e professores a partir de bens e referências culturais bem próximos de nós.

Nos Parâmetros Curriculares de História do Estado de Pernambuco cita-se como uma das propostas de ensino de história a importância da Educação Patrimonial como meio de tornar mais significativa a história de nossos alunos, buscando uma maior interação com os vários fazeres, objetos e lugares de memória de sua escola, comunidade e cidade.

Ao mesmo tempo, aumenta no Brasil a educação patrimonial como parte do processo de aprendizagem histórica, ampliando a leitura do mundo e a compreensão de trajetórias temporais e históricas. O trabalho pedagógico com os diferentes lugares de memória (museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, objetos, sítios históricos ou arqueológicos, paisagens, parques ou áreas de proteção ambiental, centro históricos urbanos ou comunidade rurais) e com manifestações populares (as cantigas, as religiões, os hábitos e costumes, os modos de falar, de vestir e outras manifestações culturais)

costumes, os modos de falar, de vestir e outras manifestações culturais) contribuiu para a formação do respeito a diversidade, à multiplicidade de manifestações culturais. Focalizar, desde os primeiros anos de escolaridade, os elementos que compõem a riqueza e a diversidade cultural dos diversos grupos étnicos que formaram, que fizeram a história do nosso país, certamente, propicia o respeito, a valorização das diferentes culturas, sem distinguir, hierarquizar ou discriminar umas como melhores do que outras. (PERNAMBUCO, 2013, p. 32)

A Educação Patrimonial como método, traz muitos meios de desenvolver e incitar os estudantes à análise da história da cidade, em suas diversas temporalidades, percebendo suas transformações e permanências. Como caminho enriquecerá e somará ainda mais os diversos campos, métodos e possibilidades de se fazer e ensinar História.

Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre Educação Patrimonial sugerimos algumas leituras:

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

PERNAMBUCO (Estado). Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco: Parâmetros Curriculares de História. Ensino Fundamental e Médio. Recife: SEE, 2013.

IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

No site do IPHAN você poderá encontrar várias publicações que abordam a Educação Patrimonial <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca>

26

PROJETO DIDÁTICO

27

O trabalho docente requer estratégias de ensino que levem ao efetivo processo de ensino-aprendizagem. Para tal, diversas práticas e recursos metodológicos são constantemente utilizadas para que as expectativas de aprendizagem aconteçam. Dentre esses recursos destacamos o trabalho com projetos.

A função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos escolares em relação a: 1) o tratamento da informação, e 2) a relação entre os diferentes conteúdos em torno de problemas ou hipóteses que facilitem aos alunos a construção de seus conhecimentos, a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. (HERNANDEZ; VENTURA, 1998, p. 61)

A organização do trabalho docente por meio de projetos didáticos possibilita dinamizar os conteúdos de forma colaborativa e ativa. Por meio dele pode-se buscar resolver situações e agregar conhecimento no processo de construção do saber.

Como toda ação planejada, um projeto deve estar constantemente sendo avaliado, desde sua elaboração, objetivos, no desenvolver de suas etapas até sua avaliação afinal que, aliás, não pode ser o fim do mesmo. Esta deve possibilitar a sua retomada e novas (re)execuções. Todo projeto reaplicado amplia-se. Pois, se a coletividade é o essencial para que ocorra sua construção e realização, é possível concluir que novos atores envolvidos, novos problemas, novas ideias, novas ações trarão mais e novas contribuições.



Alunos iniciando realizando aula de campo: etapa de observação e identificação dos elementos registrados em fotografias antigas do projeto Memórias da Cidade. Acervo pessoal do autor



Fotografia antiga da praça da Matriz utilizada na aula de campo. Foto da década de 1960. Acervo fotográfico de Orlando Calado.

28

Por fim, um projeto bem (re)planejado, (re)avaliado e (re)aplicado pode colaborar no processo de ensino-aprendizagem dos nossos alunos possibilitando "adquirir conhecimentos, conceitos, ideias e habilidades" (SCHMIDT e CAINELLI, 2009) como compreender elementos culturais que constituem uma identidade, as transformações dos espaços geográficos, a importância das diversas instituições da sociedade na construção da história, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais entre outros, tornando possível e significativo este processo para todos nós enquanto sujeitos históricos.

Sugestão de Leituras

Para aprofundar um pouco mais sobre Projeto Didático sugerimos algumas leituras:

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2009.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre, Artmed, 1998.

Parte 2

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS: PROJETO MEMÓRIAS DA CIDADE



Casa Osvaldo Celso Maciel, casa comercial de tecido e variedades. São Bento do Una – PE, década de 1960.
Acervo de Ailson Campos



Sobrado da Casa Osvaldo Celso Maciel, hoje depósito de material de construção das Casas Almy.
Acervo pessoal do autor.

Projeto «Memórias da Cidade»

32

O projeto que hora compartilhamos é fruto de várias ações pensadas para melhor desenvolver alguns conceitos históricos como História, tempo e suas categorias, memória, cidade, patrimônio de uma forma mais ativa, colaborativa e dinâmica. O que nos propomos a apresentar a seguir é a estrutura do projeto Memórias da Cidade já realizado, justificando o seu porquê, bem como objetivos e etapas. Buscamos trazer, além da proposta de apresentação das pesquisas realizadas a partir do projeto (etapa de socialização), uma outra proposta de atividade que poderá ser feita de forma concomitante a apresentação proposta ou separada. Nosso objetivo com estas proposições é compartilhar experiências, sem querer de forma alguma limitar novas ideias, e sugestões onde estas trocas possam contribuir de alguma forma com o professor, tomando sempre como ponto de partida a sua realidade.



Igreja de N. Sra. do Perpetuo Socorro de São Bento do Una – PE.
Foto da década de 1960. Acervo: arquivo da Paróquia de São Bento do Una - PE.



Igreja de N. Sra. do Perpetuo Socorro de São Bento do Una – PE.
Foto de novembro de 2017. Acervo pessoal do autor.

Projeto Memórias da Cidade

justificativa

33

O projeto didático Memórias da Cidade surgiu da necessidade e importância de perceber a relação que há entre a história, cidade e educação no entendimento e construção da identidade através da valorização da memória, a partir da observação, registro, pesquisa e apropriação das evidências presentes no espaço urbano. Como podemos conhecer, a partir das permanências, mudanças e simultaneidades do espaço urbano e seu entorno, a história de nossa cidade, bem como, o que se aprende e se constrói? Para tentar responder esta questão buscamos com os estudantes do 1º ano do Ensino Médio da Escola Técnica Governador Eduardo Campos da cidade de São Bento do Una perceber como o presente se conecta com o passado a partir dos vários vestígios existentes ainda na cidade.

O município de São Bento do Una, como tantos outros, foi se constituindo historicamente por meio de embates de memórias (POLLAK, 1992, p. 201), na maioria das vezes imbuído pelos ventos que colocaram em luta o antigo e o moderno (LE GOFF, 1990, p. 168) os diversos espaços visíveis de nossa cidade como praças, prédios, residências, monumentos etc.

Estes lugares, construções, monumentos, que compõem o centro urbano de nossa cidade, nos fazem refletir sobre certos elementos tangíveis e/ou intangíveis, visíveis e/ou invisíveis (PESAVENTO, 2007, p.16) que constituem a identidade histórica de nosso entorno, nossa comunidade, nossa memória e que com o passar do tempo estão sendo esquecidos ou nos passam despercebidos (MEDEIROS; WITT; POSSAMAI, 2014).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Artigo disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesd/ahistoria/article/download/390/367/>

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão. 7ª edição revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.27, n.53, jan-jun. 2007, p.11-23.

MEDEIROS, Maria Ricken; WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da cidade: aprendendo a olhar Porto Alegre. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (orgs.) Patrimônio Cultural e Ensino de História. Porto Alegre: Edelbra, 2014, p. 149-159.

34

Porém, para cada presente, novos porquês de novos atores sociais. O que os nossos antepassados entendiam como importante ou não ser perpetuado? Como podemos olhar e entender o cotidiano, as relações entre as pessoas e os diversos espaços de uma cidade a partir dos vestígios ainda existentes nela? Quais saberes, ferramentas e procedimentos nos apropriaremos na busca destas compreensões? Quais significados e importâncias estes conhecimentos sobre o passado terão na construção de nossa identidade histórica individual e coletiva dos nossos alunos? Os vestígios percebidos na cidade de São Bento do Una ainda têm muito a nos contar sobre o passado? Bem, muitas perguntas nos farão buscar e elaborar respostas ou para trazer algo novo sobre um passado ainda "adormecido" ou para confirmar, no sentido de continuar a explicar, as diversas necessidades de certas permanências.

Quando nas práticas cotidianas em sala de aula buscamos fazer com que os alunos reflitam sobre a importância da história para o entendimento do mundo em que vivemos e como este foi e se constitui nas várias ações humanas, espaços, sociedade e temporalidades, a partir de métodos que a História nos propõe, estamos ensinando a pensar historicamente este mundo. Este pensar historicamente pode ser desenvolvido a partir das ações próximas à realidade dos indivíduos.

Diante dos questionamentos levantados desenvolvemos um projeto didático, buscando por meio da História Local e do local e seguindo as etapas metodológicas da Educação Patrimonial (observar, registrar, explorar e apropriar) trabalhar as possibilidades de se conhecer o passado de nossa cidade fazendo com que os alunos venham a perceber as várias transformações a partir das suas ações em seu próprio lugar, participando cada vez mais, deixando somente de "ouvir sobre a história" de sua cidade, mas, também, construindo e fazendo estas histórias. Assim, a proximidade com o lugar onde nascemos (cidade, aldeia, quilombo) possibilita perceber a importância que cada um tem como agente transformador e partícipes da história deste lugar.



Enchente do Rio Uma e sangramento do "Açude Velho". Foto datada na década de 1960. Acervo fotográfico de Orlando Calado.

Projeto «Memórias da Cidade» objetivos

35

GERAL

Perceber a partir do contato e estudo dos vestígios do passado na cidade, as mudanças, permanências e simultaneidades do espaço urbano possibilitando, assim, o conhecimento e a construção de novas leituras e narrativas sobre a história de São Bento do Una – PE.

ESPECÍFICOS

- Compreender o conceito de patrimônio, memória e cidade para entender a importância e relevância de algumas construções e lugares do centro urbano de São Bento do Una – PE na construção histórica da cidade.
- Entender como a cidade pode visibilizar a relação entre passado, presente e futuro a partir dos vestígios existentes no espaço urbano.
- Utilizar a fotografia como uma importante fonte histórica e ferramenta pedagógica que colabora na aprendizagem, bem como no trabalho de identificação das permanências, mudanças e simultaneidade no espaço urbano de São Bento do Una - PE.
- Fomentar um sentimento de pertencimento da cidade a partir do estudo da história local.
- Realizar, por meio de uma exposição fotográfica e informativa para toda a comunidade escolar, socializando tudo o que foi pesquisado, os procedimentos, a importância deste trabalho na compreensão dos conceitos como memória, cidade e patrimônio a partir de várias temporalidades.



Parque de diversão nas festividades da cidade.
Foto da década de 1960. Acervo fotográfico de Jamuel Barbosa.

Projeto «Memórias da Cidade» Etapas desenvolvidas

36

O projeto Memórias da Cidade se desdobrou em algumas etapas.

Na **PRIMEIRA ETAPA** apresentamos e discutimos alguns conceitos. Neste momento fomos debatendo a importância dos conceitos de tempo, memória, cidade, patrimônio, fonte e como estes podem ser compreendidos e percebidos nos vários espaços urbanos.

Já na **SEGUNDA ETAPA** discutimos sobre a fotografia e sua importância como fonte histórica. Diante de um acervo fotográfico disponível no momento da realização do projeto os alunos, em grupo, selecionaram as fotografias das iriam trabalhar. Nesta etapa foi sugerido que quem tivesse e/ou conhecesse alguma fotografia antiga da cidade compartilhassem com o grupo.

Foram realizadas, na **TERCEIRA ETAPA**, aulas de campo onde os alunos, munidos de fotografias antigas coletadas e escolhidas por eles, buscaram identificar vestígios e transformações do centro urbano da cidade de São Bento do Una-PE. Nesta etapa, também, os estudantes fizeram entrevistas (sugestão de perguntas no anexo) com pessoas da cidade buscando enriquecer ainda mais suas pesquisas;

Na **QUARTA ETAPA** foi realizada uma mostra fotográfica apresentando para a comunidade suas pesquisas sobre as transformações urbanas de São Bento do Una – PE, as mudanças, permanências e simultaneidades do centro urbano e seu entorno, a partir das construções, lugares e monumentos existentes ou não na cidade. Além disso foi proposto uma dinâmica para o final de cada apresentação, que iremos detalhar mais a frente.



Alunos iniciando as atividades campo. Etapa de observação e identificação dos elementos registrados nas fotografias. Acervo pessoal do autor.



Alunos entrevistando o senhor Jaime Costa que fala um pouco sobre o Antigo Mercado de São Bento do Una. Acervo pessoal do autor.

Projeto «Memórias da Cidade»

Dinâmica: “Me encontre no mapa”

37

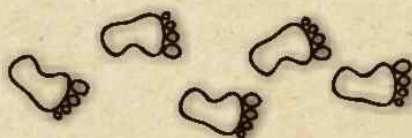
Durante a realização de um projeto, algumas ações podem ser revistas, replanejadas para que os objetivos propostos sejam alcançados. Quando pensamos em organizar a mostra fotográfica, os alunos propuseram a elaboração de uma dinâmica a partir das informações apresentadas na mostra fotográfica enriquecendo ainda mais esta etapa. A seguir iremos apresentar o passo a passo da dinâmica.



Sala pronta para as apresentações com a malha urbana (E) confeccionada pelos alunos. 15 de agosto de 2017. Acervo pessoal do autor.

38

PASSOS PARA A DINÂMICA



1º Passo: Para montarmos esta dinâmica foi preciso fazer uma pesquisa no Google Maps da malha urbana do centro da cidade de São Bento do Una.

2º Passo: Sobre uma faixa de tecido tipo TNT, os alunos projetaram a imagem pesquisada com o auxílio de um notebook e de um projetor onde colaram fita tipo velcro – a parte veluda –, onde foi desenhado sobre o tecido o traçado do centro da cidade.



Confeção do painel com a Malha Urbana do centro da cidade de São Bento do Una. Acervo pessoal do autor.

3º Passo: Confeccionou-se peças de isopor no formato retangular, onde de um lado colaram fotografias utilizadas no projeto e no outro a imagem da Bandeira da cidade, contornando-a com a parte do velcro que se fixaria na malha urbana já feita no tecido TNT. A proposta era: localizar na malha urbana do centro da cidade os lugares registrados nas fotografias tendo como dicas algumas imagens – não as usadas pelos alunos durante as apresentações, mas outras, inclusive as que eles produziram – e algumas informações, estas relacionadas com as exposições orais dos alunos como: dicas sobre o que é nos dias de hoje, o que se faz nestes lugares, construções (ou próximo deles) entre outras pistas.

39

4º Passo: para a realização da dinâmica, cada visitante – 10 por seção – ao entrar na sala de exposições da Mostra, seria orientado a escolher uma das peças que estariam dispostas em uma das cinco mesas preparadas para cada grupo de imagens previamente organizadas por temas, e que, com a face contendo a imagem da fotografia para baixo, e munido das informações apresentadas pelos alunos. Durante a visita, ao chegarem na mesa temática, 2 visitantes seriam orientados a escolher, cada um, uma peça e juntos aos demais ouviriam as informações alusivas as mesmas. Após concluir o trajeto pelas mesas temáticas todos os 10 visitantes estariam, cada um, com uma peça fotográfica, seriam direcionados ao painel para fixarem suas peças na malha urbana. Ao final da brincadeira, os participantes teriam uma visão geral dos lugares, construções e monumentos do centro da cidade, registrados nas fotografias antigas, bem como assimilariam melhor as informações e histórias de cada um destes espaços.



Alunos do projeto Memórias Cidade. 16 de agosto de 2017. Acervo pessoal do autor.



Visitantes realizando a dinâmica "Me encontre no Mapa". 16 de agosto de 2017. Acervo pessoal do autor.



Professor e alunos envolvidos com o projeto Memórias da Cidade. 18 de agosto de 2017. Acervo pessoal do autor.

Ampliando o Projeto

41

O projeto conseguiu além de ajudar os alunos a compreenderem melhor alguns conceitos históricos, a se perceberem como sujeitos que fazem e que também contam a sua história. Buscando ampliar ainda mais o projeto, foi pensado em abordar nesta nova etapa bens culturais imateriais da cidade. Assim, foi pensado em utilizar a proposta de trabalho dos inventários participativos do IPHAN. A partir deles os alunos identificariam junto a comunidade as referências culturais da mesma, levando-a a valorizar ainda mais sua história. Assim como um projeto didático, esta atividade estimula ainda mais a participação de todos no entendimento do que vem a ser um bem cultural, bem como este pode ter algum valor para os que ali vivem e transitam, levando a refletir sobre a importância de ser preservado. Estes bens culturais são elementos tão importante para a comunidade que acabam se tornando um bem coletivo que os identificam como membros e partícipes daquele lugar.

São referências culturais edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p. 8).

A atividade por meio do Inventário Participativo busca por meio da participação de todos promover, como nos aponta o Manual, um exercício de cidadania podendo fomentar junto ao poder público ações que visem valorizar e preservar os bens culturais de uma comunidade.



No Manual do IPHAN sobre os inventários participativos, o professor irá encontrar, além de uma discussão sobre questões patrimoniais, encontrará modelos de Fichas de Inventário que poderão ajudar no trabalho de inventariar, descrever e classificar os bens culturais de um grupo. Lembramos que o professor poderá adequar as fichas as suas realidades.

Material disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

42

Após realizarem o trabalho de inventariar os bens culturais de sua comunidade, os alunos podem realizar como proposta de socialização de suas pesquisas uma apresentação em forma de Mostra Fotográfica para a comunidade, bem como tomar esta mostra itinerante, levando todo o trabalho a ser apresentado nas escolas da cidade, mostrando a importância do trabalho realizado, bem como fomentar nos público de alunos a realização desta atividade em suas comunidades.

Uma outra maneira de socializar as pesquisas, e a elaboração de um Guia Fotográfico e Informativo de todos os bens inventariados. Este Guia pode ser feito tanto impresso e distribuído para toda a comunidade em forma de folder ou pequeno livreto, ou disponibilizado nos meios eletrônicos por meio de sites, blogs ou mídias como CD ou DVD rons.

Uma proposta de dinâmica que pode ser feita após a Mostra Fotográfica seria a confecção de um "jogo da memória" com as imagens e informações dos bens inventariados apresentados. Como seria este jogo? Ai vão alguns passos:



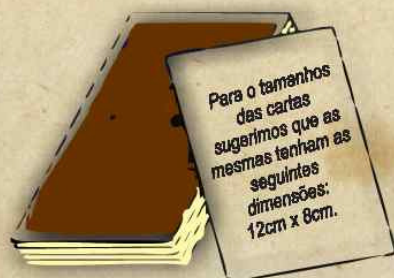
https://www.youtube.com/results?search_query=blog+passo+a+passo

1º) Primeiro se confeccionariam "cartas-imagens" com as fotografias dos bens inventariados (um lugar, construção, uma festa, uma paisagem, um ritual, um objeto).

2º) Assim, como no primeiro passo, os alunos irão confeccionar cartas contendo as informações do bem inventariado e que possam ser pareadas com a imagem correspondente a descrição. As "cartas-informações" podem vir com as informações impressas ou manuscritas.

43

3º) Após confeccionadas as cartas é hora de jogar. A dinâmica do Jogo da Memória será realizada após a Mostra Fotográfica. A ideia é que todos os visitantes possam participar. O quantitativo de participantes que irá jogar dependerá do quantitativo de bens inventariados. Exemplo: se tivermos 10 bens inventariados, o ideal é que 5 pessoas possam jogar, para que cada uma tenha no mínimo 2 tentativas para parear as cartas. A jogabilidade, no entanto, poderá ser feita de outras maneiras, como: cada participante poderá parear apenas uma carta-imagem, ou dependendo do quantitativo, poderá ser jogado em dupla ou em grupo. Caberá ao professor e os alunos responsáveis pela Mostra e dinâmica escolher a melhor forma. Um mediador (um professor ou aluno) irá espalhar sobre a mesa as "cartas imagens" de um lado e as "cartas-informações" do outro. Inicialmente as cartas ficarão com a face para cima e cada grupo terá um tempo para visualizá-las. Após todos terem visto as cartas o mediador virará as cartas para que a face contendo as imagens e informações fiquem para baixo. Poderá ser feito sorteio para ver quem irá começar. Feito isso, um dos participantes – dupla ou grupo – escolherá uma carta-imagem e uma carta-informação, lembrando que ele terá 2 chances de fazer estas escolhas. Caso não haja o emparelhamento a vez passa para o próximo participante. O objetivo da dinâmica é que o participante, dupla ou grupo possa parear o máximo de cartas com imagem e informação correspondente. Lembrando que todas as imagens e informações foram apresentadas na Mostra Fotográfica. No caso de se construir um Guia Fotográfico e informativo, esta dinâmica – com as "cartas-imagens" e "cartas-informações" podem vir como anexo, tanto no guia impresso ou disponível virtualmente em meios eletrônicos.



Projeto de Filme pertencente a Luiza Bispo (in memoriam). Acervo fotográfico de Jamuel Barbosa.



Prédio da Antiga Maternidade de São Bento do Una. Construído na gestão do prefeito José Cadete de Almeida Calado (1951-1955). Acervo pessoal do autor.



Atual prédio da Antiga Maternidade de São Bento do Una. Neste local se encontra o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Secretaria de Saúde e vigilância sanitária. Acervo pessoal do autor.

Referências Bibliográficas

46

- BITTENCOURT, Círc (Org). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de história? História & Ensino. Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.
- CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHAGAS, Mário. (orgs.) Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 219-254.
- CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e interpretações da História. Introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, S.; KISHI, S; SOARES, I. (Org). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.
- GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- GUIMARÃES, Selva. Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados. 13ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.
- HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão. 7ª edição revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013
- LEMOS, Carlos A.C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 63-201.
- MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Novos temas nas aulas de História. 1ª ed., 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2010.
- MATTOZZI, Ivo. Currículo de História e educação para o patrimônio. Educação em Revista, Dossiê Práticas de memória e ensino de História, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008.

- MEDEIROS, Maria Ricken; WITT, Nara Beatriz; POSSAMAI, Zita Rosane. Leituras da cidade: aprendendo a olhar Porto Alegre. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (orgs.) Patrimônio Cultural e Ensino de História. Porto Alegre: Edelbra, 2014, p. 149-159.
- MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org.). Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007
- NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. Faces da História, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 194-212, set. 2016.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).
- PAIM, Elison Antonio. Lembrando, eu existo. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 83-104. (Coleção Explorando o Ensino, V. 21).
- PERNAMBUCO (Estado). Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco: Parâmetros Curriculares de História. Ensino Fundamental e Médio. Recife: SEE, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.27, n.53, jan-jun. 2007, p.11-23.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- REZNIK, Luís. A construção da memória no ensino da História. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.
- ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (Orgs.). O Ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. In: Revista Brasileira de História. Pp. 219-242. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990.
- SCHMIDT, Maria auxiliadora e CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2009.
- STARLING, Mônica Barros de Lima; SANTANA, Metodologia de projetos: o patrimônio cultural no currículo do ensino médio In. Reflexões e contribuições para a educação patrimonial. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação/MG, 2002, p. 91-106
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre, Artmed, 1998



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

